

ELO

Diálogos em Extensão

ISSN 2317-5451
Vol.4 - Nº 01-Julho/2015
Ano 2015



Universidade
Federal
de Viçosa

PEC PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO
E CULTURA



Universidade Federal de Viçosa

Reitora: Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice Reitor: João Carlos Cardoso Galvão

Pró Reitor de Extensão e Cultura: Clovis Andrade Neves

Diretor de Extensão: Diogo Tourino de Sousa

Expediente:

Editores:

Dra. Bianca Aparecida Lima Costa (UFV)

Dr. João Paulo Viana Leite (UFV)

Gerência:

Geicimara Guimarães

Conselho Editorial:

Dra. Análida Rincón Patiño (UNC)

Dra. Celina Modena (FIOCRUZ)

Dr. Francisco Roberto Caporal (UFRPE)

Dr. Gumercindo Souza Lima (UFV)

Dr. João Frederico C. A. Meyer (IMECC/CDC-UNICAMP)

Dr. José Maria Gusman Ferraz (EMBRAPA)

Dr. Ney Sussumu Sakiyama (UFV)

Dr. Pedro Hespanha (Universidade de Coimbra)

Parecerista ad hoc

Adriana Ferreira de Faria - (UFV)

Adriana Rocha Bruno - (UFV)

Alba Pedreira Vieira - (UFV)

Aline Werneck Barbosa de Carvalho - (UFV)

Alisson Carraro Borges - (UFV)

Ana Luisa Borba Gediel - (UFV)

Ana Vlândia Bandeira Moreira - (UFV)

Andréa Kochhann Machado de Moraes - (UEG)

Andrea Pacheco Batista Borges - (UFV)

Ângelo Adriano Faria de Assis - (UFV)

Antônio Bento Mâncio - (UFV)

Cezar Luiz de Mari - (UFV)

Cláudia Lúcia de Oliveira Pinto - (EPAMIG)

Cristina Berger Fadel - (UEPG)

Daniel Arruda Coronel - (UFSC)

Davi Augusto Santana de Lelis - (UFV)

Edson Arlindo Silva - (UFV)

Edson Soares Fialho - (UFV)

Eduardo Simonini Lopes - (UFV)

Elisa Cristina Lopes - (UFV)

Erica Toledo de Mendonça - (UFV)

Ernane Corrêa Rabelo - (UFV)

Estevan Felipe Pizarro Munoz - (UFSC)

Esther Giacomini Silva - (UFV)

Evanize Kelli Siviero Romarco - (UFV)

France Maria Gontijo - (UFV)

Janete Regina de Oliveira - (UFV)

Jaqueline Dias Pereira - (UFV)

João Marcos de Araújo - (UFV)

José Domingos Guimarães - (UFV)

Josélia Godoy Portugal - (UFV)

Juliana Carvalho Franco da Silveira - (UFV)

Junia Marise Matos de Sousa - (UFV)

Karla Denise Martins - (UFV)

Kátia Lourdes Fraga - (UFV)

Laene Mucci Daniel - (UFV)

Luciana Ferreira da Rocha Santana - (UFV)

Luis Humberto Castillo Estrada - (UENF)

Marcelo Leles Romarco de Oliveira - (UFV)

Maria de Fátima Lopes - (UFV)

Maria do Carmo Couto Teixeira - (UFV)

Maria Elizangela Ramos Junqueira - (UEB)

Maria Izabel Vieira Botelho - (UFV)

Mariana Ramalho Procópio Xavier - (UFV)

Marisa Barletto - (UFV)

Michele Nave Valadão - (UFV)

Nilson Aduino Guimarães da Silva - (UFV)

Paula Dias Bevilacqua - (UFV)

Patrícia Vargas Lopes de Araújo - (UFV)

Priscila Ribeiro Dorella - (UFV)

Rennan Lanna Martins Mafra - (UFV)

Rita de Cassia de Souza - (UFV)

Rogério de Paula Lana - (UFV)

Romilda de Souza Lima - (UEO Paraná)

Rosângela Branca do Carmo - (UFSJ)

Solange Pimentel Caldeira - (UFV)

Soraya Maria Ferreira Vieira - (UFJF)

Wagner da Cunha Siqueira - (I.F. do Mato Grosso)

Wanderley Cardoso de Oliveira - (UFSJ)

Revisora Textual:

Patrícia Muratori de Lima e Silva Negrão

Capa, programação visual e diagramação:

Miro Saraiva

Foto da Capa:

Aula prática em atividade de extensão rural realizada pela UFV no Vale da Agronomia.

Arquivo da Universidade Federal de Viçosa.

Impressão:

Divisão Gráfica da Universidade Federal de Viçosa

Revista ELO Diálogos em Extensão

Universidade Federal de Viçosa.

Pró Reitoria de Extensão e Cultura

Divisão de Extensão, sala 106

Avenida P.H. Holfs, s/n, Campus UFV

Viçosa-MG, CEP: 36.570-000.

Telefax: (31) 3899-2358

www.elo.ufv.br

E-mail: elo@ufv.br

Os conceitos, afirmações e pontos de vista apresentados nos artigos e relatos de experiência são de inteira responsabilidade de seus/suas autores/as e não refletem, necessariamente, a opinião da Revista, de seu Conselho Editorial ou da Universidade Federal de Viçosa.

EDITORIAL

Nos últimos anos vários autores têm enfatizado uma nova práxis educacional a fim de enfrentar os desafios para solucionar problemas locais e globais que acometem a humanidade, a qual se mostra envolvida em uma rede de complexidade de relações naturais e sociais. Segundo o educador e pensador francês Edgar Morin, o paradigma de complexidade é o conjunto de "princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderiam determinar as condições de uma visão complexa do universo (físico, biológico, antropológico)". Nessa linha de pensamento, também há importante contribuição advinda do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, que propõe para a construção do conhecimento, o estabelecimento de um diálogo entre os diversos saberes e a ciência.

Os dizeres desses importantes autores vêm ao encontro do atual contexto da extensão universitária brasileira e da referência desta no Plano Nacional de Educação (PNE), ora em discussão. Nas palavras de Boaventura:

"Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, aprofundarem-se tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e ensino".

O professor Sandro Tonso, da Universidade Estadual de Campinas, define a atual conjuntura como sendo o terceiro momento da Extensão no Brasil marcada pela "Reflexão da Universidade", após os dois primeiros períodos, iniciado pela "transmissão de conhecimento"; e o seguido pela dimensão da "comunicação e troca".

Essas reflexões têm nutrido a discussão dentro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (IFES) sobre métodos de inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação. A inserção da extensão em projetos pedagógicos dos cursos de graduação nas IFES vem ao cumprimento à estratégia 7, da meta 12, do PNE.

Na construção desse novo momento da extensão universitária, o fortalecimento de periódicos que se propõem à divulgação de trabalhos os quais demonstram a inserção das dimensões do conceito de extensão em atividades de ensino e pesquisa torna-se estratégico para fomentar a discussão sobre práticas de ensino-aprendizagem que levam em consideração a complexidade das relações universidade, sociedade e meio ambiente.

Tendo o compromisso de divulgar experiências que envolvam a dimensão extensão nas práticas de ensino e de pesquisa, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa apresenta mais esta publicação da Revista Elo: Diálogos em Extensão. Desde 2012, vários foram os artigos publicados na Revista divulgando a prática extensionista em diferentes instituições brasileiras. Este volume, que inaugura as publicações da Revista em 2015, disponibiliza ao leitor quatro Artigos, quatro Relatos de Experiência e um trabalho referente a seção Instituição. Os trabalhos dessa edição mostram a dimensão complexidade em diferentes áreas, como Educação, Socioambiental e Economia Solidária.

No artigo "Aproximações entre extensão universitária e direitos humanos: análise a partir de uma experiência da Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFV", os

autores abordam o complexo cenário envolvido na construção de barragens, traçando um diálogo com comunidades atingidas por esse empreendimento.

Em "Formação inicial e continuada de professores em LIBRAS utilizando metodologias ativas focadas no imagético", juntamente, professores da UFV atuam com professores da rede municipal de educação do município de Viçosa, MG. Após relatar a execução do projeto, que consistiu na formação inicial e continuada de professores em métodos de abordagem inclusiva de alunos surdos na educação básica, o presente artigo buscou avaliar o impacto das ações desse projeto na prática profissional dos referidos professores.

No artigo "Método Treino&Visita: uma alternativa para transferência de tecnologias para cafeicultores das Matas de Minas e promoção do desenvolvimento agrícola", extensionistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG / Zona da Mata) divulgam o trabalho realizado com cafeicultores das Matas de Minas para adequação da produção às condições exigidas para certificação no programa estadual "Certifica Minas Café". Para essa intervenção, foi utilizado o método baseado em Treino & Visita durante a transferência de tecnologias visando à melhoria na produção agrícola.

O último artigo "O processo de expressão da identidade local no artesanato da Associação Municipal de Artesãos de Paula Cândido (AMAPAC)", os extensionistas abordam o exemplo do processo de incubação de uma associação de artesãos dentro de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV), baseada no princípio de economia solidária. Tal iniciativa propiciou maior interesse dos artesãos em aumentar a visibilidade de elementos culturais do município, atentando também a práticas ambientais sustentáveis e de inclusão social.

Na seção Relatos de experiência, o trabalho "Projeto xadrez nas escolas: oficinas teórico-práticas para a comunidade" divulga o projeto desenvolvido por extensionistas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Caçapava do Sul, RS, projeto esse que busca a maior difusão da prática enxadrista em escolas do município. A introdução do esporte nas escolas busca auxiliar na prática de concentração e no raciocínio lógico-matemático dos estudantes.

Em "Reflexões sobre ações contínuas de extensão e pesquisa em uma comunidade tradicional", é relatada a reflexão de ações extensionistas desenvolvidas no período de 2008 a 2015, por um grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Coletiva da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri junto a uma comunidade remanescente de quilombo no município de Diamantina, MG. O trabalho mostra a importância da dimensão extensão na pesquisa, abrangendo o diálogo com a sociedade e respeitando as diferentes formas de saberes.

Em "Ação Cívico-Social (ACiSo): A experiência de estudantes universitários participantes do Projeto Rondon na Ilha do Marajó, Estado do Pará", os autores descrevem a experiência vivenciada por estudantes universitários junto a comunidades ribeirinhas da Ilha do Marajó, dentro do Projeto Rondon.

Por fim, a edição apresenta um relato de experiência do grupo PET Educação da UFV, Campus Florestal, intitulado "PET FEIRA-LIVRE: epidemiologia e saúde ambiental através das trocas de experiências com a comunidade de Florestal-MG". Consistindo em privilegiado espaço para a realização de ações integradas de ensino-pesquisa-extensão dentro das Universidades Brasileiras, o Programa de Educação Tutorial tem como possibilidade a formação de estudantes críticos e atuantes na transformação social. Nesse trabalho, o grupo PET relata um projeto que busca maior

interação da universidade com a sociedade, proporcionando também a divulgação e popularização de conhecimentos científicos.

Na seção Instituição apresenta-se o PROLINFO - Programa de Línguas e Informática, uma iniciativa de extensionistas da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, PE. O programa visa ao oferecimento de cursos de língua e de informática à população. Nos últimos anos, o Programa tem investido na interiorização no referido estado, propiciando uma maior participação popular.

Esperamos que essas produções possam contribuir para o debate no atual cenário da extensão universitária brasileira, trazendo experiências que mostram a construção do conhecimento alicerçada pela interação dialógica com a sociedade, pela interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e pelo impacto e transformação social.

Boa leitura!!

Bianca Aparecida Lima Costa

João Paulo Viana Leite

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

Elo : diálogos em extensão universitária. / Universidade
Federal de Viçosa. Pró-Reitoria de Extensão Universitária. –
vol.1, n.1 (dez/jul.) 2012- . – Viçosa, MG: Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura, 2012-
v. : il. ; 29 cm.

Semestral.
Publicação em português, inglês e espanhol.
ISSN 2317-191X

1. Extensão universitária - Periódicos. 2. Comunicação -
Periódicos. 3. Tecnologia - Periódicos. 4. Conhecimento e
aprendizagem - Periódicos. I. Universidade Federal de Viçosa.
Pró-Reitoria de Extensão Universitária.

CDD 22. ed. 378

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Aproximações entre extensão universitária e direitos humanos: análise a partir de uma experiência da Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFV | 1 |
| <i>Carlos Alberto Estevez, Bruna Franceschini, Davi Augusto Santana de Lelis</i> | |
| Formação inicial e continuada de professores em libras utilizando metodologias ativas focadas no imagético | 12 |
| <i>André Luis Santos de Souza, Vinícius Catão de Assis Souza, Ana Luisa Borba Gediel, Josiene Sathler Furtado Mendes, Roselia Aparecida Gonçalves</i> | |
| Método Treino&Visita: uma alternativa para transferência de tecnologias para cafeicultores das Matas de Minas e promoção do desenvolvimento agrícola | 22 |
| <i>Sérgio Maurício Lopes Donzeles, Cláudia Lúcia de Oliveira, Cleide Maria Ferreira Pinto Pinto, Marcelo de Freitas Ribeiro, Sammy Fernandes Soares, Gabriel Braga Violento, Iuri de Freitas Lopes Donzeles</i> | |
| O processo de expressão da identidade local no artesanato da Associação Municipal de Artesãos de Paula Cândido (AMAPAC) | 30 |
| <i>Lívia Rabelo, Leilane Rigoni Bossatto, Ademar Sodré, Bianca Aparecida Costa Lima</i> | |
| Relatos de Experiência: | |
| Projeto xadrez nas escolas: oficinas teórico-práticas para a comunidade | 43 |
| <i>Angela Maria Hartmann, Eliud Lins da Silva Neto, Sara Maria Pereira da Silva, Tierre Batista Migliorin</i> | |
| Reflexões sobre ações contínuas de extensão e pesquisa em uma comunidade tradicional | 48 |
| <i>Herton Helder Rocha Pires, João Victor Leite Dias, Nadja Maria Gomes Murta</i> | |
| Ação Cívico-Social (ACiSo): A experiência de estudantes universitários participantes do Projeto Rondon na Ilha do Marajó, Estado do Pará | 52 |
| <i>Eunice Ferreira da Silva, Valdomiro Lourenço Nachornik</i> | |
| PET FEIRA-LIVRE: epidemiologia e saúde ambiental através das trocas de experiências com a comunidade de Florestal-MG | 60 |
| <i>Mardem Michael Ferreira da Silva, Ana Carolina de Stefano Pereira, Laís Ferreira Silva, Dalila de Fátima Ferreira, Marina Ferreira Silva, João Paulo de Souza</i> | |
| Institucional: | |
| Quando a extensão alcança a população - PROLINFO: um tredécimo de oportunidades educacionais | 68 |
| <i>Vinicius Gomes Pascoal</i> | |



Aproximações entre extensão universitária e direitos humanos: análise a partir de uma experiência da Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFV

Carlos Alberto Esteves¹, Bruna Franceschini², Davi Augusto Santana de Lelis³

Resumo: *A relação entre direitos humanos e extensão universitária é retratada no presente trabalho a partir de uma experiência da Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Viçosa (AJUP/UFV), qual seja, o diagnóstico do padrão de violação de direitos fundamentais decorrentes da construção da Pequena Central Hidrelétrica de Fumaça, no Sudeste do Estado de Minas Gerais. Para se levar a efeito tal proposta, foi essencial o vínculo criado entre a AJUP/UFV, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os moradores da comunidade atingida com a construção daquele empreendimento. Partindo de metodologias horizontalizadas, cujo foco consiste em promover um trabalho de assessoria em detrimento da ideia de assistência jurídica, pôde-se vislumbrar o quão virtuosa se revelou tal estratégia, na medida em que permitiu a construção de conhecimento emancipatório, produto do diálogo entre as esferas acadêmica e popular.*

Palavras-chave: *Direitos Humanos. Extensão Universitária. Assessoria Jurídica Universitária Popular. Emancipação.*

Área Temática: *Direitos Humanos, Teorias e Metodologias em Extensão e Políticas Públicas.*

An approach between university extension and human rights: an analysis through the Popular University Assessorship experience at Federal University of Viçosa.

Abstract: *The relation between Human Rights and University Extension is demonstrated in the present work through an experience of Popular University Legal Assessorship, at Federal University of Viçosa (AJUP/UFV), which task was to diagnose the fundamental rights violation pattern in consequence of the construction of the Small Hydroelectric Central, in the city of Fumaça, southeastern Minas Gerais state. To accomplish the study, there was an essential link among the institution AJUP/UFV, the social movement of people affected by the hydroelectric constructions, which name, in Portuguese, is "Movimento dos Atingidos por Barragens" (MAB) and the residents of the involved community. Based on the ideia of horizontal methodologies, the focus was to promote an accessorial work instead of the traditional ideia of regular legal assistance. This strategy has revealed itself very virtuous once it allowed an emancipatory knowledge construction coming from the dialogue between academic and popular spheres.*

Keywords: *Human Rights. University Extension. Popular University Legal Assessorship. Emancipation.*

Thematic areas: *Education and Culture.*

¹ Professor substituto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: carlos.esteves@ufv.br

² Mestranda em Ciências Jurídico - Políticas, com menção em Direito Constitucional, pela Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: franceschini.bruna@gmail.com

³ Professor Auxiliar do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa, doutorando em direito público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, bolsista da CAPES. E-mail: davilelis@ufv.br

Aproximaciones entre la extensión universitaria y los derechos humanos: análisis desde una experiencia de la Asesoría Jurídica Universitaria Popular de la UFV.

Resumen: La relación entre los derechos humanos y la extensión universitaria está retratada en el presente trabajo a partir de una experiencia de la Asesoría Jurídica Universitaria Popular de la Universidade Federal de Viçosa (AJUP/UFV), constituyéndose en el diagnóstico del estándar de la violación de los derechos fundamentales originados de la construcción de la Pequeña Central Hidroeléctrica de Fumaça, en el Sudeste del Estado de Minas Gerais. Para llevarse a cabo tal propuesta, ha sido imprescindible el vínculo creado entre la AJUP/UFV, el Movimento de los Afectados por las Presas de Agua (MAB) y la población de la comunidad afectada con la construcción de dicho emprendimiento. A contar de metodologías horizontales, cuyo foco consiste en la promoción de un trabajo de asesoría en detrimento de la idea de asistencia jurídica, se ha podido vislumbrar lo cuanto eficaz se ha presentado tal estrategia, al paso que se ha permitido la construcción del conocimiento emancipador, producto del diálogo entre las esferas académica y popular.

Palabras clave: Derechos Humanos. Extensión Universitaria. Asesoría Jurídica Universitaria Popular. Emancipación.

Introdução

A Constituição Federal previu em seu texto, artigo 207, que as universidades deveriam atender ao princípio indissociável de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2012). Priorizar cada um destes eixos é, no que diz respeito ao ensino superior, o norte a ser seguido. A forma como cada um desses eixos é abordada implica tanto na formação de estudantes, profissionais e cidadãos, como no conhecimento produzido pelo país; influenciando a sociedade como um todo e, ao mesmo tempo, sofrendo o influxo do modelo econômico e ideológico majoritário de sua época. Por esses motivos, entende-se que atualmente a educação, no tripé principiológico constitucional, acaba por escancarar os reflexos científicos, políticos e sociais de uma lógica capitalista, não apenas seguindo os moldes já concebidos e conhecidos sem questioná-los, mas sim, desvelando contradições para ser o agente da mudança que se pretende.

Como objeto específico deste trabalho, toma-se a Assessoria Jurídica Popular (AJUP) como parte importante da atividade extensionista. Primeiramente, dar-se-á enfoque à extensão universitária, a qual se fundamenta na concepção de conhecimento, explicitando-se como as atividades deste eixo são tradicionalmente praticadas e como é possível vislumbrar novas maneiras de estender à população o conhecimento produzido nos centros universitários.

Importa, então, contextualizar as AJUP sob um novo ponto de vista extensionista. As AJUP, surgidas nos anos 1950, podem ter como sua área de atuação inúmeras esferas da sociedade, de molde a atuar, sempre, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. A AJUP, no contexto dos cursos de Direito, é o contraponto aos habituais escritórios modelos e núcleos de prática jurídica, recorrentemente, presentes nas universidades.

Na Universidade Federal de Viçosa (UFV), a AJUP⁴ participou ativamente na defesa de direitos da população atingida pela construção da Pequena Hidrelétrica de Fumaça (PCH Fumaça), localizada entre os municípios mineiros de Diogo Vasconcelos e Mariana, em Minas Gerais. Os resultados dessa ação, expostos nesse trabalho, foram encorajadores para a AJUP-UFV almejar novos projetos e pretender se tornar referência neste movimento extensionista inovador, cujas características são melhor apresentadas adiante.

O novo paradigma da extensão universitária

O conhecimento é a ferramenta cotidiana da comunidade universitária, (estudantes, extensionistas e pesquisadores), motivo pelo qual a forma de compreensão desse instrumento aludirá diferentes atuações. Com base em Lelis, Coelho e Dias, (2012), inicia-se o estudo sobre o conhecimento remetendo-se a Platão. Para os autores, com a Alegoria da Caverna, (PLATÃO, 1989, p.52), o filósofo grego traz à tona a indagação de que as pessoas, desprovidas do conhecimento, seriam condenadas a viver apenas de ilusões, ignorando a realidade que os cerca. Quem, por ventura, tomasse conhecimento da

realidade, compreenderia o conhecimento, abandonando as falsas verdades até então apreendidas. Deste mito, extrai-se a correlação entre a percepção das coisas e a própria linguagem como frutos de uma relação social dentro de uma coletividade.

Adiante, as ponderações sobre o conhecimento passaram pelo período medieval, enquanto uma revelação divina e incumbência da Igreja, sendo superada, todavia, no século XVII, com o saber científico. Nesse momento, há destaque para dois pensadores: Descartes, que, acreditando na dúvida como fruto do conhecimento, tinha como foco a formação de mentes e acreditava na ciência por si só, com ênfase para o indivíduo (DESCARTES, 2010); e Bacon, que, percebendo o conhecimento como produto do empirismo, objetivava, a partir deste, o controle e modificação da natureza, além de almejar uma ciência coletiva (BACON, 1989). Os iluministas, bebendo da água desses fundadores do conhecimento científico, fracionaram o saber e vangloriaram a racionalidade com o fim maior de um bem estar geral, com fulcro na liberdade, igualdade e fraternidade (LELIS; COELHO; DIAS, 2012, p.71).

O século XIX inaugura o positivismo, a prática que enalteceu a técnica com fins de produção industrial, reforçando o ideário capitalista da época. Com isso, naturalizou-se o processo de mitigar inflexões críticas e esclarecedoras, e enalteceu-se o processo primordialmente produtivo, em que se correlacionaram técnica (ciência) e indústria; o que favoreceu o processo de exploração do homem pelo próprio homem. Morin (2005, p. 109) esclarece que:

[...] o desenvolvimento da técnica não provoca somente processos de emancipação, mas também novos processos de manipulação do homem pelo homem ou dos indivíduos humanos pelas entidades sociais. [...] A sujeição signiúca que o sujeito sujeitado sempre julga que trabalha para seus próprios úns, desconhecendo que, na realidade, trabalha para os úns daquele que o sujeita. Assim, efetivamente, o carneiro-chefe do rebanho julga que continua a comandar seu rebanho, quando, na realidade, obedece ao pastor e, únalmente, à lógica do matadouro.

Explanado este panorama de concepção do conhecimento, percebe-se a extensão inserida na vigente lógica de conhecimento e economia: há regência de paradigmas do individualismo e do tecnicismo, num processo vertical de transmissão do conhecimento, em que há *sujeitos ativos*, que levam conhecimento técnico-científico (produtivo) e há *sujeitos passivos*, que recebem os conhecimentos; de maneira que a atividade extensionista é mero marco na desvalorização do saber popular, porque pretende negá-lo e substituí-lo por um saber tecnológico a serviço do capital. No Brasil, um país, essencialmente agrário, a extensão rural evidenciou tudo que até agora foi exposto. Acepção confirmada por Coelho (2005, p. 71), pois:

O trabalho de assistência técnica da Extensão Rural no Brasil era um projeto educativo para o capital (industrial e únanceiro). [...] Por isso, a idéia de transferir certos traços de 'cultura' e recursos de uma condição social considerada mais avançada (a sociedade urbana e industrial) para outros espaços sociais considerados atrasados (o espaço agrário) foi, e para alguns ainda é, um equívoco baseado na prepotência camuúada de 'boa vontade' ou voluntarismo autoritário.

Dessa maneira, a extensão seria mera invasão do espaço do outro, um desrespeito ao que as comunidades apreendem como interessante para elas próprias. Nega-se a capacidade transformadora dos *sujeitos passivos*, não havendo como construir um conhecimento verdadeiramente autêntico. Será Freire (2006), quem irá apresentar formas de romper com o tecnicismo, com o preconceito de que existem *sujeitos passivos coisificados* na sociedade, e com a aplicação de um conhecimento hierarquizado das universidades, detentoras do saber, para as populações às suas margens. Em suas palavras:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a 'sede do saber', até a 'sede da ignorância' para 'salvar', com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2006, p. 25.)

A proposta da AJUP para a educação popular adota exatamente o que Freire propõe: o entendimento de que o conhecimento se produz de uma maneira horizontal, sem que existam *sujeitos ativos e passivos*, sendo possível promover constantemente troca de experiências e saberes em que todos possam ser ao mesmo tempo atuantes.

O panorama tradicional da extensão tem uma concepção de mera prestação de serviços. Contudo, dadas as críticas feitas a esse modelo, há que se mudar a perspectiva: extensão não é, nem deve ser, invasão, desrespeito e destruição da sabedoria do outro, tampouco mero serviço. A extensão deve ter o cunho de emancipação, troca de aprendizados, construção coletiva e, mais importante, ter o condão de efetivar direitos fundamentais.

Em análise da extensão rural, que representa o aqui exposto, Lelis, Coelho e Dias (2012, p. 78), propõem a inversão da ótica posta, de modo que a extensão deixa de:

(...) privilegiar a mera transferência de tecnologia, para privilegiar a execução de projetos e programas que elevem a condição inicial do projeto iluminista para, enfim, promover a igualdade, a emancipação social e o bem estar da coletividade sob os pilares de direitos fundamentais.

Tem-se firme o porto de que a extensão deve ser um veículo para direitos fundamentais, fazendo com que o Estado seja o garantidor desses direitos. Assim, os cidadãos que receberem os assessores, terão meios legais de exigir o que a própria constituição já havia lhes garantido: liberdade, igualdade e fraternidade (LELIS; COELHO; DIAS, 2012, p. 79).

As assessorias jurídicas populares sob a nova perspectiva da extensão

Tradicionalmente, a prática da extensão, nos cursos de Direito, ocorre por meio dos escritórios-modelos, que priorizam aspectos jurídicos e processuais individuais em detrimento de aspectos jurídico sociais. Esse modelo fortalece o individualismo e concretiza a lógica de prestação de serviços que muitos atribuem à extensão (ABRÃO, *et all*, 2009).

Mas, pelo exposto, entende-se que a prática da extensão nos cursos de Direito deveria possibilitar a emancipação dos estudantes desse modelo tradicional, proporcionando a eles uma adequação entre seus conhecimentos jurídicos com a realidade social em que estiverem inseridos. Seguindo as reflexões de Gustin (2006, p. 61):

O estudante e o docente dos cursos de Direito não devem ser sujeitos conformados apenas aos conteúdos procedimentais teóricos estatuídos, mas sim, às potencialidades de crítica do próprio ensino quando este não possuir instrumentos capazes de tornar o estudante preparado para ter consciência da complexidade que o cerca e competência para decodificá-la de forma sensível e humana.

Expostas estas críticas ao modelo extensionista existente e, também já delineados os contornos de uma atividade emancipatória, as AJUP desabrocham como a alternativa tão procurada de uma

prática jurídica popular livre, desapegada de questões positivistas e de neutralidade; pois as AJUP possibilitam práticas relacionadas às causas coletivas e sociais, com o objetivo de empoderamento⁵ das comunidades. No que versa a esse modelo transformador de extensão, estão os ensinamentos de Abrão *et al* (2009, p. 443):

Por outro viés, a prática extensionista inovadora, que se pretende tanto mais democrática quanto promotora do acesso à justiça em seu sentido mais amplo, pauta-se pelo estabelecimento de uma interlocução de saberes de forma relacional, circular e horizontal, equiparando os sujeitos partícipes desta relação. Deste modo, o que se dá é um processo de construção do conhecimento (em contraposição à transmissão), fundado na perspectiva autônomo-emancipatória das relações humanas, fomentando o que Morin denomina de “religação de saberes”..

Inicialmente, é necessário revelar que as AJUP podem se concretizar dentro das universidades, em caráter interdisciplinar, com estudantes e professores. Mas também existem fora do mundo universitário, em que os profissionais do Direito, de movimentos sociais, de sindicatos, de organizações não governamentais, entre outros, mantêm-se em atividade nas práticas de cunho popular e coletivo ao efetivar as teorias de um Direito Crítico⁶. Com isso, é de se verificar que as AJUP são, na verdade, um movimento jurídico que possibilita ações jurídicas em caráter transformador, mas que ainda clamam por produções acadêmicas a fim de clareá-las (MAIA, 2006).

A espinha dorsal deste movimento é a questão da emancipação e do empoderamento, em que o Direito é abordado pelo seu viés transformador e revolucionário, cujo objetivo será a promoção dos direitos fundamentais; pois a essência da AJUP está na:

[...] abordagem emancipatória em que baseia suas ações e no fundamento do Direito entendido como instrumento de transformação social, bem como no compromisso do assessor jurídico popular com a luta das classes populares em defesa e promoção dos direitos humanos e fundamentais, por uma sociedade mais justa, mais igual e mais humana (MAIA, 2006, p.18).

O Estado Democrático de Direito tem por fundamento a legitimação do pluralismo jurídico⁷. Ao lado deste conceito, acresce-se que se pode conceber o atual momento como reflexo da terceira onda de acesso à justiça⁸, a qual preconiza a utilização de métodos alternativos de composição de conflitos, bem como o desenvolvimento de práticas jurídicas inovadoras. Compreende-se desses elementos que a prática das AJUP serve para legitimar não somente o trabalho dos grupos envolvidos, mas também o fundamento jurídico e social do próprio Estado de Direito. (ABRÃO *et al*, 2009, p.436).

Campilongo, *apud* Maia, (2006, p.86), aponta as características das assessorias jurídicas populares: atuar em pautas coletivas; demandar ações de impacto social; promover a emancipação humana e a participação dos litigantes; romper com a mística⁹ que envolve o Direito; favorecer a explosão dos litígios; facilitar acesso à justiça; ser interdisciplinar; levar a efeito a ética comunitária¹⁰; e, finalmente, alcançar a justiça. Todas essas ações, pautadas em verdadeiro diálogo entre as partes e tendo em vista a promoção do acesso aos direitos fundamentais, constituem a base principiológica de uma extensão inovadora no âmbito dos cursos de Direito.

Assessorias Jurídicas Populares e os Escritórios Modelos

Os escritórios modelos se enquadram na ideia de serviços legais tradicionais e se contrapõem às AJUP, uma vez que têm como finalidades atuar em pautas individuais; focar nas demandas judiciais; praticar ações assistencialistas; contar com a apatia dos litigantes e com a sacralização¹¹ do Direito; controlar a litigiosidade; promover um acesso ao Judiciário – e não à justiça, necessariamente –, seguir os moldes de uma advocacia tradicional pautada na ética utilitária¹² e buscar uma certeza jurídica, muitas vezes em detrimento da justiça (CAMPILONGO *apud* MAIA, 2006, p.86).

É Abrão *et al*, (2009) quem propõe os elementos para distinguir os dois modelos. São eles: a metodologia utilizada, o objetivo e o fundamento ideológico. Na assistência judiciária, no que tange à *metodologia*, depara-se com tutelas individuais, em relações hierarquizadas, em que os não detentores do saber jurídico se mantêm inertes. Sobre os *objetivos*, nos escritórios modelos, como próprio nome já induz, há uma prestação de serviço, simplesmente. Por fim, *ideologicamente*, reforça-se a questão do individualismo.

A assessoria jurídica, por sua vez, estabelece *metodologias* de relações horizontais, as quais proporcionam o protagonismo tanto dos assessores, quanto da comunidade. O *objetivo* é o empoderamento e a emancipação, por intermédio de uma educação cidadã. E, por último, a *ideologia* repassa a ideia de uma ética solidária, palpável pela organização coletiva.

Assim, embora o modelo clássico acabe por garantir direitos, são nas AJUP, nos moldes de extensão propostos, que os direitos são garantidos em um diálogo entre os sujeitos que necessitam de empoderamento e os assessores, estes detentores do conhecimento técnico-formal.

Breve Histórico das Assessorias Jurídicas Populares

A assessoria estudantil data da década de 1950, com o oferecimento de assistência jurídica gratuita pelo Serviço de Assistência Jurídica Gratuita (SAJU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta foi a inspiração para a propagação de diversos núcleos de práticas e escritórios modelos nos anos que se passaram. Porém, só aquele primeiro teve relevante atuação, até ser fechado, durante os anos de repressão militar (RIBAS, 2008, p.247).

Os anos 1980, ainda em épocas de regime ditatorial, marcaram um esvaziamento do modelo assistencialista de extensão em Direito, e no fim da década, a nomenclatura, *serviços legais inovadores*, se consolidou como a utilização de meios oficiais e não oficiais para o acesso à justiça. Antes dessa nomenclatura foram expressões de tais serviços: Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), de Olinda; a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), em Salvador; a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAAP), em âmbito nacional; Acesso Cidadania e Direitos Humanos, de Porto Alegre; e, ainda, o escritório Terra de Direitos em Curitiba (RIBAS, 2008, p.251).

A década de 1990 é marcada por esparsas movimentações sobre a redemocratização, a discussão da reforma agrária e da efetivação dos direitos humanos, mas evidenciando a dificuldade de articulação e de rompimento da apatia instaurados nos anos ditatoriais (RIBAS, 2008, p.248).

Nesse contexto, necessário esclarecer as tentativas de se teorizar e de se utilizar nomenclaturas uniformes para tratar do tema a partir de então. Segundo Luz, haveria que se conceber duas formas de assessoria: a universitária e a advocacia popular. Ribas propõe três modelos de assessoria: a *advocacia popular*, a exemplo da RENAAP e Terra de Direitos; a *assessoria universitária* que se pauta pela troca de conhecimento popular e incrustada na interdisciplinariedade, como o projeto Pólos de Cidadania da UFMG; e, como espécie dessa última, a *assessoria estudantil* com o protagonismo estudantil interdisciplinar, com autonomia em relação às instituições de ensino superior, por exemplo o SAJU-RS (ligado à UFRGS), Najup - RS (autônomo) e a RENAJU (RIBAS, 2008, p.253).

A época ainda marcava a correlação entre as assessorias e os movimentos estudantis, com encontros regionais e a existência de uma Coordenação Nacional de Assessoria Jurídicas Universitárias (CONAJU):

A noção de assessoria, na época, estava ligada à idéia de “apoio jurídico popular”, como “uma prática de vanguarda ainda praticamente inédita e que significa, entre outros, um remodelamento das relações estabelecidas entre o profissional do Direito e a clientela que bate à sua porta diariamente”. A assessoria já estava ligada, timidamente, a educação popular, pluralismo jurídico, cidadania. (RIBAS, 2008, p. 248)

Nos idos de 1996, as assessorias da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da UFRGS fundaram a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU). Até hoje a RENAJU é referência no meio das assessorias, organizando-se em âmbito nacional, regional e local (RIBAS, 2008, p.248). Como

alento, observa-se nesses, nos encontros promovidos por esta Rede, o crescente número de pessoas, sejam de cursos diversos, sejam de cursos de Direito, trabalhando no modelo de extensão dialógica e garantidora de direitos.

Além das fronteiras brasileiras, também se evidenciam movimentos populares que clamam por direitos, como é o caso da Colômbia, Chile e Argentina. Em especial, o Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA), que publica a revista *El Otro Derecho*, na Colômbia; o Centro de Reflexión y Acción para el Cambio, o projeto Formación Jurídica para la Acción (FORJA), ambos do Chile; e, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), da Argentina (RIBAS, 2008, p. 251).

Na Universidade Federal de Viçosa (UFV), a AJUP ainda possui trajetória recente, mas aos poucos demonstra ser efetivo instrumento de modificações sociais benéficas, por meio de suas relações dialógicas que proporcionam o protagonismo das comunidades, em um caminho de empoderamento e emancipação.

A sua consolidação como projeto de extensão da UFV, vinculada ao Observatório de Movimentos Sociais, ocorreu apenas no ano de 2012, mas foi fruto de longos anos de discussão acerca do Direito Crítico, fomentado pelo Grupo de Estudos Alternativo do Direito (GEAD), surgido no final da década de 1990. Das inquietudes trazidas pelo estudo pautado na dicotomia teoria/práxis, derivaram inserções dos participantes em atos públicos, manifestações, estágios interdisciplinares de vivência e, em especial, no processo que tentou efetivar a extinta Rede Popular dos Estudantes de Direito (REPED), com abrangência nacional, e que tinha como um dos objetivos respaldar os movimentos sociais; entre esses a AJUP. Mas, apenas em 2011, no Encontro Nacional dos Estudantes de Direito Extensionistas (ENEDex), a AJUP tornou-se prioridade na pauta dos estudantes da UFV, consolidando-se, como já dito, no ano de 2012. Atualmente a AJUP-UFV já possui atuações concretas, a exemplo do que se passou na PCH Fumaça.

Pequena Central Hidrelétrica de Fumaça: um relato de experiência da AJUP-UFV

A Pequena Central Hidrelétrica de Fumaça, ou simplesmente *PCH Fumaça*, foi construída no final da década de 1990, nos municípios de Diogo de Vasconcelos e de Mariana, sudeste do Estado de Minas Gerais. Sob o controle da empresa Novelis do Brasil Ltda¹³, de origem norte-americana, o empreendimento utiliza o potencial hidráulico das águas do Rio Gualaxo do Sul, tendo por objetivo a produção de energia elétrica para realizações exclusivamente privadas, já que visa a abastecer outros empreendimentos do respectivo grupo empresarial.

Em razão da construção da barragem, o que pressupõe o alagamento de grande extensão territorial, várias comunidades da região foram atingidas, totalizando cerca de 600 pessoas, todas elas, de alguma forma, dependentes da terra para sustento próprio e de suas famílias. Neste cenário, camponeses, extrativistas, artesãos, meeiros e diaristas se organizaram junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹⁴, na tentativa de se mobilizarem e de resistirem aos abusos cometidos durante o processo de implantação e de operação do empreendimento.

Ainda durante o período de construção da barragem, a empresa não reconheceu grande parte das famílias que seriam atingidas com o alagamento da região. Somente após diversas manifestações que culminaram com duas ocupações do canteiro de obras da PCH, é que a maioria (frise-se, não a totalidade) dos atingidos conquistou seu reconhecimento¹⁵.

A Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Viçosa (AJUP-UFV) inseriu-se, a partir do ano de 2012, nesse processo com a missão de elaborar um relatório detalhado dos possíveis direitos humanos violados com a implantação da PCH Fumaça. A finalidade precisa desse relatório foi realizar, com base em provas coletadas a partir do diálogo com as comunidades, um levantamento de todas as afrontas à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente, de molde a subsidiar a intervenção do Ministério Público Federal (MPF), órgão que já havia, inclusive, instaurado Inquérito Civil com vistas a apurar as irregularidades e os abusos cometidos pela empresa responsável.

Juntamente com os militantes do MAB e com os moradores, os membros da AJUP-UFV deram continuidade ao trabalho de análises das apurações já levantadas pelo Inquérito Civil instaurado pelo MPF, bem como da coleta de informações e de provas que pudessem lastrear eventual ajuizamento de ação judicial. Neste contexto, ao longo dos meses de maio a julho de 2012, foram realizadas 94 entrevistas, as quais continham um roteiro definido: a) caracterização da família e das atividades

desenvolvidas por cada uma delas; b) estudo da influência do empreendimento nestas atividades; c) pesquisa do modo como se processaram as negociações das perdas decorrentes do alagamento da área; d) percepção de cada família sobre o empreendimento.

De posse das referidas entrevistas, foi possível sistematizar, em classes¹⁶, as violações e/ou ameaças aos direitos humanos em razão das condutas do empreendedor.

Pôde-se perceber que houve afronta ao *Direito à livre negociação e ao tratamento isonômico*. Vários entrevistados realçaram que, durante o processo de instalação da PCH, a empresa enviou prepostos que os constrangeram a aceitar a negociação da forma que mais favorecia ao empreendimento e que mais degradava as condições vida da população. Como resultado, uma negociação que deveria ter se realizado coletivamente, acabou por ter sido levada a efeito de forma individual, fato que comprometeu a isonomia no que diz respeito ao tratamento dispensado às famílias.

Ademais, na maioria das vezes, apenas foi ofertada à população a possibilidade de receberem a indenização em espécie – de valor insuficiente. A empresa praticamente desconsiderou as hipóteses de permuta de terras ou de reassentamento, possibilidades estas preconizadas pela Lei n. 12.812/98 do Estado de Minas Gerais.

A segunda violação constatada relaciona-se ao *direito à plena reparação de perdas e ao direito ao trabalho*, uma vez que vários profissionais da região, que dependiam da terra e demais recursos naturais para realizarem suas atividades, não foram devidamente ressarcidos. Meeiros, areeiros, garimpeiros, artesãos, diaristas e proprietários receberam indenizações cujos valores estavam aquém dos prejuízos efetivamente sofridos, já que nem mesmo se considerou, para efeitos de cálculos de ressarcimento, as perdas das benfeitorias produtivas, como rochas, areias, jazidas de pedra sabão e, sobretudo, terras férteis que se situavam nas margens do rio.

Aqueles que puderam optar pelo reassentamento convivem com o drama de não serem os reais proprietários da terra que habitam. Tal fato traz consigo uma série de implicações, como a insegurança jurídica e o impedimento de inserção em programas governamentais (a exemplo do PRONAF, do Crédito Rural e do Programa de Aquisição de Alimentos), ou mesmo de realização de empréstimos bancários.

Impedidos de realizarem as atividades que outrora desempenhavam, muitos trabalhadores saíram do meio rural em busca de melhores condições de vida nas cidades vizinhas. Em meio ao ambiente urbano de Belo Horizonte, Mariana e Ouro Preto, o resultado não podia ser outro: considerando que a maioria desses emigrantes trabalhava exclusivamente com a terra e possuíam pouca qualificação formal, a maioria permanece desempregada, sofrendo com o processo de marginalização típico dos grandes centros.

Os *direitos culturais* também foram ultrajados. O alagamento da área acabou por comprometer as fontes de pedra sabão, matéria-prima utilizada na fabricação de painéis. Esta atividade, além de constituir importante fonte de renda dos moradores de algumas comunidades, também representa importante expressão do patrimônio cultural imaterial, não apenas de cada artesão, mas da coletividade.

Ao visitar as casas da região, é possível verificar que muitas oficinas de pedra sabão encontram-se desativadas, haja vista a escassez e, por isso, o alto valor com que essa matéria-prima passou a ser comercializada.

Em várias entrevistas, foi possível constatar a insatisfação dos atingidos quanto às repercussões das obras da barragem em suas casas. Aquelas localizadas próximas ao canteiro de obras tiveram suas estruturas danificadas e aquelas outras, construídas nos reassentamentos, não levaram em consideração as particularidades de cada grupo familiar. Neste particular, o empreendimento transgrediu o *direito à moradia adequada*.

Há relatos de que, em algumas situações, famílias foram submetidas à sobrevivência dentro de contêiner; outras tiveram suas propriedades invadidas; há, ainda, pessoas idosas que, expostas a ruídos intensos por longo período, abandonaram suas antigas casas, o que desencadeou o desenvolvimento de sérios quadros patológicos.

Os *direitos a um ambiente saudável e à saúde* também não foram respeitados pelo empreendedor, principalmente com relação ao distrito de Miguel Rodrigues, localizado no município de Diogo de Vasconcelos. Neste caso, duas degradações se tornaram emblemáticas: a primeira relativa às condições sanitárias do distrito, visto que, em que pese a empresa ter se responsabilizado pela construção e manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), esta manteve-se funcionando por curto espaço de tempo; a segunda referente ao atendimento à saúde, pois os postos de saúde construídos

em algumas comunidades não possuíam a infraestrutura necessária para atendimento à população, razão pela qual foram reformados pela Administração Pública Municipal.

A inexistência de um cercado ao longo dos quatorze quilômetros da lagoa é um fato que igualmente compromete o direito a um espaço de vivência adequado. Conforme relato de vários membros da comunidade, não são raros os episódios de morte envolvendo moradores da região que acidentalmente caem na represa em virtude da proximidade desta com a estrada, da ausência de iluminação e de sinalização adequada, além da já citada falta de cerca envolvendo a área alagada.

No mesmo passo, o *direito de ir e vir* teve suas finalidades comprometidas, posto que, em decorrência da construção da barragem, várias localidades, antes facilmente acessíveis, tornaram-se ora inalcançáveis, ora de difícil acesso, seja em razão da distância, seja em virtude das condições de tráfego.

Esse comprometimento no direito de ir e vir resvalou de modo significativo na saúde de alguns idosos. Isso porque, no passado, muitos deles viviam em distritos que contavam com serviço de transporte intra e interurbano; com o alagamento da região, passaram a habitar casas localizadas em regiões de acesso tormentoso, onde não há atendimento médico, tampouco a disponibilização de transporte para o meio urbano. O resultado desse processo é a precarização das condições de vida da pessoa idosa, em razão da impossibilidade de manterem o controle efetivo das moléstias que os acometem e as cautelas que o avançar da idade exige.

Várias das violações até agora mencionadas ocorreram sem que se observassem as condições impostas nas Licenças Ambientais. Ou seja, ainda que as Licenças que autorizam a instalação e o início das operações contivessem cláusulas de tutela de vários direitos humanos, esses foram flagrantemente desrespeitados, o que revela uma verdadeira desobediência ao *direito ao devido processo legal ambiental*. No que diz respeito à transgressão desta garantia constitucional, as investigações do Ministério Público Federal apontam exatamente para essa irregularidade: as licenças de instalação e de operação da PCH Fumaça foram concedidas sem que tivessem sido observadas diversas condicionantes, principalmente as relacionadas aos compromissos de alcance social, o que demonstra, claramente, uma omissão do órgão licenciador em relação ao empreendimento.

Independentemente da causa, importa salientar que a concessão das Licenças ambientais sem a observância do cumprimento das condicionantes contribuiu para que a empresa levasse a efeito um projeto que, em muito, maculou a dignidade e a honra de vários homens, mulheres, idosos e crianças que possuíam, até então, tradições particulares, costumes distintos, uma vida própria. Mais uma vez, se pôde visualizar uma situação em que os interesses exclusivamente privados se sobrepuseram à vontade e à dignidade de uma coletividade.

Conclusões

Trabalhar juntamente aos atingidos pela construção da PCH Fumaça foi, decerto, uma oportunidade que contribuiu sob dois aspectos: de um lado, para se avaliar a capacidade extensionista da assistência jurídica popular e a forma como metodologias de construções coletivas do conhecimento, a partir de dinâmicas efetivamente horizontais, são plenamente realizáveis; e, de outro, para oportunizar, por meio do somatório de forças, que os prejudicados com o empreendimento tivessem voz, utilizando-se, para isso, dos mecanismos institucionais e legais que o próprio ordenamento jurídico disponibiliza em prol daqueles que tem algum direito fundamental ultrajado.

A parceria AJUP-UFV, MAB e moradores atingidos pela construção da PCH Fumaça viabilizou uma troca de conhecimento entre as esferas acadêmica e popular, sem que se vislumbrasse a sobreposição de um em relação ao outro. Ao revés, deste processo resultou a construção de um novo conhecimento, produto da fusão daquelas duas percepções do conhecer.

A construção desse conhecimento só se fez possível porque a comunidade atingida não foi concebida como mero objeto de investigação, ou laboratório humano passível de intervenção, tampouco a AJUP atuou como mera prestadora de serviços. O uso de espaços ampliados de participação popular, como assembleias locais, aliado às vivências dos membros da AJUP, os quais participaram efetivamente do dia a dia dos atingidos, atuando conjuntamente no diagnóstico dos direitos que lhe foram subtraídos, foram os fatores que permitiram com que esta parceria se tornasse efetivamente virtuosa.

Dito de outra forma, o uso de metodologias horizontalizadas culminou na participação, por parte dos moradores de Fumaça, de todas as etapas dos trabalhos descritos, tornando-se esses, ao lado dos militantes do MAB e dos membros da AJUP, verdadeiros protagonistas deste processo de construção do saber.

Desse quadro, é possível inferir que a atividade extensionista protagonizada, em Fumaça, pelos atores locais e pelos membros dos movimentos sociais teve o condão de efetivar os direitos fundamentais a partir de dois enfoques.

A um primeiro olhar, fica claro que, ao pretender colaborar com a atuação do MPF, o trabalho desenvolvido favoreceu, em última análise, o acesso à justiça dos cidadãos atingidos pela construção do empreendimento. Isso porque, em virtude da violação, por parte da empresa, de todos os direitos listados anteriormente, os atingidos não podem ser desconsiderados como partes integrantes desse cenário, razão pela qual o acesso aos meios institucionalizados que lhes proporcionem reclamar seus direitos deve lhes ser garantido, sob pena de transgressão de outros direitos e garantias fundamentais.

Sob outro ângulo, ao privilegiar a troca de conhecimentos entre os atores, a metodologia utilizada serviu para concretizar a construção de um novo saber, a partir de um processo coletivo, dialógico e horizontal, que, por assim ser, projetou suas sombras para a formulação de um conhecimento essencialmente emancipatório.

A atuação em Fumaça serviu, de modo particular, para encorajar os membros da AJUP-UFV a continuarem firmes no propósito de implementar uma atuação jurídica diferenciada, cujo pano de fundo é uma atividade extensionista emancipatória e cujas bases estão fixadas no ideal constitucional de uma sociedade efetivamente justa. Que este ideário permaneça como a mola propulsora do agir. E que o horizonte, embora sempre longínquo, conserve-se como a utopia na qual se inspira; que impulsiona sempre o caminhar...

Referências Bibliográficas

- ABRÃO, Rosa Maria Zaia Borges; TEIXEIRA, Christine Rondon; BRUSCATO, Giovani Tavares; RIPOLL, Joana Cavedon; PAULA, Luciana Araújo de. Limites e perspectivas da Extensão Universitária: um olhar a partir da Assessoria Jurídica Popular. In: *Captura Crítica: direito, política, atualidade*. Revista Discente do Curso de pós-graduação em Direito. – n.2. v.1. (jul/dez 2009) – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<http://www.cj.ufsc.br/capturacritica/documents/n2v1/parciais/20.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2012..
- BACON, Francis. *Nova Atlântida*. Coleção os Pensadores. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 9 nov. 2012.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A arte das orientações técnicas em campo*. Viçosa. UFV, 2005.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>>. Acesso em: 17 abr. 2010.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra. 2006.
- GUSTIN, Miracy B. S. As necessidades humanas e o (re)pensamento da ação universitária: a Interdisciplinar do Direito, Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular da Faculdade de Direito da UFRGS. In: *Edição Especial*, n. 5. Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2006.
- LELIS, Davi Augusto Santana de; COELHO, France Maria Gontijo; DIAS, Marcelo Miná. A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito? In: *Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 13 n.1 p. 69-80. jan./jun 2012. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/SII/mdl/filestorage/uploads/847.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2012.
- MACEDO FILHO, Renato; REGINO, Fabiene Alves. O empoderamento das mulheres do sertão: uma experiência do associativismo e desenvolvimento rural. In: *RIMISP Centro Latino Americano para el Desarrollo Rural*. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6513>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

- MAIA, Christianny Diógenes. *Assessoria Jurídica Popular – Teoria e Prática Emancipatória*. Dissertação de Mestrado submetida à Universidade Federal do Ceará – UFC, para obtenção do grau de Mestre em Ordem Jurídica Constitucional. Orientadora: Professora Ana Maria D'ávila Lopes. Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/30857165/Assessoria-Juridica-Popular-Christianny-Diogenes-Maia>>. Acesso em: 11 nov. 2012.
- MORIN, Edgar. Epistemologia da tecnologia. O desafio da complexidade. In: *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.
- PLATÃO. *A república. Livro VII*. Brasília: UnB/Ática, 1989.
- RIBAS, Luiz Otávio. Assessoria Jurídica Popular Universitária. In: *Captura Críptica: direito, política, atualidade*. Revista Discente do Curso de pós-graduação em Direito. – n.1. v.1. (jul/dez 2008) – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.cj.ufsc.br/capturacriptica/documents/n1v1/parciais/ribas2.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. (Org.). *Empoderamento e direito no combate a pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.
- _____. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

⁴ No âmbito da Universidade Federal de Viçosa, a AJUP constitui um projeto de extensão vinculado ao Observatório dos Movimentos Sociais. Atualmente, o projeto conta com financiamento de uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária da UFV (PIBEX).

⁵ Empoderamento pode ser conceituado como um mecanismo de autonomia das pessoas, organizações e/ou comunidades inseridas em processos coletivos e sociais, que passam a controlar suas ações e decisões através da reivindicação de direitos e consciência de deveres. (MACEDO FILHO; REGINO, 2012, p. 1). Para melhor entender a temática do empoderamento, aconselha-se a leitura de ROMANO; ANTUNES (2002).

⁶ Acerca do tema da Teoria Crítica do Direito, assevera Wolkmer (2002, p. 17-18): *Distintamente do que é entendido por "teoria científica" como grau aceitável de objetividade, sistematicidade e universalidade, a "teoria crítica" torna-se importante na medida em que se atribui relevância ao sentido sociopolítico do Direito, ou seja, a plena eficácia ao discurso que conteste o tipo de justiça apresentado por determinado ordenamento jurídico. Deve-se revelar uma formulação aceitável e satisfatória como discurso que aponte o sentido ideológico do Direito, na medida em que for responsável por prescrições normativas distorcidas das relações sociais. A estratégia não nega a "aparência real" do fenômeno jurídico, mas, sobretudo, procura revelar os interesses e as contradições que se ocultam por trás de uma estrutura normativa.*

⁷ O pluralismo jurídico, como concepção filosófica, opõe-se ao "monismo" estatal. A este respeito, esclarece Wolkmer (2001, p. 171-172): *Ao contrário da concepção unitária, homogênea e centralizadora denominada "monismo", a formulação teórica e doutrinária do "pluralismo" designa a existência de mais de uma realidade, de múltiplas formas de ação prática e da diversidade de campos sociais com particularidades própria, ou seja, envolve o conjunto de fenômenos autônomos e elementos heterogêneos que não se reduzem entre si.* O pluralismo enquanto concepção "filosófica" se opõe ao unitarismo determinista do materialismo e do idealismo modernos, pois advoga a independência e a inter-relação entre realidade e princípios diversos.

⁸ Segundo Cappelletti e Garth, *apud* Abrão *et al*, (2009, p. 436), sucederam-se três momentos ou ondas como tentativas de concretizar o acesso à justiça, cada uma delas de acordo com a concepção histórica que se tinha do termo. Como primeira onda tem-se a assistência judiciária, que buscou mitigar os obstáculos econômicos de (in)acesso ao Poder Judiciário, atendendo especificamente às demandas das populações de baixa renda. Já pela segunda onda, pretendeu-se a representação dos interesses difusos, até que, finalmente, na terceira onda há completude articulada das duas primeiras. Para maiores detalhes, ver: CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Safe, 1988.

⁹ Essa mística engloba a quebra da formalidade presente nos serviços legais tradicionais, ao estabelecer uma relação de interação entre assessores e assessorados, complementada pela posição reivindicatória e participativa da comunidade. Ademais, supera a prática jurídica afastada da realidade social (MAIA, 2006, p. 88).

¹⁰ A ética comunitária caracteriza-se pela adoção da lógica de correção dos erros ou superação completa das economias de mercado (MAIA, 2006, p. 90).

¹¹ O termo utilizado se refere ao encantamento da lei, a compreensão de que o Direito já está completo e pode resolver tudo, nos moldes tradicionais (MAIA, 2006, p. 89).

¹² Campilongo *apud* Maia mostra que a postura ética dos serviços legais tradicionais é baseada em uma conduta cimentada com a consolidação das economias de mercado: individualismo, concorrência, calculabilidade econômica, não intervenção do Estado na economia, separação entre Estado e sociedade. (MAIA, 2006, p. 90)

¹³ A Novelis é uma empresa com origem nos Estados Unidos. Em 2007 foi comprada pela Aditya Birla Group, um conglomerado multinacional com sede na Índia, tornando-se a maior empresa de laminação de alumínio do mundo, e uma das maiores produtoras de alumínio primário da Ásia. A Novelis opera fábricas em 11 países e teve receita informada de US\$ 10,6 bilhões em 2011.

¹⁴ O MAB é um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. É um movimento popular, reivindicatório e político. Visa garantir os direitos das populações atingidas por barragens, a construção de um modelo energético popular e contribuir para construção de uma nova ordem social onde não haja divisão de classes.

¹⁵ Após as mobilizações populares foram reconhecidos 635 atingidos: 426 diaristas; 27 extratores de areia; 79 garimpeiros; 12 trabalhadores permanentes; 24 meeiros; 7 proprietários; 9 herdeiros; 51 artesãos de pedra sabão.

¹⁶ Embora ora divididos em classes, importante destacar que os direitos humanos constituem uma categoria una e indivisível de direitos. Dessa forma, a divisão tal como proposta neste trabalho - e realizada durante o processo de confecção do relatório - teve finalidades essencialmente metodológicas, de molde a facilitar a compreensão e a tornar mais contundente as violações que se pretendeu comprovar.



Formação inicial e continuada de professores em LIBRAS utilizando metodologias ativas focadas no imagético

André Luis Santos de Souza¹, Vinícius Catão de Assis Souza², Ana Luisa Borba Gediel³, Josiene Sathler Furtado Mendes⁴, Roselia Aparecida Gonçalves⁵.

Resumo: O presente trabalho discutirá as ações docentes a partir dos saberes pedagógicos construídos em meio às interações sociais, com vista à inclusão de surdos em salas de aula regulares. Para tanto, analisou-se as atividades do "Projeto Formação inicial e continuada de professores: abordagem inclusiva para os surdos na Educação Básica". Os dados oriundos da observação participante, diários de campo e filmagens das aulas foram organizados com base nos quadros situacionais de interações face a face, propostos por Erving Goffman. O principal objetivo foi compreender em que medida as ações do projeto impactaram a prática profissional dos professores de uma Escola pública de Viçosa (MG) e a formação de alguns licenciandos da UFV. Ao final da pesquisa, verificou-se que os participantes apropriaram-se de conhecimentos advindos da articulação da LIBRAS nas atividades do projeto, sendo eles mediados por recursos multimodais/imagéticos e estratégias de ensino que repercutiram na prática da sala de aula.

Palavras-chave: Formação Inicial e Continuada de Professores. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Metodologias Ativas. Inclusão de Surdos.

Área Temática: Direitos Humanos e Educação.

Pre and in-service teacher training using brazilian sign language (LIBRAS) approach focused on the active methodologies and images

Abstract: This paper will discuss the teaching activities from the pedagogical knowledge built in the midst of social interactions, for the inclusion of deaf students in the regular classroom. Therefore, we analyzed the activities of the "Project Pre and in-service teacher training: inclusive approach for the deaf students in Basic Education". Data were gathered from participant observation, field notes and video recording of the classes' activities. Then, data were organized based on situational frame face to face interactions, proposed by Erving Goffman. The main objective was to understand what extent the Project actions impacted the professional practice of teachers at public school of Viçosa (Brazil) and the pre-service teacher at Federal University of this town. At the end of the research, it was found that participants appropriated knowledge from the articulation of Brazilian Sing Language (LIBRAS) in project activities, and they mediated multimodal resources and teaching strategies that affected the practice of the classroom.

Keywords: Pre and In-service Teacher Training. Brazilian Sing Language (LIBRAS). Active Methodologies. Deaf Inclusion.

¹ Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa. Professor da Educação Básica e bolsista do Projeto formação inicial e continuada de professores: abordagem inclusiva para os surdos na Educação Básica. E-mail: andre.l.souza@ufv.br

² Professor no Departamento de Química da Universidade Federal de Viçosa e colaborador do Projeto. E-mail: vcasouza@gmail.com

³ Professora no Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa e coordenadora geral do Projeto. E-mail: ana.gedielufv@gmail.com

⁴ Professora e Supervisora na Rede Municipal de Educação, em Viçosa (MG). E-mail: djomendes@yahoo.com.br

⁵ Professora da Educação Básica e coordenadora técnica do Projeto. E-mail: roseliagoncalves@yahoo.com.br

Formación inicial y continua de los maestros utilizando lengua brasileña de señas (LIBRAS) y una abordagem que se propone articular las metodologías ativas y el uso de imágenes

Resumen: Este artículo discutirá las actividades docentes relativa a el conocimiento pedagógico construido en medio de las interacciones sociales, para la inclusión de las personas sordas en clases regulares. Por lo tanto, se analizaron las actividades del "Proyecto la Formación Inicial y Continua de los maestros: enfoque inclusivo para los estudiantes sordas de la Educación Básica". Los datos de la observación participante, diarios de campo y grabación en video de las clases se organizaron con base en el marco situacional para analizar interacciones cara a cara, propuestas por Erving Goffman. El objetivo principal era entender en qué medida las acciones del proyecto afectan la práctica profesional de los profesores de una escuela pública de la ciudad de Viçosa (Brasil) y la formación en las Licenciaturas de la Universidad Federal de Viçosa. Al final del estudio, se encontró que los participantes se apropiaron de conocimientos a partir de la articulación de Lengua Brasileña de Señas (LIBRAS) con las actividades del proyecto, que fueron mediada por el uso de recursos multimodales y estrategias de enseñanza que afectaron la práctica del aula.

Palabras clave: Formación Inicial y Continua de los Maestros. Lengua Brasileña de Señas (LIBRAS). Métodos Activos de Enseñanza. Inclusión de los Sordos.

Introdução

O presente trabalho emerge de análises sistematizadas a partir de dados produzidos durante a execução de um projeto que envolveu ações no campo do Ensino, Pesquisa e Extensão. Tal iniciativa partiu de professores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), buscando atender as demandas advindas da formação inicial e continuada de professores, com o foco no ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e das estratégias que visam incluir os estudantes surdos no ensino regular. O projeto foi desenvolvido por professores e licenciandos da UFV, em parceria com profissionais que atuam em uma escola municipal de Viçosa (MG).

A execução do *Projeto Formação Inicial e Continuada de Professores em uma Abordagem Inclusiva* (Projeto FIC) foi financiada pelo edital 13/2012 "Pesquisa em Educação Básica", a partir do acordo entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - processo nº 23038.005094/2012-23. Tal edital tinha como objetivo apoiar projetos de pesquisa e de inovação que possibilitassem criar estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, além de estimular o desenvolvimento de políticas de formação docente na elaboração de estratégias e orientações para o uso de tecnologias na prática docente da Educação Básica.

Os objetivos do edital, bem como os do projeto aqui apresentado, inspiraram-se nas diretrizes traçadas para Educação Básica e nas orientações trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996). Esta legislação, amparada pelo Ministério da Educação, visa diminuir as desigualdades sociais e promover o acesso democrático às esferas educacionais, respeitando as diversidades dos sujeitos.

Nesse sentido, o projeto FIC insere-se no contexto da problemática escolar, relacionada à capacitação de professores⁶ para atuarem no ambiente escolar com estudantes surdos. Assim, buscou-se contemplar a formação inicial e continuada de professores, possibilitando uma capacitação no uso da LIBRAS (QUADROS & KARNNOP, 2004) e das metodologias ativas (BASTOS, 2006).

Com o avanço nos direitos de acessibilidade e inclusão educacional, independentemente das condições físicas, motoras ou cognitivas dos sujeitos, surgem demandas e desafios para as relações de ensino e aprendizagem que se estabelecem na Educação Básica. Assim, uma nova realidade passa a ser vivenciada pela comunidade escolar onde foi realizada a pesquisa aqui a qual fazem parte os professores participantes do Projeto FIC. Essa realidade advém das mudanças suscitadas após a instituição de um contexto legal em vigência no Brasil: (i) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394; BRASIL, 1996); (ii) a Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, que institui a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a segunda língua oficial do país; (iii) a Lei Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que torna obrigatória a disciplina de LIBRAS para os cursos de Licenciaturas e Fonoaudiologia; e (iv) o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que ressalta a importância da formação de professores para atenderem estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular (BRASIL, 2014).

É importante destacar que a *meta 4*, estabelecida no Plano Nacional de Educação, aponta para a necessidade de universalizar, na população de quatro a dezessete anos com algum tipo de deficiência, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino. Sendo tal meta cumprida, isso garantirá aos estudantes acesso a um sistema educacional que respeita as suas necessidades, com salas de recursos multifuncionais e serviços especializados. Ainda, segundo o disposto na LDB (BRASIL, 1996), a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado (art. 58).

A legislação apresentada discute ainda adequações inclusivas no campo da educação para surdos, garantindo acesso desses sujeitos a qualquer instituição de ensino regular e a construção de conhecimentos a partir do uso da LIBRAS. Concomitante, surge uma série de ações voltadas para o uso de metodologias adaptativas e para a capacitação técnico-pedagógica dos professores e intérpretes educacionais (QUADROS & KARNOPP, 2004).

Pode-se afirmar que, por falta de conhecimento e de formação adequada, as leis são negligenciadas e a inclusão dos surdos parece não acontecer de fato. Inúmeros obstáculos são elencados no contexto da Educação Básica, tais como: (i) falta de conhecimento dos recursos técnicos e multimodais possíveis de serem utilizados como instrumentos para mediação do conhecimento em sala de aula; (ii) desconhecimento da LIBRAS e da cultura surda; (iii) falta de compreensão sobre a atuação do intérprete educacional; (iv) sobrecarga das atribuições dos professores; (v) pouco investimento em formação inicial e continuada de professores; além de infraestruturas precárias das escolas, condições de trabalho e salários inadequados.

Nesse cenário, as ações do projeto FIC inserem-se na busca por constituir um elo entre as propostas inclusivas e as práticas linguísticas no campo da LIBRAS, além de uma capacitação no uso de recursos didáticos e metodológicos acessíveis aos surdos e aos professores da Educação Básica. Desse modo, foram realizados a elaboração e o acompanhamento do planejamento das aulas, estratégias e construção de materiais didáticos, envolvendo metodologias ativas (por exemplo, construção de dados para jogos de Matemática utilizando numerais em LIBRAS) e ensino da gramática da LIBRAS (configuração das mãos, ponto de articulação, movimento, direcionalidade/orientação da palma da mão e expressão corpóreo-facial).

Os dados foram registrados e analisados por um bolsista de iniciação científica, a partir da orientação de professores da UFV e de uma professora da escola básica de Viçosa, também bolsista do projeto. As ações desenvolvidas usufruíram de técnicas e métodos disponíveis na Pesquisa Social (qualitativa) para averiguar os impactos do projeto FIC no cotidiano escolar dos professores em exercício e na formação dos futuros docentes. Mobilizou-se ainda um conjunto de dados oriundos das entrevistas com os professores em formação e da observação participante desses agentes, por meio de uma realidade significada e investigada por eles mesmos (BRANDÃO, 1985).

Dessa forma, o trabalho se estrutura em três tópicos e considerações finais. O primeiro faz uma contextualização do objeto de estudo e da problemática que se insere nas ações do projeto FIC; no segundo, delinea-se o universo em que foram produzidos os dados e a rede social que envolveu professores e graduandos da UFV no cotidiano dos professores da escola básica; e o terceiro tópico adentra nos resultados obtidos a partir das práticas docentes, com a aprendizagem da LIBRAS, a produção de materiais didáticos e metodologias ativas focadas no imagético.

Contextualização das ações mobilizadas pelo projeto FIC

O estudo alicerçou-se na perspectiva da pesquisa produzida pelo conhecimento coletivo, com base na visão de mundo dos agentes envolvidos e das ações e situações inscritas numa mobilização de cunho educacional, utilizando metodologias e técnicas fundamentadas pelas Pesquisas Sociais, em conformidade com suas orientações epistemológicas. Um pressuposto básico a ser adotado nessa perspectiva é a vigilância em relação aos valores e sentidos que são próprios do pesquisador, para que não observe o outro com o olhar centrado em seus esquemas valorativos (WEBER, 1998).

A Pesquisa Social possui instrumentos e teorias que nos permitem aproximações dos seres humanos, vivendo em sociedade, abordando o conjunto das expressões humanas presentes nas estruturas, processos, representações, símbolos e significados dados às ações sociais. É importante ressaltar ainda que “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador –

sua experiência, capacidade pessoal e sua sensibilidade” (MINAYO, 2012, p.15). Nesse sentido, a metodologia definida para a coleta e tratamento dos dados é mais do que uma simples técnica, pois trata-se da articulação entre a teoria e a realidade vivenciada.

O projeto FIC contou com uma equipe multidisciplinar, tendo a participação voluntária de licenciandos das Ciências Sociais, História, Química, Dança, Educação Infantil e Pedagogia. Além desses, participaram como colaboradores uma professora que atua na Coordenadoria de Educação a Distância da UFV (CEAD), uma professora do Departamento de Letras, vinculada ao ensino da LIBRAS, um professor do Departamento de Química, coordenador de projetos voltados ao ensino de Ciências/Química para estudantes surdos e um grupo de professores da Educação Básica da Escola Dona Nanete (nome fictício).

O cronograma das atividades foi estabelecido conforme edital FAPEMIG, com previsão de dois anos para sua execução, sendo os cursos realizados nos seguintes períodos: FIC I – Outubro de 2013 a Março de 2014 (módulos I à IV); FIC II – Março a Junho de 2014 (módulos I à IV); FIC III – Setembro a Dezembro 2014 (módulos I à III).

Para chegar até a escola e promover um curso de extensão, dividido em três etapas formativas (FIC I, FIC II e FIC III), foi necessário realizar uma etapa preparatória, a partir da: (i) constituição de grupos de estudos; (ii) preparação de material didático, visando à inclusão de surdos e ouvintes em sala de aula; e (iii) construção de conteúdos programáticos e planos de aulas adequados aos professores em formação continuada. A equipe do Projeto FIC articulou o curso de formação, organizado a partir de módulos para melhor adequação dos conteúdos. Tais ações foram elaboradas em conjunto com os professores da Escola Dona Nanete através de sugestões e adequações referentes a sua realidade escolar.

A adesão inicial dos professores da escola foi motivada pela preocupação desses profissionais em atender um estudante surdo matriculado no Ensino Fundamental, além da perspectiva de outros surdos virem a se matricular na escola, motivaram suas ações. Tal situação é apontada por algumas pesquisas em relação ao sentimento de despreparo dos professores para lidarem com a inclusão no âmbito escolar, nos diferentes níveis de escolarização (GIROTO & CASTRO, 2011; MICHELS, 2011; MONTEIRO & MANZINI, 2008; QUATRIN & PIVETTA, 2008; VITALIANO, 2007).

No início, a equipe contava com nove graduandos matriculados em cursos presenciais e a distância da UFV, quatro professores da UFV e doze professores da Escola Dona Nanete. Até o final do curso FIC III, a equipe envolvida no trabalho foi reduzida à metade por falta de disponibilidade dos participantes em participar das aulas propostas pelo Projeto, bem como também, pela dificuldade encontrada por muitos frente a proposta formativa, que demandava o envolvimento com a LIBRAS e com o uso de tecnologias computacionais. Permaneceram até o final três professores da UFV, três graduandos e seis professoras da escola.

Além dessas justificativas, alguns professores apontaram a dificuldade para se deslocarem até o campus da Universidade, quando as atividades não eram realizadas no espaço oferecido pela escola. Este último fator fez com que a equipe alternasse os encontros, ora na escola, ora na UFV. Embora o Curso FIC fosse gratuito, muitos professores desistiram de prosseguir-lo. A desistência dos graduandos foi alegada, geralmente, pela falta de tempo devido à sobrecarga de tarefas acadêmicas; outros abandonaram o projeto (onde eram voluntários) assim que conseguiram bolsas em outros projetos.

Os docentes da Escola, que participaram do FIC, tinham experiências cotidianas com um estudante surdo matriculado na escola. Nesse sentido, mesmo que o surdo não participasse diretamente da pesquisa, ele foi indiretamente beneficiado pelas ações do projeto. Ou seja, a partir das experiências adquiridas pelos professores, foram incorporadas as aprendizagens do curso na rotina pedagógica na sala de aula que atendia um aluno surdo.

A mudança e redução na equipe do projeto não limitaram o desenvolvimento das ações voltadas à formação inicial e continuada dos professores, sendo mantida a continuidade das propostas estabelecidas pelos objetivos do projeto. Desse modo, foi possível desenvolver todos os módulos do curso de capacitação, formando cinco graduandos e seis professores em exercício na Escola Dona Nanete.

As aulas do FIC III foram realizadas no campus da UFV em diferentes locais, como o prédio da CEAD, o Laboratório de Informática e sala de aula do Colégio de Aplicação COLUNI e o Laboratório Interdisciplinar para Formação de Educadores (LIFE), disponibilizando materiais didáticos e tecnológicos para o curso. No ambiente da escola, foram realizadas aulas na sala de vídeo e projeção multimídia.

Escola Dona Nanete e os agentes envolvidos em uma rede colaborativa de conhecimentos

A partir dos encontros semanais, da participação nas aulas do Curso FIC e das reuniões quinzenais da equipe, foi possível discutir o andamento das atividades e a construção de saberes por todos os integrantes. Neste cenário, foi possível um aprofundamento na compreensão pragmática que reverberou nas ações objetivadas desenvolvidas. As expressões e as ações dos professores da Escola e dos graduandos da UFV foram analisadas com base na *interação social face a face* (GOFFMAN, 2009), captados pela lente da câmera e pela perspectiva de pesquisadores inseridos na equipe do projeto durante as aulas.

Sendo assim, buscou-se analisar, a partir de dois eixos analíticos, os impactos do Projeto e do Curso FIC na prática docente: (i) em que medida as ações do Projeto FIC impactaram na realidade da Escola e no arcabouço de saberes pedagógicos que as professoras já possuíam; e (ii) quais as contribuições das ações voltadas à capacitação de professores para lidar com as novas demandas impostas as instituições escolares, conforme a perspectiva de abordagens inclusivas para uma educação bilíngue de estudantes surdos no ensino regular.

Para tanto, analisou-se as falas e performances durante as interações proporcionadas por três aulas (sintetizando parte dos impactos suscitados pelo projeto, com base nos dois eixos analíticos supracitados), a saber:

Aula I – encerramento do módulo I do FIC II: foi desenvolvida uma atividade avaliativa, utilizando os sinais aprendidos até então. Ao iniciar, a ministrante explicou a dinâmica da atividade e anunciou que falaria pouco e sinalizaria mais para que as cursistas familiarizassem com a LIBRAS. Foi feita a chamada em alfabeto datilológico. Em seguida, com ajuda de um dado feito de caixinha, foi explicado que cada cursista teria que jogar o dado e o número sorteado significaria a quantidade de palavras em Português referentes a sinais da LIBRAS que cada jogador teria que utilizar para formar frases. As professoras levantaram-se das carteiras e se dirigiram até o centro da sala, onde as palavras estudadas ao longo do módulo estavam dispostas em pedaços de papéis.

Aula II – realizada no Laboratório de Informática do Colégio de Aplicação – COLUNI, referente ao do módulo II do FIC III. Estavam presentes sete professoras cursistas, mais quatro pessoas da equipe do projeto. Os ministrantes do Projeto FIC iniciaram a aula apresentando (através de slides) fotografias de materiais didáticos desenvolvidos por estudantes de Pedagogia. Enquanto isso, a professora do FIC comentou as imagens, chamando atenção para as possibilidades didáticas que esses recursos contêm. Refletiu-se sobre os materiais apresentados e foram feitas sugestões que poderiam ser utilizadas de modo interdisciplinar (utilizando a LIBRAS) para os conteúdos de Ciências e Matemática voltadas para turmas iniciais do Ensino Fundamental. Em seguida, as ministrantes propuseram a discussão do texto “Ensino de matemática para surdo”. Feito isso, os cursistas começaram um jogo de Passa ou Repassa com questões referentes aos conteúdos do texto.

Aula III – realizada na sala de vídeo da escola, referente ao do módulo III do FIC III. Nesse dia, estavam presentes sete professoras e três estudantes de graduação. Dois desses ministraram e uma filmou a aula. Inicialmente as professoras foram motivadas a conhecer a montagem do material didático com os slides e o uso do recurso multimídia. Em seguida, foram convidadas a observar nos slides alguns sinais em LIBRAS, utilizando os cinco parâmetros gramaticais da língua para compreensão dos sinais. Em seguida, as professoras desenvolveram uma atividade prática em que teriam que, por meio das imagens do sinal em LIBRAS, descobrir qual o estado brasileiro equivalente e depois colá-lo no mapa do Brasil projetado na lousa.

Essas três aulas foram analisadas a partir das filmagens, das observações participantes e dos relatos escritos nos diários, narrando às experiências e impressões decorrentes das aulas. Pode-se afirmar, que, a partir das aulas, os professores passaram a repensar o uso dos recursos imagéticos na sala de aula, uma vez que se entendeu que a Língua de Sinais é pautada na modalidade linguística visual espacial e, que por isto, a percepção do sujeito surdo torna-se extremamente imagética.

A partir das ações desenvolvidas no projeto foi possível verificar os impactos, as necessidades e as demandas em torno da capacitação teórica e prática dos profissionais docentes que atuam na escola básica onde ocorreu a pesquisa. A busca por compreender os espaços de capacitação e seus reflexos na educação básica está suscitada na LDB/96, tendo em vista a constituição de uma escola mais

inclusiva e democrática. Para analisar tais impactos utilizou-se de um arcabouço teórico metodológico inspirado nos estudos de Erving Goffman (1989; 2009). Sua proposta está alicerçada na análise da realidade social, a partir das interações face a face, em contextos situacionais específicos. Nestes cenários de interações, intersubjetivamente instituídos de modo verbal e não verbal, foi possível observar as contribuições do projeto para a prática docente.

Na análise goffmaniana, o objetivo das análises das ações e sentidos dados pelos indivíduos envolvidos durante a situação sóciointeracional favoreceu as análises e interpretações das experiências dos participantes com o Projeto FIC no Curso de Formação Docente. Para Goffman (2009), é no contexto do encontro social que se manifesta a natureza dos sujeitos, podendo assim tornar acessível sua observação, descrição e análise.

Buscando uma compreensão mais aproximada para um aprofundamento nas reflexões e análises das ações do Projeto FIC, foi realizado um detalhamento analítico da Aula III a partir de uma descrição da interação em sala de aula.

A aula foi planejada e organizada por três licenciandos da UFV integrantes do Projeto FIC. O lugar do encontro foi a Sala de Vídeo da Escola. Após apresentação dos recursos e materiais didáticos mobilizados para a aula, iniciaram-se as apresentações dos slides contendo os conteúdos de Geografia (referentes aos primeiros anos do Ensino Fundamental, conforme as orientações oficiais e conteúdos programáticos da disciplina estabelecidos pela própria escola).

No primeiro slide foi apresentada uma imagem do Planeta Terra e o sinal referente em LIBRAS, chamando atenção para a utilização contextual desse sinal, pois pode também significar “mundo”. Avançando no slide, contendo tópicos sobre os cinco parâmetros da LIBRAS, utilizou-se o sinal de P-L-A-N-E-T-A T-E-R-R-A (datilologia) para explicar seus parâmetros gramaticais (configuração de mão, localização, movimento, orientação das mãos e ENM). Na sequência dos slides, o próximo continha uma imagem do Continente Americano - em seguida perguntou-se para as cursistas como elas imaginavam ser o sinal da imagem projetada. O sinal de A-M-É-R-I-C-A é iconográfico e remete a imagem projetada. No entanto, os cursistas não identificaram o sinal de imediato; após ser apresentado tal sinal, a reação de todos foi de uma obviedade. Dando prosseguimento às apresentações dos slides, demonstrou-se depois o sinal de C-O-N-T-I-N-E-N-T-E. Por fim, a próxima projeção foi o mapa da A-M-E-R-I-C-A D-O S-U-L e a mudança em sua configuração de mão ao se referir à A-M-E-R-I-C-A_D-O_N-O-R-T-E e à A-M-E-R-I-C-A_C-E-N-T-R-A-L.

Terminada a apresentação dos slides, foi exibido um pequeno vídeo, mostrando de forma imagética os sinais em LIBRAS para as regiões brasileiras. Tal vídeo foi gravado por uma pessoa surda e continha elementos visuais que suscitavam algumas características culturais de cada região. Em seguida, iniciou-se o segundo momento da aula, o qual consistia em um jogo, envolvendo os sinais referentes aos estados brasileiros. O objetivo de tal ação foi fazer com que os cursistas visualizassem o potencial didático das metodologias ativas e, ao mesmo tempo, aprendessem sinais em LIBRAS referentes a estados do Brasil. Cada cursista recebeu uma ficha, contendo uma sequência de fotos com três momentos da realização do sinal. Eles teriam que descobrir qual estado remetia ao sinal da ficha; em seguida deveriam colar o sinal no mapa do Brasil projetado na lousa.

Percebeu-se que o uso de metodologias ativas e recursos multimídias, em forma de lúdico, auxiliaram no processo de ensino e aprendizagem da LIBRAS, ao mesmo tempo, que estimularam e apresentaram novas possibilidades didáticas aos professores cursistas. Tal interação foi capaz de despertar uma sensibilidade para a prática docente, utilizando uma perspectiva bilíngue.

A prática docente envolve um conjunto de conhecimentos, técnicas e sentidos simbólicos que acompanha o professor desde sua formação. Ou seja, um conjunto que envolve *mobilização das competências, saber experiencial ou prática e conhecimento pedagógico dos conteúdos* (TARDIF, 2002; PERRENOUD, 2002). Como pode ser observado na aula III: (i) houve uma troca de saberes, que foram proporcionadas pelas interações face a face, envolvendo futuros professores e professores em exercício, por meio das experiências trazidas de outras vivências em confluência com os conteúdos mobilizados durante os encontros; (ii) também, foi possível colocar a prática docente como objeto de análise e autorreflexão, estimulando uma condição docente que busque por meio da prática pedagógica um olhar multifocal, capaz de observar que a inclusão perpassa necessariamente pelo campo da linguagem (GARCEZ, 2011).

Ficou claro, nas posturas e discursos observados nas últimas aulas do Projeto FIC, que os professores envolvidos e licenciandos passaram a problematizar mais sua prática e a planejar aulas,

pensando na dimensão imagética com vista a atingir por meio de diferentes linguagens os diferentes sujeitos inseridos no contexto da sala de aula. Ainda, foi possível perceber que os profissionais da educação passaram a compreender melhor as diferenças e necessidades individuais dos alunos e, em se tratando de aluno surdo, saber perceber sua particularidade comunicativa por meio de outra modalidade linguística (visual espacial).

Práticas docentes, LIBRAS e metodologias ativas focadas no imagético

Refletir a respeito do contexto escolar e da prática docente na atualidade requer ir além de uma concepção educacional tradicionalista e, ao mesmo tempo, considerar que as novas demandas pedagógicas exigem atualização na prática docente. Sendo assim, com base na reflexão das aulas desenvolvidas, alguns professores em exercício passaram a repensar suas estratégias pedagógicas para mediar o conhecimento por meio de novos saberes, agregados ao repertório de saberes docente (LIBÂNEO, 2010).

Para que os professores em formação (inicial ou continuada) assumissem a perspectiva de articulação dos saberes em suas práticas, as estratégias criadas pela equipe do projeto foram também inspiradas na *motivação intrínseca* da realização do trabalho docente. O conceito de *motivação intrínseca* relaciona-se à tendência que as pessoas apresentam ao lidar com as novidades e os desafios pessoais e profissionais que lhes são impostos, exercitando suas múltiplas capacidades para mediar problemas e conflitos de diferentes ordens⁷

Diante dos múltiplos saberes associados à prática docente dos professores, Tardif (2002) propõe um modelo para identificá-los e, ao mesmo tempo, classificá-los. Ele busca abordar essa diversidade de saberes, relacionando-os com os lugares onde os próprios professores atuam, com as organizações que os formam e/ou nas quais atuam, com seus instrumentos de trabalho e, enfim, com sua experiência profissional. O autor também evidencia as fontes de aquisição desses saberes e seus modos de integração no trabalho docente, destacando que os saberes docentes são provenientes de diferentes instituições, níveis e situações. Verifica-se, também, que na prática, os conhecimentos tomam corpo e significado somente durante as ações dos professores orientadas através de esquemas valorativos, são produzidos a partir da própria experiência nos bancos escolares. Com base nisso, é possível dizer que as ações do Projeto FIC estimularam a autorreflexão nos professores por intermédio das aulas do Curso FIC (foco deste artigo), de minicursos e de palestras.

Com base nos autores supracitados, é possível inferir que os saberes mobilizados durante o processo de formação de professores, seja iniciada ou continuada, favoreceram: (i) o *conhecimento na ação ou saber fazer*; (ii) a *reflexão na ação*, considerando que, ao realizarmos uma ação, estamos refletindo sobre esta e aprendendo sobre o processo dialógico da aprendizagem; e (iii) a *reflexão sobre a ação*, que permite uma análise mais pormenorizada da atividade realizada de modo a melhor compreendê-la e, quando necessário, uma (re)formulação das ações práticas em sala de aula. Perrenoud (2002) e Contreras (2002) ressaltam que a formação do professor como um profissional crítico e reflexivo é de grande importância para uma sociedade em constante transformação. Isso por que fomentaria o desenvolvimento de habilidades essenciais ao docente do século XXI, tal como a capacidade de inovar, articular e negociar novos saberes em contextos de construção de conhecimentos.

A participação dos agentes docentes, nas etapas executadas pelo Projeto FIC propiciou uma série de aprendizagens e ressignificações em relação ao corpo surdo, a surdez e a educação bilíngue. Por meio de aulas e palestras, os professores da Escola D. Nanete entraram em contato com estudos antropológicos, educacionais e linguísticos realizados no campo da surdez. Puderam conhecer os princípios gramaticais e pragmáticos que constituem a Língua Brasileira de Sinais e os implicativos sociopolíticos envolvendo essa Língua e os direitos dos surdos.

Algumas considerações finais

As ações do Projeto FIC foram capazes de agregar novos saberes à prática do grupo de professores participantes do Curso. Eles passaram a olhar para a surdez pelo viés da diferença (e não deficiência, no sentido da falta e limitação dada pela lesão) e, por meio de uma concepção de educação Bilíngue, voltada para a inclusão de sujeitos surdos na escola básica.

Os cursistas, de um modo geral, foram estimuladas a repensar o imagético na comunicação para explorar o uso de recursos visuais com base na LIBRAS. A criatividade desenvolvida a partir das

metodologias ativas, segundo relatos das próprias cursistas, “*promoveu a aprendizagem de forma prazerosa e lúdica, em que todos puderam participar*” (ENTREVISTA, 2014). Além disso, a mudança de postura dos profissionais, no ambiente escolar, frente ao uso das novas tecnologias e metodologias ativas para mediar o conhecimento ficou evidente durante e após a participação no Projeto FIC. Algumas professoras cursistas utilizaram os trabalhos e materiais produzidos, durante as atividades do Curso, para ministrarem aulas na Escola. Como pode ser observado nos trechos abaixo, transcritos de entrevistas informais filmadas:

Nossos redirecionamentos e visão no decorrer das aulas foram modificados e reconstruídos na troca de experiências do grupo e dificuldades, inseguranças pessoais foram eliminadas no andamento do curso (entrevista) ⁸.

[...] para mim mudou muita coisa, em questão de dá aula mesmo né, metodologia que pra mim tá sendo muito bom, de fato assim, uma reciclagem né. Éhh... também de eu pensar a libras porque eu sempre quis aprender libras, mas aí é difícil, tô com algumas dificuldades só que tô conseguindo algumas coisas... eu entrei sem saber nada, alfabeto, nada (entrevista) ⁸.

É possível afirmar que o impacto das aulas proporcionadas pelo Projeto FIC foi positivo para a prática docente e saberes-fazer. Para tanto, foi necessário romper com alguns obstáculos presentes nas motivações individuais desses professores. Em primeiro momento, romper com a barreira do desconhecimento, que gerava preconceitos em relação à surdez; segundo, romper com o obstáculo do estranhamento e estimular um relativismo capaz de colocá-los em contato com a Língua de Sinais e com a visão de mundo do sujeito surdo; e terceiro, no aspecto do saber-fazer por intermédio de novas metodologias de ensino focadas em abordagens inclusivas na educação básica para o ensino regular.

Já em relação à formação inicial, observou-se que os licenciados tiveram a oportunidade de experimentar novos recursos pedagógicos, focando as metodologias ativas imagéticas. Isso pode ser considerando um avanço, pois o que se tem observado é que, na maioria dos cursos de licenciatura, muitas vezes, os graduandos não vivenciam uma prática pedagógica que os estimule a trabalhar com materiais didáticos voltado para surdos e mobilizados por meio da LIBRAS.

Pimenta (2009) aponta que a identidade profissional do professor é construída a partir da própria significação social dada a profissão e, nesse sentido, uma revisão constante desses significados sociais, acabam por revisar uma tradição escolar. Sendo assim, essa ressignificação à prática docente apresenta-se uma dupla jornada: dada pela significação da prática social e pelo significado dado por cada professor à atividade docente a partir de seus valores, visão de mundo, história de vida e seus saberes pedagógicos. Nessa assertiva, as ações do Projeto (grupo de estudos, palestras, minicurso, ciclos de palestras e pesquisa) proporcionaram uma rede de conhecimentos mobilizados pelos agentes ligados a Universidade e a Escola Básica. Tal aproximação propiciou trocas importantes tanto no aspecto da formação continuada dos professores quanto na formação inicial de futuros docentes.

Contudo a necessidade de uma formação inicial e continuada, envolvendo a problemática da inclusão de sujeitos surdos no ambiente escolar de ensino regular, ultrapassa os aspectos técnicos e estruturais, ligando-se ao reconhecimento da diferença e do direito à diferença. Nesse sentido, pensar a prática docente envolve considerarmos: a *mobilização de competências, do saber experiencial e prático e do conhecimento pedagógico dos conteúdos*. Logo, conceber a formação de professores dentro dessa perspectiva é levar em consideração sua capacidade de refletir a sua própria prática de modo a explicitarem um conjunto de saberes, mobilizado a partir das experiências vivenciadas e a partir de interações educacionais constituídas face a face.

O Projeto FIC foi finalizado em Junho de 2015. Elaborou-se um relatório de sua execução e uma apresentação dos produtos gerados por suas ações. A partir do material mobilizado e produzido por este Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão, foi possível analisar as carências, as necessidades e possibilidades para uma capacitação de professores em exercício a fim de atuarem em conformidade com as novas práticas e saberes docentes exigidos por uma escola mais democrática e inclusiva. Esta experiência abre caminho para se pensar a viabilidade de um Projeto de Formação Continuada que abranja todos os professores em exercício na rede básica de ensino regular, voltado para o ensino da

LIBRAS e estimule a construção de metodologias ativas imagéticas para integração de surdos em salas de aula junto aos ouvintes.

Agradecimentos

À CAPES e FAPEMIG, pelo financiamento concedido ao Projeto FIC; aos professores, funcionários e coordenadores da escola, pela parceria e disponibilidade; aos licenciandos da UFV, pelo envolvimento com as atividades voltadas à inclusão dos surdos na Educação Básica.

Referências Bibliográficas

- ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. In: Coleção de pesquisa qualitativa/ coordenada por Uwe Flick. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARLACH, L.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; MALVEZZI, S. O Conceito de Resiliência Aplicado ao Trabalho nas Organizações. *Revista Interamericana de Psicología / Interamerican Journal of Psychology*, v. 42, n. 1, p. 101-112, 2008.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996)*. Brasília (DF): Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação (2014-2024)*. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2014.
- CAPOVILLA, F. C. *Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo*, *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, v. 6, n.1, p. 99-113, 2000.
- CHARLOT, B. *Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CONTRERAS, J. *Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- CORTELLA, M. S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 10ª ed., São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, (Coleção Perspectiva), 2006.
- GARCEZ, Pedro M. Pedir e oferece ajuda para “fazer aprender” em atividades pedagógicas de encenação na fala-em-interação de sala de aula de inglês como língua adicional. In: BARCELOS, Ana M. F. (org.). *Linguística Aplicada; Reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua estrangeira*. Campinas, SP: NPLA, 2011.
- GIROTO, C. R. M.; CASTRO, R. M. *A formação de professores para a educação inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores da Educação Infantil*. *Revista Educação Especial*, v. 24, n. 41, p. 441-451, 2011.
- GOFFMAN, E. *A Situação Negligenciada*. In: RIBEIRO, Branca Telles. *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1989.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 16ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LIBÂNIO, J. C. *Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MICHELS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? *Revista Educação Especial*, v. 40, n. 24, p. 219-232, 2011.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. Mudanças de concepções de professores de Ensino Fundamental que receberam alunos com deficiência em sua classe. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.14, n.1, p.35-52, Jan./Abr, 2008.

- NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.) *Profissão professor* (Coleção Ciências da Educação). 2ª ed., Porto (Portugal): Porto Editora, p.13-34, 1992.
- PERRENOUD, P. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PIMENTA, S. G. *Pesquisa-ação crítico colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, 2005.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira – Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUATRIN, L. B.; PIVETTA, H. M. F. Inclusão escolar e concepções docentes: do desejo idealizado à realidade prática. *Revista Educação Especial*, n. 31, p.49-61, 2008.
- REYNA, C. P. *Vídeo e pesquisa antropológica: encontros e desencontros*. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 20 de maio, 2015.
- RODRIGUES, A. T. *Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 5ª ed. 2004.
- RYAN, R. M.; DECI, E. L. Intrinsic and extrinsic motivations: classic definitions and new directions. *Contemporary Educational Psychology*, v. 25, n. 1, p. 54-67, 2000.
- SCHÖN, D. A. *Educating the reflective practitioner*. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.
- SHULMAN, L. Those Who understand: knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986.
- SILVA, M. *Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes Editora, 2002.
- VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 13, n. 3, p. 399-414, 2007.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª ed., v.1, Brasília: UnB, 1998.
- ZEICHNER, K. M. (1992). Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90. In: NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote.

⁶ Ao longo do texto serão utilizadas referências aos sujeitos da pesquisa sempre no masculino (o professor, o estudante, licenciados), considerando a dificuldade de se evitar uma linguagem sexista na escrita que exige rigor acadêmico. Mas enquanto não são criadas terminologias que representem uma forma mais adequada para expressar essa relação, sem que ideologicamente não se represente uma posição de superioridade masculina, fica registrado aqui o alerta de que seu uso no texto não sugere uma posição discriminatória. Mesmo porque a nossa amostra é composta quase que exclusivamente por mulheres. Nesse sentido, concorda-se com Cortella (2006, p.23) no seguinte aspecto: "Conceitos como ser humano, homem, hominização, por exemplo, têm uma evidente conotação masculina; é difícil evitar a linguagem sexista, mas enquanto não criamos palavras que representem uma nova postura, registro aqui o alerta de que seu uso no texto não sugere posição discriminatória". Assim, é relevante apresentar essa nota em um trabalho que não discute a questão de gênero, mas trata de ambos em nível de igualdade.

⁷ Essa relação de mediação tem sido associada ao conceito de resiliência. Tal conceito, que foi originalmente cunhado da Física, pode ser definido no campo da Psicologia como a capacidade de o indivíduo mediar problemas e situações conflituosas, superando obstáculos ou resistindo à pressão de situações adversas. Job (2003) e Barlach, Limongi-França e Malvezzi (2008) argumentam que a resiliência se trata de uma tomada de decisão quando se depara com uma situação limite entre a tensão do ambiente e a vontade de superar o desafio apresentado. Essas decisões favorecem o desenvolvimento de ações para enfrentar a situação problema em questão. Assim, pode-se considerar que a resiliência é uma combinação de fatores que propiciam ao ser humano condições para mediar e superar conflitos e adversidades do seu dia a dia.

⁸ Professora do Ensino Fundamental nas séries iniciais, participante do projeto.



Método Treino & Visita: uma alternativa para transferência de tecnologias para cafeicultores das Matas de Minas e promoção do desenvolvimento agrícola

Sérgio Maurício Lopes Donzeles¹, Cláudia Lúcia de Oliveira², Cleide Maria Ferreira Pinto Pinto³, Marcelo de Freitas Ribeiro⁴, Sammy Fernandes Soares⁵, Gabriel Braga Violento⁶, Iuri de Freitas Lopes Donzeles⁶

Resumo: Objetivou-se transferir tecnologias para cafeicultores das Matas de Minas com fins de adequar as suas propriedades às condições exigidas para certificação pelo programa estadual de certificação "Certifica Minas Café". Utilizou-se o método Treino & Visita (T&V) na transferência de tecnologias de construção de fossas sépticas para tratamento de esgoto e de caixas de contenção de águas pluviais. Foram realizados treinamentos para extensionistas sobre saneamento básico e conservação de solos. Sob a supervisão de pesquisadores, os extensionistas treinados fizeram exposição de técnicas sobre construção de fossas sépticas e caixas de contenção aos produtores em unidades demonstrativas, instaladas em propriedades certificadas. Por meio do método T&V é possível capacitar grupos de extensionistas para transferir tecnologias de construção de fossas sépticas e de caixas de contenção além de fortalecer a interação entre pesquisadores e extensionistas.

Palavras-chave: Café. Caixa de contenção. Certificação.

Área Temática: Teorias e Metodologias em extensão, Meio Ambiente.

Method Training & Visit: an alternative to technology transfer to farmers from the Forests of Mines and promoting agricultural development

Abstract: The objective was to transfer technology to farmers of coffee for purposes of adjusting their properties to the requirements conditions by the certification by the certification. The method used in the transfer of technologies of septic tank construction for wastewater treatment and storm water containment boxes was Training & Visit (T&V).. Trainings were realized to extension workers about sanitation and soil conservation. Under the supervision of researchers, the trained extension workers did exposure techniques about construction of septic tanks and containment boxes to producers in demonstration units, installed in certified properties. Through the T&V method it is possible to enable extension groups to transfer construction technologies of septic tanks and containment boxes. In addition, strengthen the interaction between researchers and extension workers.

Keywords: Coffee. Containment box. Certification.

Tematic areas: Theories and Methodologies in length, Environment.

¹ Eng^o Agrícola, D.S., Pesq. EPAMIG Zona da Mata, Caixa postal 216 CEP 36570-000 Viçosa MG, Correio eletrônico: slopes@ufv.br

² Farmacêutica-Bioquímica, D.S., Pesq. EPAMIG Zona da Mata/Bolsista Fapemig, Caixa Postal 216, CEP 36570-000 Viçosa-MG. Correio eletrônico: clucia@epamig.ufv.br

³ Eng^o Agr^o, D.S., Pesq. EMBRAPA/EPAMIG Zona da Mata, Caixa postal 216 CEP 36570-000 Viçosa MG. Correio eletrônico: cleide.pinto@epamig.ufv.br

⁴ Eng^o Agrônomo, D.S., Pesq. EPAMIG Zona da Mata, Caixa postal 216 CEP 36570-000 Viçosa MG. Correio eletrônico: mribeiro@epamig.ufv.br

⁵ Eng^o Agr^o, D.S., Pesq. EMBRAPA/EPAMIG Zona da Mata, Caixa postal 216 CEP 36570-000 Viçosa MG, Correio eletrônico: sammy@epamig.ufv.br

⁶ Graduandos Agronomia UFV, Estagiários EPAMIG/UREZM, Caixa postal 216 CEP 36570-000 Viçosa MG.

Método de Entrenamiento y Visita: una alternativa a la transferencia de tecnología a los agricultores de los bosques de Minas y promover el desarrollo agrícola

Resumen: El objetivo fue transferir tecnologías para cafeicultores con el fin de adecuar sus propiedades a condiciones exigidas para la certificación " Certifica Minas Café ". En capacitación se utilizó el método de Transferencia y Visita (T&V) de tecnologías de construcción de tanque séptico para tratamiento de aguas residuales y cajas de agua de aguas pluviales.. Fueron realizadas capacitaciones para extensionistas sobre el saneamiento y conservación del suelo. Bajo la supervisión de investigadores, los extensionistas capacitados hicieron exposición de técnicas sobre construcción de tanques sépticos y cajas de contención a los productores en unidades de demostración instaladas en propiedades certificadas. A través del método de T&V fue posible capacitar grupos de extensionistas para transferir tecnologías de construcción de tanques sépticos y cajas de contención, además de fortalecer la interacción entre los investigadores y extensionistas.

Palabras clave: Café. Caja de contención. La certificación.

Áreas Temáticas: Teorías y Metodologías de longitud. Medio Ambiente.

Introdução

No Brasil, a cafeicultura é uma atividade de grande importância para o cenário internacional e contribui, consideravelmente, para a geração de emprego, receitas cambiais e formação de divisas. Dentre as *commodities* mais negociadas do mercado, a produção de café é a que apresenta a maior volatilidade. Os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Paraná são os maiores produtores de café sendo o Espírito Santo o maior produtor de café conilon e, Minas Gerais, de café arábica. Em Minas Gerais, estado que abrange um território de 586.528 km² de área, a cafeicultura apresentou crescimento, principalmente após da década de 1970, quando intempéries climáticas prejudicaram as lavouras paulista e paranaense. Atualmente, o café é o principal produto da agropecuária mineira, com grande importância no cenário econômico, político e social do Estado. A cafeicultura proporciona a geração de empregos diretos e indiretos; desse modo, estimula a permanência do homem no campo e, em consequência, evita-se o êxodo rural.

A cadeia produtiva do café tem a participação de diversas organizações, instituições e centros de pesquisa. Essa integração contribui para o desenvolvimento, o controle e o aperfeiçoamento da atividade cafeeira com reflexo no aumento da área total plantada de café das espécies arábica e robusta no Brasil que atualmente é de 2.267.577,8 hectares. Do total, 341.504,4 hectares (15,06%) estão em fase de formação e 1.926.073,4 hectares (84,94%) em fase de produção. Em Minas Gerais está concentrada a maior área plantada com 1.245.710 mil hectares, com predomínio da espécie arábica (98,89%). A área total plantada de café no estado de Minas Gerais representa 54,2% da área cultivada com café no País. As maiores regiões produtoras do estado são, respectivamente, o Sul e Oeste de Minas Gerais, seguidos de Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, Zona da Mata e Jequitinhonha (OLIVEIRA *et al.*, 2008; IBGE, 2014; CONAB, 2014).

Na região das Matas de Minas, a produção de café é uma das principais atividades agrícolas, nos aspectos de geração de renda e emprego. Nessa região, a cafeicultura é explorada em propriedades predominantemente familiares, em terrenos acidentados, com restrições à mecanização e em solos pobres e desgastados. Dessa forma, para manter a competitividade do café produzido é preciso melhorar a qualidade do produto e ajustar o processo produtivo às exigências do mercado, com a finalidade de agregar valor ao produto.

Programa estadual de certificação de café “certifica minas café”

Uma opção para os produtores é a sua adesão ao Programa Estadual de Certificação de Café da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, denominado “Certifica Minas Café” (EMATER, 2014). Trata-se de um Programa Estruturador do Governo do Estado de Minas Gerais que visa identificar as propriedades produtoras de café, inclusive orgânico, com objetivos de rastreabilidade, manutenção e melhoria da qualidade como instrumento de valorização dos cafés mineiros; manutenção e conquista de novos mercados por meio da qualidade; manutenção, ampliação dos empregos gerados e aprimoramento do atendimento; manutenção e recuperação das áreas de preservação permanente (APP), reservas legais e manejo adequado de solo; certificação das

propriedades de café; garantia da melhoria e da gestão dessas propriedades e a inserção dos cafés mineiros nos diferentes mercados de forma a atender a crescente demanda de acordo com os padrões de qualidade (EMATER, 2014).

Para adesão dos produtores à certificação de propriedades cafeeiras, segundo os princípios de boas práticas agrícolas (BPA), há necessidade do cumprimento de normas e critérios. As normas (IMA, 2014b) para o manejo da lavoura abrangem grandes áreas temáticas:

- **Material de propagação:** deve possuir, obrigatoriamente, certificado de sanidade ou Certificado Fitossanitário de Origem - CFO;
- **Áreas de cultivo:** devem estar identificadas no local e deverá conter pelo menos um ponto georreferenciado da propriedade, deve existir um mapa ou croqui que delimite a ocupação do solo;
- **Controle de pragas e doenças:** o uso de agrotóxico, em caso de necessidade, deve ser receitado por um agrônomo. O receituário possibilita o produtor constatar que os agrotóxicos utilizados são registrados para a cultura no MAPA e cadastrado no IMA;
- **Irrigação:** é obrigatória a outorga de água ou protocolo dentro do prazo de validade;
- **Colheita e pós-colheita:** resíduos provenientes do processamento via úmida do café devem ter destino adequado. Devem ser adotadas boas práticas de secagem do café.
- **Rastreamento:** deve existir registro atualizado de serviços, compras, colheita, preparo e secagem, armazenamento e beneficiamento, comercialização de café e outros registros necessários.
- **Responsabilidade ambiental:** prevê práticas de conservação do solo da propriedade, mediante adoção de técnicas como manejo correto do mato e de caixas de contenção, reutilização da água do processamento via úmida e construção de fossas sépticas na propriedade.
- **Conservação das águas:** é obrigatório que as fontes de água estejam identificadas em mapas ou croqui da propriedade. A partir do ingresso do produtor no Certifica Minas Café são proibidas intervenções, como barragens ou desvios de cursos d'água. Agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) não podem ser manuseados em locais que ofereçam risco de contaminação das fontes de água.
- **Responsabilidade social:** é proibido trabalho forçado e infantil. Deve existir liberdade de organização dos trabalhadores e todo trabalhador deve ter acesso a um sistema de saúde.
- **Capacitação:** treinamento em segurança no trabalho ou curso com grade similar. Todos os colaboradores devem ter treinamento para realização da atividade.
- **Gestão da propriedade:** os produtores devem ser orientados e acompanhados durante o processo de certificação.

Certificação de Sistemas de Produção de Café na Região das Matas de Minas

As instituições de pesquisa situadas ou que atuam na região das Matas de Minas dispõem de tecnologias para melhoria da qualidade do café, dentro dos padrões exigidos pelo mercado. Entretanto, pelo fato de muitas dessas tecnologias não serem utilizadas, os cafeicultores da região não obtêm certificado para seus sistemas de produção. Um dos maiores obstáculos para a adoção de tecnologias pelos agricultores familiares é a dificuldade de entendimento e acesso, o que gera um entrave na transferência de tecnologia (MODESTO JÚNIOR; ALVES, 2009).

O interesse pela certificação é crescente, por possibilitar um canal direto de comercialização entre o produtor e a indústria, com a oferta de um prêmio pela qualidade do produto, que varia de 10 a 25% sobre o preço do dia. Em 2009, existiam 1.024 propriedades cafeeiras certificadas pelo Programa Estadual de Certificação de Café. Atualmente, existem 1.668 propriedades cafeeiras certificadas, ou seja, houve uma adesão superior a 50% (IMA, 2014a).

A construção de fossas sépticas e de caixas de contenção de águas pluviais está entre os requisitos exigidos para se obter a certificação (EMATER, 2014), mas são frequentemente negligenciados. Poucas propriedades já certificadas na região de Viçosa possuem fossa séptica e menos da metade dispõe de caixas de contenção. Essa situação pode ser associada ao fato de se tratar de um requisito recomendável e não obrigatório no processo de certificação (IMA, 2014a). Entretanto, a instalação das fossas sépticas para tratamento de esgoto domiciliar são fundamentais para a prevenção de doenças como verminoses

e endemias (cólera) uma vez que servem de reservatórios para dejetos humanos que seriam lançados diretamente em rios, lagos, nascente ou mesmo na superfície do solo. Já as caixas de contenção de águas pluviais têm como finalidade proteger o solo contra erosões e contra a própria retenção da umidade.

Fossas Sépticas e Práticas de Conservação de Solos

Dentre os modelos de fossa séptica, aquele construído em alvenaria foi projetado pela Fundação Nacional de Saúde (BRASIL, 2006), e aquele denominado fossa séptica biodigestora, constituído por caixas pré-fabricadas, foi desenvolvido por Novaes et al.(2002). Com a utilização de ambos os modelos, é possível fazer o tratamento de esgoto domiciliar sem contaminar pessoas, animais e corpos hídricos. A fossa projetada pela Funasa (BRASIL, 2006) é indicada para receber o esgoto de pias, banheiro e vaso sanitário, enquanto o modelo desenvolvido pela Embrapa é indicado apenas para receber o esgoto de vaso sanitário (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2010).

Diante do relevo acidentado da região das Matas de Minas é necessária atenção especial no que diz respeito à utilização de práticas de conservação de solos, com fim de evitar erosão. A maioria dos cafeicultores certificados adota alguma prática de conservação em suas lavouras, notadamente, a manutenção da cobertura vegetal natural, que é periodicamente roçada. Entretanto, em razão de, na região de Viçosa, as estradas de acesso às lavouras serem muito expostas à erosão, a construção de caixas de contenção ou caixas secas ajuda a manter essas estradas em condições transitáveis durante períodos mais longos. As caixas secas visam diminuir a velocidade das águas e seu dimensionamento é feito em relação à largura e inclinação da estrada (LANI et al., 2007).

Metodologia Treino & Visita

Várias tecnologias já desenvolvidas pela pesquisa ainda são desconhecidas ou pouco conhecidas pelos produtores, sendo uma das razões a dificuldade de comunicação entre os atores responsáveis pelos processos de geração e de transferência da tecnologia. O método Treino & Visita (T&V) caracteriza-se pela atuação conjunta e sistematizada das instituições envolvidas no processo de geração e de transferência de tecnologias, as quais são testadas e validadas nas condições da propriedade em questão, com a participação e o julgamento do produtor (MODESTO JÚNIOR; ALVES, 2009). O método vem sendo aplicado com sucesso nos Estados do Sul do Brasil e a proposta é também de fazer a transferência de tecnologias para cafeicultores em processo de certificação na região das Matas de Minas. Em decorrência de seu sucesso e resultados positivos, é imprescindível a divulgação do método T&V e sua adoção por instituições de pesquisa e extensão rural. Trata-se de uma ferramenta eficiente e inovadora no processo de Transferência de Tecnologia (TT) e estabelecimento de Redes de TT. Além disso, proporciona um fórum permanente de reciclagem de conhecimentos para os profissionais da área de assistência técnica e extensão rural e permite a retroalimentação do processo de pesquisa (P&D), que é um dos grandes desafios enfrentados pelos profissionais que atuam na TT (DOMIT et al., 2007). Proporciona ainda, o fortalecimento da interação entre a pesquisa, a assistência técnica e os produtores rurais. Na etapa de "Treino" é feita a capacitação dos agentes da extensão sobre a tecnologia e na etapa "Visita" a tecnologia é validada junto aos produtores (DOMIT et al., 2007). O T&V funciona, basicamente, pela formação e pelo treinamento de técnicos multiplicadores da assistência técnica e extensão rural, os quais, em contato constante com a pesquisa, formam e treinam grupos organizados de técnicos multiplicadores de campo os quais repassam as tecnologias para grupos organizados de produtores rurais. Dessa maneira, ocorre o fortalecimento dos elos entre a pesquisa, a assistência técnica, a extensão rural e os produtores rurais, o que propicia a retroalimentação periódica de informações e a avaliação dos resultados obtidos. A metodologia adotada é pautada no diagnóstico participativo pelo método T&V onde o "T" representa o processo de capacitação que deve ser sistêmico, contínuo e prioritariamente com periodicidade definida e o "V" representa o processo de Transferência de Tecnologia, que também deve ser sistêmico e desenvolvido com todos os agentes envolvidos nos diferentes níveis do trabalho.

Objetivou-se transferir tecnologias pelo método T&V para cafeicultores da região das Matas de Minas, com fins de adequar suas propriedades às condições exigidas para certificação pelo Programa Estadual de Certificação "Certifica Minas Café".

Material e métodos

O trabalho foi coordenado por profissionais da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Unidade Regional Epamig Zona da Mata (UREZM) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA) com a participação de profissionais da Universidade Federal de Viçosa (UFV), técnicos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) da Unidade Regional de Viçosa e cafeicultores da região das Matas de Minas.

A transferência de conhecimentos e de tecnologias foi repassada a técnicos extensionistas e produtores por meio da metodologia Treino e Visita (T&V), por se tratar de uma metodologia contínua e sistêmica.

Treino (T)

Para os treinamentos foram, inicialmente, elaborados materiais didáticos na forma de apostilas sobre os temas: 1) “Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos, unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos com base na NBR 7229/93 e NBR 13969/97 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1993; 1997) e 2) “Lavouras cafeeiras de montanha” distribuídas na forma digital (DVD) para os agentes multiplicadores da extensão.

Foram realizados treinamentos sobre saneamento básico e conservação de solos para técnicos extensionistas da Empresa de Assistência e Extensão Rural (EMATER), pertencentes à Unidade Regional de Viçosa-MG e para cafeicultores certificados pelo Programa Certifica Minas Café. Essa fase foi realizada no auditório da EPAMIG, Unidade Regional da Zona da Mata em Viçosa/MG. A finalidade foi embasar a transferência de tecnologias pertinentes aos temas e implantar unidades demonstrativas com fossas sépticas e caixas de contenção de águas pluviais em propriedades rurais.

Visita (V)

Os técnicos dos escritórios locais da EMATER acompanhados dos respectivos proprietários das lavouras cafeeiras realizaram visitas técnicas às unidades demonstrativas no município de Viçosa-MG, a cada dois meses, durante seis meses, para realizar demonstrações técnicas aos cafeicultores e validação das tecnologias no contexto das propriedades rurais.

Registros de observações, coleta de amostras de água, análises microbiológicas

Nas ocasiões das visitas foram realizados registros de observações feitas pelos cafeicultores sobre o funcionamento das unidades. Foram também realizadas coletas de amostras da água na saída das fossas sépticas, ou seja, na saída da terceira caixa para avaliação da qualidade microbiológica com 30, 60 e 90 dias após o início do seu funcionamento. A eficiência do sistema de biodigestão foi comprovada por inoculação intencional de bactérias do grupo coliformes na primeira caixa com 60 dias, após a coleta da amostra. As amostras foram analisadas no laboratório de análise de água da EPAMIG, onde foram realizadas a contagem de bactérias dos grupos coliformes totais e fecais por meio da técnica de fermentação em tubos múltiplos (DOWNES; ITO, 2001) também denominada técnica do número mais provável (NMP/100 mL) e por meio de kits Colipaper (Tecnobac).

Resultados e discussão

Os dois treinamentos realizados para técnicos da EMATER sobre os conhecimentos e tecnologias sobre saneamento básico e conservação de solos incluíram os municípios de Paula Cândido, Araponga, São Miguel do Anta, Ervália, Viçosa, Pedra do Anta, Dores do Turvo, Guiricema, Coimbra e Canaã. Assim, foram formados agentes multiplicadores para transferência dessas tecnologias para cafeicultores incluindo proprietários de unidades certificadas ou participantes do programa “Certifica Minas Café”. O treinamento inicial a respeito de saneamento básico teve duração de um dia; dele participaram, como instrutores, um professor pesquisador da Universidade Federal de Viçosa, do Departamento de Fitotecnia e um estudante de doutorado do Departamento de Engenharia Agrícola e Ambiental da UFV. As apresentações teóricas foram realizadas no auditório da EPAMIG-Regional da Zona da

Mata. No segundo dia, foi feita a parte prática no município de Paula Cândido-MG, também com acompanhamento dos mesmos instrutores da parte teórica, na qual foram demonstradas técnicas sobre construção da fossa séptica biodigestora e fossa séptica com sumidouro (Figura 1A).

O treinamento teórico para técnicos da EMATER sobre “Práticas de conservação de solos” teve duração de um dia e foi realizado por pesquisador da EPAMIG, vinculado a Unidade Regional Epamig Zona da Mata em auditório da empresa em Viçosa-MG. Posteriormente, a demonstração prática foi acompanhada por pesquisadores da EPAMIG sobre técnicas de construção de curvas de nível, localização de estradas e construção de caixas de contenção, construção dos diques de contenção e a formação dos travessieiros, dispostos a cada 20 metros, aproximadamente, e carregadores em nível para contenção da enxurrada (Figura 1B).

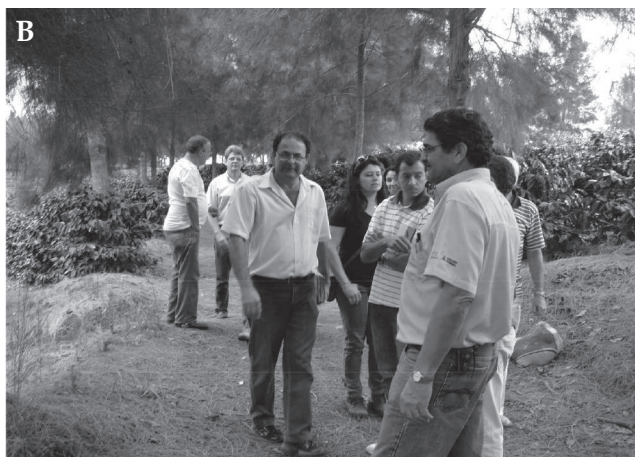


Figura 1 - Demonstrações técnicas de fossa séptica (A) e práticas de conservação de solos (B) para os técnicos da EMATER.

Fonte: Arquivo da Epamig de fotografias relativas às atividades do projeto (2014)

Essa primeira etapa, constitui a fase denominada de Treino pelo agente da pesquisa para extensionistas.

Após os treinamentos dos técnicos da EMATER, foram instaladas as unidades demonstrativas em propriedades rurais de cafeicultores certificados, com fossa séptica e com caixas de contenção, nos municípios de Araçuaia, Ervália, Canaã, Paula Cândido e Oratórios, pelos agentes multiplicadores, ou seja, extensionistas da EMATER local, sob a supervisão dos especialistas da UFV e da EPAMIG. Participaram das unidades demonstrativas os cafeicultores certificados e técnicos de extensão que não participaram dos treinamentos.

Na segunda etapa da metodologia T&V, denominada de visita, o agente de extensão ou multiplicador, que recebeu o treinamento (T), repassou as tecnologias propostas aos produtores rurais por meio da realização de dias de campo, sob a supervisão dos especialistas (Figura 2).

Dessa forma, foi possível formar grupos de extensionistas capacitados para transferir tecnologias de construção de fossas sépticas e de caixas de contenção. Foram construídas 12 fossas e, aproximadamente, 600 caixas de contenção na região das Matas de Minas, área de abrangência proposta no trabalho, o que contribuiu para o aumento expressivo do número de propriedades com fossas sépticas e caixas de contenção na região.

Com relação às amostras de água coletadas na saída do sistema constatou-se contagem de coliformes totais de $1,1 \times 10^3/100$ mL NMP para todas as amostras. A contagem de coliformes fecais foi de $3 \times 10^0/100$ mL NMP nas amostras coletadas nos dois primeiros meses e $< 3 \times 10^0/100$ mL NMP nas amostras coletadas nos meses subsequentes o que indicou a eficiência do sistema de biodigestão. A Resolução CONAMA - Conselho Nacional Do Meio Ambiente - Nº 20, de 18 de junho de 1986 (CONAMA, 1986), publicada no DOU de 30/7/1986, estabelece que, para águas de classe 2, utilizadas para irrigação de hortaliças e plantas frutíferas, a concentração de coliformes fecais não deve exceder o limite de $10^3/100$ mL de água. Com base nesse padrão, pode-se concluir que o sistema de biodigestão foi eficiente. Portanto, constitui uma alternativa sustentável que contribui para maximização dos recursos disponíveis no âmbito da agricultura familiar sem comprometer a qualidade sanitária para fins de consumo humano além de proporcionar o incremento de produção.

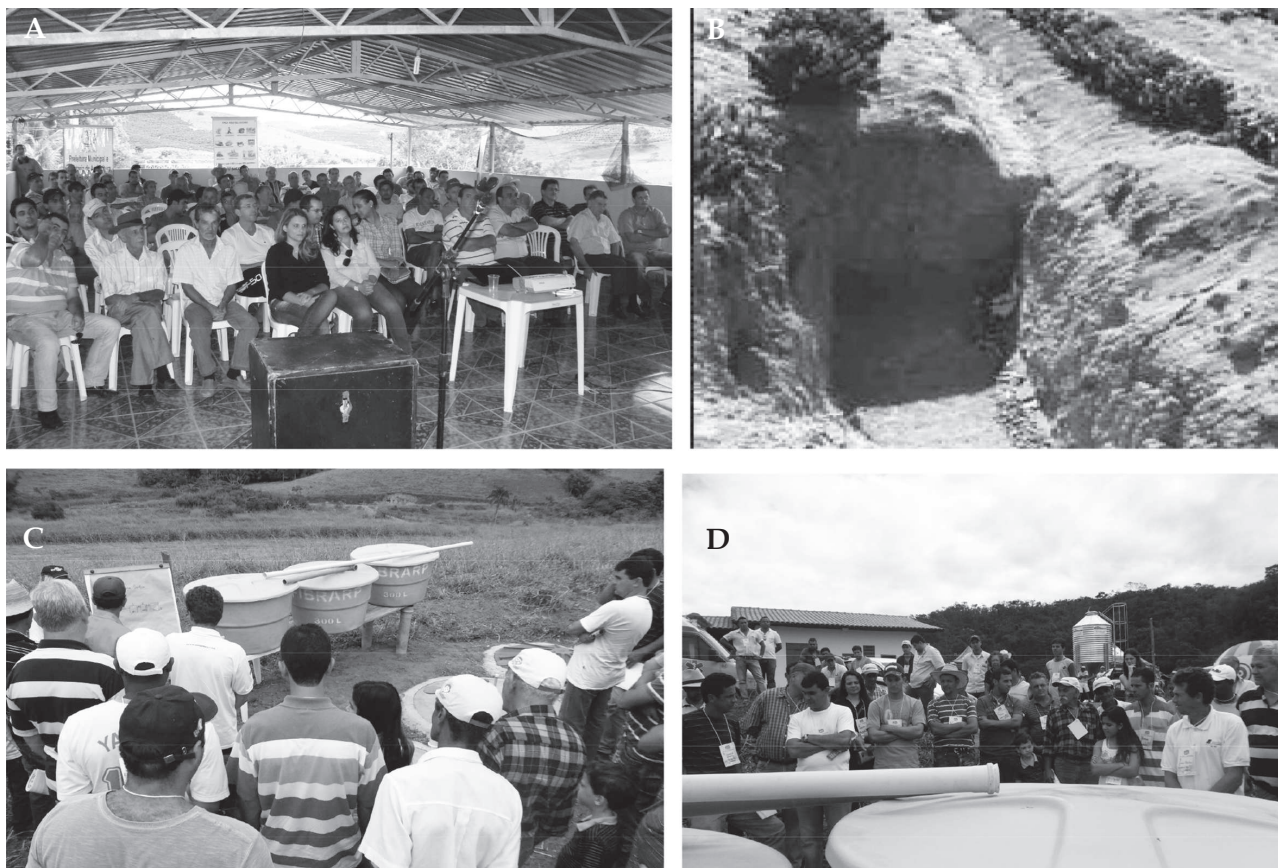


Figura 2 - Dias de Campo realizados pelos extensionistas para produtores incluindo palestra para produtores(A); demonstração de sistema de contenção para preservação do solo (B) e fossas sépticas (C e D)

Fonte: Arquivo da Epamig de fotografias relativas às atividades do projeto (2014)

Considera es finais

A transferência de tecnologias sobre constru o de fossas sépticas e técnicas de conserva o do solo por meio do método T&V na região das Matas de Minas permitiu beneficiar cafeicultores no que se refere   adequa o de suas propriedades às condi es exigidas para certifica o pelo Programa Estadual de Certifica o "Certifica Minas Café". Assim, a aplica o desse método de forma bem planejada e conduzida contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento agrícola.

Agradecimentos

  Funda o de Amparo e Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, pelo apoio financeiro.

Referências bibliográficas

ASSOCIA O BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7229: *Projeto, constru o e opera o de sistemas de tanques sépticos*. 1993. Disponível em: <http://www.deco.ind.br/roman_eng/NBR_7229.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2014.

ASSOCIA O BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7229: *Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposi o final dos efluentes líquidos - Projeto, constru o e opera o*. 1997. Disponível em: <http://www.acquasana.com.br/legislacao/nbr_13969.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2014.

BRASIL. Funda o Nacional de Saúde. *Manual de orienta es técnicas para elabora o de projeto de melhorias sanitárias domiciliares*. 1  reimpressão. Brasília: Funasa, 2006. 68 p. Disponível em: <<http://www.eadadm.ufsc.br/~ftpcursos/saude/2008/biblioteca/engenhariadasaudepublica/Mnl%20Melhorias%20Sanitarias.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento da Safra Brasileira de Café, Safra 2014, Terceiro Levantamento*, Brasília, set. de 2014 Brasília: v. 1, n. 3, 2014. Disponível em: < http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_09_16_08_47_43_boletim_setembro_2014.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução no 20 de 18 de julho de 1986. RESOLVE estabelecer a seguinte classificação das águas, doces, salobras e salinas do Território Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil DOU*, Brasília-DF, 30 jul. 1986, Seção 1, p.68. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3549891/pg-68-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-07-1986>>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- DOMIT, L. A.; LIMA, D. de; ADEGAS, F. S.; DALBOSCO, M.; GOMES, C.; OLIVEIRA, A. B. de; CAMPANINI, S. M. S. *Manual de Implantação do Treino e Visita (T&V)* / - Londrina: Embrapa Soja, 2007. 86p. - (Documentos / Embrapa Soja, ISSN 1516-781X; n.288) Disponível em < <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/80261/1/Manual-de-implantacao-do-treino-e-visita-V-T.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- DOWNES, F.P.; ITO, K. *Compendium of methods for the microbiological examination of foods*. 4.ed. Washington: American Public Health Association - APHA, 2001, 676p.
- EMATER - MG. *Programa Estadual de Certificação de Café. Manual do Produtor*. Belo Horizonte: EMATER, Versão 2. p.9. Disponível em: < http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1113-manual-do-produtor-cafe-> . Acesso em: 27 nov. 2014.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Fossa Séptica Biodigestora*. 32 p. 2010. Disponível em: < <http://www.fbb.org.br/data/files/BD/A2/39/CB/4205A31009818793BD983EA8/Cartilha%20Fossas%20Septicas%20Biodigestoras.pdf/>>. Acesso em: 3 dez. 2014.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de Dados Agregados - *Sistema de Recuperação Automática* - SIDRA. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.
- IMA. Instituto Mineiro de Agropecuária. *Café: Normas da Certificação*. Disponível em: < <http://www.ima.mg.gov.br/certificacao/cafe>>. Acesso em: 3 dez. 2014a.
- IMA. Instituto Mineiro de Agropecuária. *Café: Propriedades cafeeiras certificadas..* Disponível em: < http://www.ima.mg.gov.br/portarias/doc_details/700-propriedades-cafeeiras-certificadas>. Acesso em: 26 nov. 2014b.
- LANI, J. A.; BRAGANÇA, S. M.; PREZOTTI, L. C.; MARTINS, A. G.; DADALTO, G. G. Preparo, manejo e conservação do solo. In: FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A. da; BRAGANÇA, S. M.; FERRÃO, M. A. G.; MUNER, L. H. de. *Café conilon*. Vitória: Incaper, 2007. p. 279-295. Disponível em < <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=orton.xis&B1=Buscar&formato=1&cantidad=50&expresion=TRAIT%20MORFOLOGIQUE%20DU%20SOL>>. Acesso em 26 nov. 2014.
- MODESTO JÚNIOR, M.S.; ALVES, R.N.B. Treino e Visita como Processo de Transferência de Tecnologia para Produção de Mandioca em Moju, PA. *Revista Raízes e Amidos Tropicais*, Volume Especial. In: XIII Congresso Brasileiro da Mandioca- Botucatu. p.574-580. 2009. Disponível em: < <http://energia.fca.unesp.br/index.php/rat/article/view/1400/719>> Acesso em: 27 nov. 2014
- NOVAES, A.P.; SIMÕES, M.L.; NETO, L.M.; CRUVINEL, P.E.; SANTANA, A.; NOVONTNY, E.H.; SANTIAGO, G.; NOGUEIRA, A.R.A. *Utilização de uma fossa séptica biodigestora para melhoria do saneamento rural e desenvolvimento da agricultura orgânica*. São Carlos-SP: Embrapa Instrumentação Agropecuária, 2002. 5p. (Embrapa Instrumentação Agropecuária. Comunicado Técnico 46). Disponível em < http://saneamento.cnpdia.embrapa.br/tecnologias/Comunicado_Tecnico-46-2002.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.
- OLIVEIRA, A. D. A. S.; GOMES, M. F. M.; RUFINO, J. D. S. L.; JÚNIOR, A. G. D. S.; GOMES, S. T. Estrutura e Dinâmica da cafeicultura em Minas Gerais. *Revista de Economia*, v. 34, n. 1, p. 119-142, 2008. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/7451/8042>>. Acesso em: 26 nov. 2014.



O processo de expressão da identidade local no artesanato da Associação Municipal de Artesãos de Paula Cândido (AMAPAC)

Livia Rabelo¹, Leilane Rigoni Bossatto², Ademar Sodre³, Bianca Aparecida Costa Lima⁴

Resumo: *A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV) auxilia grupos populares pautados pelos princípios da economia solidária, como é o caso da Associação Municipal de Artesãos de Paula Cândido (AMAPAC). Nesse sentido, o objetivo desse artigo é apresentar parte do processo de incubação da AMAPAC pela ITCP-UFV, com foco na valorização e reconhecimento da identidade local e grupal, culminado em peças artesanais que expressam a cultura local e o modo de produção na Economia Solidária. A metodologia utilizada, a fim de compreender a dinâmica interna do grupo, foi a observação participante e as oficinas utilizadas para alcançar os objetivos diagnosticados. Como resultado percebeu-se o interesse em dar visibilidade à elementos tradicionais do município e ao modo de produção utilizado, além da preocupação com o meio ambiente e a inclusão social. Observou-se também que, apesar da união do grupo, a não organização das ideias impossibilitava a efetivação dos objetivos.*

Palavras-chave: *Artesanato. AMAPAC. Cultura. Identidade. Economia Solidária.*

Área Temática: *Cultura, Teorias e Metodologias em Extensão.*

The process of cultural identity's expression on the craftwork of the Local Craftsman's Association of Paula Cândido (AMAPAC)

Abstract: *The Technological Incubator of Popular Cooperatives (ITCP-UFV) helps popular groups guided by the principles of Solidarity Economy, such as the Municipal Association of Paula Cândido Craftsman (AMAPAC). In this sense, the objective of this paper is to present part of the AMAPAC incubation process by ITCP-UFV, focusing on appreciation and recognition of the local and group identity, culminating in pieces that express the local culture and the mode of production in the Solidarity Economy. The methodology used in order to understand the internal dynamics of the group was the participant observation and the use of workshops to achieve the objectives diagnosed by observation. As a result it was noticed the interest in giving visibility to the traditional elements of the municipality and the production method used, as well as concern for the environment and social inclusion. It is also noted that despite the group's unity, the absence of organized ideas precluded the realization of goals.*

Keywords: *Craftwork. AMAPAC. Culture. Identity. Sympathetic Economy.*

Thematic area: *Culture, Theories and Extension Methodologies.*

¹ Graduada e Mestre em Ciências Econômicas e Graduada em Ciências Sociais - Universidade Federal de Viçosa (UFV). Endereço: Rua Jorge Ramos, nº 80. Bairro Santo Antônio, Viçosa - MG. Telefone: (31) 9 9490 4511. E-mail: livia.rabelo@ufv.br

² Graduada e Mestre em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: leilaneitcp@gmail.com

³ Graduando em Cooperativismo - Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: ademar.sodre@ufv.br

⁴ Graduada em Jornalismo, Mestre e Doutora em Ciências Sociais. Professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Orientadora do artigo. E-mail: biancaitcpufv@gmail.com

El proceso de la expresión de la identidad local en la artesanía de la Asociación Municipal de Artesanos de Paula Cândido (AMAPAC)

Resumen: La Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (PICT-UFV) ayuda a los grupos de base guiadas por los principios de la Economía Solidaria, como la Asociación Municipal de Paula Cândido Craftsman (AMAPAC). En este sentido, el objetivo de este trabajo es presentar parte del proceso de incubación de la AMAPAC por la ITCP-UFV, centrándose en el aprecio de la identidad local y el grupo, que culminó con piezas que expresan la cultura local y el modo de producción en la Economía Solidaria. La metodología utilizada para entender la dinámica interna del grupo fue la observación participante y el uso de talleres para alcanzar los objetivos diagnosticados. Como resultado se observó el interés en dar visibilidad a los elementos tradicionales de la municipalidad y el método de producción utilizado, así como la preocupación por el medio ambiente y la inclusión social. También se observa que a pesar de la unidad del grupo, la falta de organización de ideas ha imposibilitado el logro de metas.

Palabras clave: Artesanía. AMAPAC. Cultura. Identidad. Economía Solidaria.

Áreas Temática: Cultura. Teorías y Metodologías en Extensión.

Introdução

A Economia Popular Solidária (EPS), no Brasil, vem crescendo fortemente nos anos recentes, tendo uma massa significativa de artesãos que se destacam pela fabricação de produtos manuais, ou seja, sem uso de máquinas de grandes proporções, criando produtos sustentáveis e bem aceitos no mercado. O termo “economia solidária” foi cunhado na década de 1990, quando cidadãos, produtores e consumidores iniciaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Segundo Laville e Gaiger (2009), o conceito de economia solidária é amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista, que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado.

De acordo com Vieira (2008), um dos ramos que compõem a EPS, que se mostra de suma importância para o seu desenvolvimento, é constituído de entidades de apoio com a função de fomentar, capacitar, dar suporte para o desenvolvimento e fortalecimentos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). É nesse ramo que se encontram as Incubadoras, juntamente a outras entidades, como as Organizações Não Governamentais (ONG's), sindicatos, entidades vinculadas à Igreja, entre outras.

Dada a importância do auxílio das Incubadoras aos EES, foi criada em 2003 a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV). A ITCP-UFV é um programa de extensão universitária que tem por objetivo apoiar iniciativas coletivas visando seu fortalecimento nos aspectos econômicos, organizacionais e sociais. Busca-se a geração de trabalho e renda, a promoção do consumo consciente, do comércio justo, da segurança alimentar, da produção agroecológica e solidária, o desenvolvimento local sustentável e o fomento à cultura. Para tanto, a Incubadora atua de forma multidisciplinar, contando com estudantes e professores de diversas áreas do conhecimento acadêmico, além de promover a integração e diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares. A metodologia de incubação utilizada para o desenvolvimento das atividades é dividida em três fases: Pré-incubação, Incubação e Desincubação.

As atividades de extensão são articuladas à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas aos empreendimentos econômicos populares. Sendo assim, é de suma importância que as metodologias sejam rigorosamente sistematizadas para posterior divulgação dos resultados alcançados e para que possam, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas no campo da Economia Popular Solidária.

A ITCP-UFV está estruturada em equipes que trabalham com diversos segmentos produtivos, tais como: Artesanato e Cultura; Agricultura Familiar; e Reciclagem. O programa também conta com o Núcleo de Comunicação e Eventos e o Núcleo Contábil e Jurídico. Visando a organização e mobilização junto à Economia Popular Solidária, a ITCP conta, também, com o Núcleo Fóruns e Redes, que trabalha apoiando Fóruns e Redes, em especial o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e a Rede Sudeste de ITCP's.

Relativamente às atividades do segmento Artesanato e Cultura, estas se vinculam ao artesanato que se revela como expressão cultural de uma determinada localidade e envolve um significativo número de pessoas organizadas, geralmente, em associações e que expõem seus produtos manuais em feiras ou lojas. Esse tipo de atividade engloba tanto o campo como a cidade, mas de forma preponderante tem nas mulheres as protagonistas desses processos que buscam gerar trabalho e renda.

Um dos grupos incubados pela ITCP-UFV, assessorado mais especificamente pelo Segmento de Artesanato e Cultura, é a Associação Municipal dos Artesãos de Paula Cândido (AMAPAC). Esta associação está localizada no município de Paula Cândido, na Zona da Mata mineira, sendo formada por treze artesãs e um artesão, que se reúnem, frequentemente, para produzir suas peças artesanais e debater sobre os rumos que devem seguir como um empreendimento de economia solidária. A AMAPAC é uma associação que se preocupa não somente com a geração de renda, mas também com a forma com que essa renda é gerada, com seus impactos no meio ambiente e com a socialização dos membros da associação. Veem o artesanato como uma forma de socialização e o seu potencial terapêutico, assim, propõem projetos sociais que possam fomentar a inclusão social através do artesanato.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo apresentar parte do processo de incubação da AMAPAC pela ITCP-UFV, com foco na valorização e no reconhecimento da identidade local e grupal, culminado em peças artesanais que expressam a cultura do município de Paula Cândido e dão visibilidade ao modo de produção na Economia Solidária. Para tanto, o texto está estruturado da seguinte forma: 1) Referencial teórico: referências teóricas com relação ao artesanato e aos conceitos de cultura, identidade e algumas tradições culturais de Paula Cândido, bem como considerações acerca dos métodos utilizados pela ITCP-UFV no seu trabalho de incubação da AMAPAC; 2) Resultados: mostrou-se os resultados auferidos, dando ênfase ao processo de incubação que se fez por intermédio da ITCP-UFV, assim como algumas considerações importantes acerca do trabalho realizado e do desenvolvimento da associação como empreendimento econômico solidário.

Referencial teórico

Segundo Laville e Gaiger (2009), o conceito de economia solidária é amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado.

Entre os vários setores que produzem de forma solidária, o artesanal se destaca em razão da sua forma característica de produção. Entretanto, o termo artesanato não é tão simples de ser definido, pois não há consenso na literatura acerca do significado a ele atribuído. O artesanato é abordado por alguns autores como Canclini (1983), Cascudo (2001), Martins (1973), Barroso (2009), Pinho (2002), Carreiro (1975), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2004) e Rima (1977) de vários ângulos, seja pela forma como surgiu, pela utilidade aplicada, pela expressão artística, dentre outros.

Canclini (1983) expressa um grau de dificuldade em definir o artesanato em função do fato de que sua identidade e seus limites têm se tornado complexos nos últimos tempos, porque os produtos considerados artesanais modificaram-se ao se relacionarem com o mercado capitalista, a indústria cultural, o turismo e com as novas formas de lazer, comunicação e arte.

No entanto, há algumas tentativas de conceituar teoricamente o artesanato. No Brasil, citam-se aqui três exemplos de dedicação à formação desse termo. Em primeiro lugar, traz-se a contribuição do folclorista Luís da Câmara Cascudo, o qual afirma que o artesanato é “todo objeto utilitário com características folclóricas, não importando o material utilizado” (CASCUDO, 2001, p.24). Esta proposição se apresenta a partir das finalidades do produto.

Apresenta-se outra tentativa, no artigo “Produtos artesanais e mercados turísticos”, no qual o artesanato é organizado em três designações: o “artesanato popular genuíno”, em que se fala em qualidade, identidade e mercado consumidor; os “trabalhos manuais”, com mão de obra menos qualificada, que visam fonte de renda; e o “industrianato”, no qual um produto artesanal é alvo do processo de massificação (PINHO, 2002, p.171-172).

Outro aporte para essa discussão decorre do SEBRAE (2004, p.21), em que “o artesanato é toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização

de meios tradicionais, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade". Esta delimitação também se manifesta com base em usos, mas já se volta para a matéria-prima, ferramentas e outras peculiaridades da atividade.

O processo para o surgimento do artesanato é explicado por Rima (1977), em que durante a Idade Média, com o crescimento das cidades e da burguesia, bem como, com a excelência e abundância dos recursos naturais na Europa, conjugados com as técnicas de produção mais evoluídas dos homens, houve um aceleração da ampliação dos mercados, possibilitando assim a especialização dos trabalhadores em determinados produtos, transformando-os em artesãos. Essa especialização e a divisão do trabalho resultaram na produção específica para o mercado, substituindo a produção para o autoconsumo, predominante até então.

Neste sentido, o artesanato saiu de um âmbito mais restrito, inicial, para ganhar o mercado, no qual teve que concorrer com os outros produtos mais industrializados, ganhando, assim, significação econômica. Segundo o SEBRAE, o Termo de Referência para o Artesanato (2004) é aquele em que o objeto artesanal se apropria de elementos que constituem a cultura material e imaterial se valendo de cores e formas das paisagens locais, da fauna e flora, do patrimônio histórico, da arquitetura típica, das lendas e festas populares, dos tipos humanos.

Referente a esse conceito, Paz (2006) argumenta que o artesanato está no centro de uma balança que pesa a beleza e a utilidade, a arte e a tecnologia. Assim, pode-se entender que o artesanato além de ser uma atividade produtiva, é também um meio de expressão cultural do homem comum.

O artesanato vem ganhando, cada vez mais, caráter de manifestação artística, ampliando seu alcance e alargando fronteiras, tendo se transformado em importante fonte de renda e de criação. Expressa, ainda, a experiência regional das comunidades, seu modo de fazer, sua vivência particular, enfim, seu modo de vida (SENAC, 2002).

O artesanato aqui é visto como uma forma de expressão, um modo de ser de uma comunidade, um modo de ver o mundo. Por isso a importância de situar produtos artesanais no tempo e espaço, ou seja, em qual localidade eles surgem, em que época, expressando quais aspectos da cultura dessa comunidade em que brotam, uma vez que esses elementos podem ser vistos como a representação de uma identidade local. Laraia (2001) afirma que o primeiro conceito etnográfico de cultura surgiu com Tylor (1871), que a definiu como um todo complexo, incluindo conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Nesse sentido, Laraia (2001) enfatiza que a cultura é algo intrínseco ao ser humano, pois, na condição de ser social, não existe indivíduo sem cultura, não importando sua raça ou origem. A cultura é tida como diretriz e formadora da visão de mundo. Não existe cultura superior à outra, nem mais desenvolvida, nem mais lógica. Todas possuem seus princípios válidos para seus respectivos indivíduos.

Geertz (2008) chama de cultura as teias descritas por Max Weber ao afirmar que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu. No âmbito cultural, os eventos, os fatos, os acontecimentos e os episódios, têm existência e sentido no momento, na época e no lugar de sua ocorrência.

De forma complementar, Cuche (2002) vê a cultura como necessária para se pensar a unidade da humanidade na diversidade. A cultura permite ao homem adaptar-se a seu meio e a este meio adaptar-se ao próprio homem e às necessidades dele. O homem é inteiramente interpretado pela cultura e os comportamentos são orientados pela cultura, assim, nada é puramente natural. Referindo-se à identidade, tem-se que a autonomia cultural é muito ligada à preservação da identidade coletiva.

Os termos cultura e identidade têm definições que remetem a uma mesma realidade. Nesse sentido, Cuche (2002) traz a concepção de identidade cultural, que remete ao grupo original de vinculação do indivíduo, ou seja, a sua origem, suas "raízes", seria então tudo que definiria o indivíduo de maneira real e verdadeira.

De acordo com Munanga (2012), na concepção da antropologia, acredita-se que a identidade consiste na soma de aglomerados nunca concluída de signos. Assim, a identidade está relacionada à ideia de alteridade, de forma que, a partir do outro e de suas características, o "eu" é definido, por comparação e diferença em relação as características do outro, com as quais se identifica. A identidade de um grupo funciona como uma ideologia, uma vez que permite que seus membros se definam em

contraposição com outros grupos, reforçando sua solidariedade e visando conservar o grupo como entidade diferente.

Ampliando a discussão, insere-se a reflexão de Geertz (2008) quanto à importância, transmissão e ocorrência da cultura/tradição, argumentando que a cultura/tradição é pública exatamente por seu significado também ser público. Entretanto, analisando a transição das sociedades tradicionais para as modernas, é comum considerar a tradição como intrinsecamente conservadora. No entanto, pode-se dizer que esta possui papel de transformação, envolvendo processos ativos de reconstrução e nessa ação faz a ligação do presente com o passado (GIDDENS, 2001).

Assim sendo, Giddens (2001) observa que a tradição tem a missão ou funcionalidade de manter coesão e influenciar a ordem social. Segundo esse autor, essa funcionalidade não se opera de maneira mecânica e repetitiva ao longo do tempo, mas se constitui por uma intencionalidade de perpetuar os aspectos que geram identificação e segurança. Giddens (2001) afirma, ainda, que a tradição também está ligada à memória, especialmente a memória coletiva, envolve ritual e, ao contrário do costume, tem uma força de união que combina conteúdo moral e emocional. Nesse contexto, o ritual tem um sentido posto de forma intencional pelos membros da sociedade, que conhecem a intencionalidade e estão conscientes de seu sentido.

No que tange as manifestações tradicionais no município de Paula Cândido, um dos marcos da cultura local é expresso pelos rituais do Congado e Reinado, na Festa de Nossa Senhora do Rosário, que ocorre ininterruptamente desde 1853. Queiroz (2013) analisou a simbologia religiosa através da Festa, do Reinado e do Congado, para compreender a construção da identidade negra local. Nesse trabalho, entende que o catolicismo influenciou a composição da festividade, sendo assimilados elementos da religiosidade cristã por parte dos congadeiros. Apesar da influência católica, construiu-se um processo dialético em que a tradição congadeira participa dos tempos e constrói a identidade e a memória dos grupos negros do Congado de Paula Cândido. Tal construção é realizada em contraste com os grupos brancos do Reinado, cujos mecanismos de legitimação, apesar de entrarem em atrito com o Congado, são também complementares.

Como esclarece Teixeira (2005), não é possível situar o catolicismo brasileiro num quadro de homogeneidade, porque ele é complexo e tem na pluralidade e diversidade seu traço constitutivo, existindo muitos estilos culturais de “ser católico”. Diante disso, Bastide (1971) menciona dois catolicismos existentes no Brasil: o catolicismo branco e o negro ou do escravo. O catolicismo negro colocava-se ao lado do branco, entretanto, era visto numa esfera inferior da hierarquia, portanto julgado inferior. Embora de natureza similar, a estrutura da família patriarcal escravista inibia o igualitarismo cristão das duas partes: os negros não eram admitidos nas capelas, permanecendo do lado de fora, mas celebravam o fim da missa cantando um hino, às vezes em sua língua nativa, de forma que seu catolicismo foi uma subcultura de classe, assim como o foi, em certa medida, as religiões africanas. A partir disso, caracterizou-se uma construção de identidade não só negra, mas também católica.

Dessa forma, Tomaz (2000) afirma que a devoção a Nossa Senhora do Rosário aconteceu a partir das Irmandades existentes no período colonial. A Igreja procurou sobrepor sua cultura cristã em relação à africana, agregando o negro, considerado inferior, ao seu corpo de fiéis e neutralizando o impacto de seus rituais de adoração aos orixás sobre a tradição cristã. Ferretti (2007) acrescenta que além dessa imposição da religião dos colonizadores, aconteceu o sincretismo, elemento essencial de todas as formas de religião, muito presente na religiosidade popular e em diversos elementos da religião oficial. O sincretismo delineou-se não apenas como um fator de resistência à dominação cultural e religiosa, mas também como uma forma de fazer alianças, como o escravo aprendeu na senzala e nos quilombos.

Nesse contexto, Munanga (2012) argumenta que, se a construção do processo de identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e os “outros”, em razão das diferenças dos contextos socioculturais aos quais o negro está inserido, não se pode afirmar a existência de uma comunidade identitária cultural entre grupos de negros que vivem em comunidades religiosas diferentes em comparação com a comunidade negra militante, ou com as comunidades remanescentes dos quilombos. Assim, afirma que “o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, linguísticos, psicológicos, culturais, político-religiosos e raciais” (MUNANGA, 1988, p. 146).

Por entender a importância de se compreender os contextos em que o ator social está inserido, Queiroz (2013) buscou apreender o significado atribuído à tradicional Festa de Nossa Senhora do

Rosário de Paula Cândido por aqueles que a praticam. Percebeu-se, então, que não se trata de simples recordações vagas do passado, mas sim de uma manifestação viva que é constantemente recriada. A Festa e o ritual são elementos que ressignificam a identidade negra, a partir da qual as festividades religiosas organizam um momento da vida social na busca de conectar o passado ao presente, demonstrando os vínculos particulares que a Festa mantém com o tempo, conferindo força simbólica para aqueles que a promovem. O Congado, com seus símbolos sagrados e culturais, apresenta de forma sintetizada um conjunto de valores, hábitos e costumes. Esse ritual proporciona, no grupo, o sentimento de pertencimento e a valorização da razão de ser congadeiro, articulando, portanto, o tempo irreversível e o reversível, a sincronia e a diacronia, no ritual da Festa em Paula Cândido.

A AMAPAC está localizada no município de Paula Cândido sendo formada por treze artesãs e um artesão. Os associados, em sua maioria, são graduados, sendo que muitos deles são aposentados como docentes ou ainda lecionam e veem no artesanato não somente uma forma de gerar renda como também forma terapêutica de aproveitar o tempo. No que tange à ITCP-UFV, que preza pela interdisciplinaridade, o Segmento de Artesanato e Cultura, responsável por acompanhar mais diretamente o processo descrito nesse artigo, é composto por seis estudantes, um bacharel e uma mestre nas áreas de Cooperativismo, Economia Doméstica, Economia e Ciências Sociais.

O processo de pré-incubação da AMAPAC iniciou-se em setembro de 2014, quando a presidente procurou a ITCP-UFV, no intuito de receber assessoramento e capacitações. A partir daí, foram realizadas reuniões a fim de esclarecer o que a associação desejava com a parceria e o que a ITCP-UFV poderia oferecer com a incubação do empreendimento. Após os esclarecimentos, iniciou-se a incubação em outubro de 2014 e, posteriormente, foi construído o plano de ação que ainda orienta o processo.

A metodologia utilizada pela ITCP-UFV, a fim de se aproximar da realidade do grupo e conhecer sua história, a cultura local em que está inserido, sua dinâmica interna e as relações de poder estabelecidas, foi a abordagem qualitativa denominada observação participante. Essa metodologia consiste na imersão do pesquisador no grupo observado, vivenciando atividades cotidianas, buscando ganhar a confiança do grupo e compreendendo sua dinâmica interna para, assim, apreender o significado que o mesmo atribui às suas ações. Denzin (1989, p.157-158, *apud* Flick, 2009, p. 207) define a observação participante como “uma estratégia de campo que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação diretas e a introspecção”.

Observar, conforme Marconi e Lakatos (2011), consiste em muito mais que ver e ouvir, sendo também uma forma de examinar os fenômenos estudados. A observação auxilia o pesquisador a obter provas sobre objetivos, que muitas vezes nem mesmo os indivíduos analisados têm consciência da existência, mas que, ainda assim, orientam seu comportamento.

Marconi e Lakatos (2011) afirmam, também, que, ao se incorporar no grupo, o pesquisador se confunde com ele, ficando tão próximo quanto um membro do grupo, sendo que o objetivo inicial dessa proximidade seria conquistar a confiança do grupo e apreender o significado atribuído internamente às ações. Não obstante, Whyte (2005) enfatiza a importância do pesquisador mostrar-se diferente do grupo analisado, uma vez que as pessoas interessam-se pelo pesquisador exatamente por ele ser diferente do grupo. Portanto, esse pesquisador não deve tentar transformar-se em um nativo. Deve, no entanto, inserir-se como se fizesse parte do grupo, realizando conjuntamente as atividades em um exercício de ganho mútuo. Dito de outro modo, o pesquisador ajuda o grupo a realizar suas atividades cotidianas e o grupo ajuda o pesquisador ao fornecer não somente as informações, mas também ao permitir que o pesquisador vivencie as atividades cotidianas necessárias para a análise do grupo.

Segundo Laville e Dionne (1999), a técnica da observação participante está intimamente ligada à abordagem antropológica, pela qual os grupos são estudados de dentro, buscando compreender o universo simbólico grupal como ele é, evitando julgá-lo ou compará-lo a outro. Sendo também interessante já que, por meio da observação das atividades cotidianas, é possível verificar se as demandas apontadas pelo grupo analisado condizem com a realidade observada. De acordo com Laville e Dionne (1999), a observação deve respeitar certos critérios para ser qualificada como científica. Entretanto, essa rigidez não impede que haja um vasto leque de técnicas de observação partindo da mais estruturada até a menos estruturada. O caso clássico desta última é a observação participante, mas aqui se faz necessário esclarecer que, quando se classifica a observação como pouco ou não

estruturada, isso não significa que a mesma esteja sem guia. Nesse caso, a observação é realizada baseando-se em uma hipótese, ainda que esta seja menos explícita que na observação estruturada, uma vez que o pesquisador pretende evitar os *a priori*. Nesse sentido, Gil (2008) aponta alguns elementos importantes para se ter em mente durante a observação, como pessoas, local, liderança, cooperação, etc.

Nessa metodologia, apesar da possibilidade de a observação ser realizada por apenas um pesquisador, Marconi e Lakatos (2011) salientam os benefícios da observação em equipe. Com mais de um observador, existe a possibilidade de cada um deles observar os mesmos elementos e, posteriormente, discutir sobre o que foi observado de modo a se alcançar um conhecimento intersubjetivo. Nesse sentido, cada membro do Segmento de Artesanato e Cultura da ITCP-UFV que acompanhou o processo inicial registrou suas descrições em seu caderno de campo, entre os meses de outubro e novembro de 2014 e, posteriormente, iniciou-se a sistematização e organização das informações coletadas. Além do caderno de campo, os encontros entre a Incubadora e a associação foram registrados tanto por fotos e vídeos, como também por uma relatoria oficial e listas de presença. A partir da análise dos dados foi possível, então, compreender melhor a organização do grupo para a construção coletiva de propostas em relação ao processo de apoio dado pela ITCP-UFV.

Faz-se importante salientar que essa observação ocorria não somente pela visita à associação em seu cotidiano de produção e realizações de reuniões, mas também durante eventos culturais da cidade em que os membros da associação estavam presentes, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, festas juninas nas quais seus produtos são vendidos, entre outros.

Após a observação, coleta, sistematização e análise dos dados, iniciou-se um conjunto de atividades entre as quais se encontram o resgate histórico, a oficina criativa e as oficinas de técnicas artesanais, entre os meses de novembro de 2014 e maio de 2015.

Ao se aproximar da AMAPAC, observou-se uma falta de reconhecimento da identidade cultural no artesanato local, ou seja, faltava algum elemento no produto que remetesse à cidade. Para que a oficina criativa fosse bem sucedida, iniciou-se um movimento de estímulo ao resgate cultural não somente da cidade de Paula Cândido na atualidade, mas também incluindo com ênfase os artesanatos locais, que foram produzidos ao longo da história da cidade. Esse resgate, apesar de direcionado pela ITCP-UFV, foi realizado pelos próprios artesãos. Essa é uma das preocupações da Incubadora, que preza para que os processos sejam realizados pelos próprios associados, restringindo à Incubadora apenas o fomento das discussões e auxílio para que o grupo se auto organize e possa continuar a se desenvolver após a desincubação. Para isso é necessário conhecer a dinâmica interna do grupo; com esse intuito, foram aplicadas também dinâmicas que proporcionaram conhecer a organização do grupo e sua união, além de destacar os líderes do grupo.

Segundo Cupertino (2001), a oficina criativa é estritamente voltada para a sensibilização e autoconhecimento dos envolvidos no processo, sendo concebida inicialmente para o desenvolvimento da criatividade. Migliori (1998) afirma que a oficina criativa tem sido aceita como uma nova forma de experiência educacional, representando uma metodologia que possibilita o surgimento de novas visões de mundo e de si mesmo, por intermédio de um intenso trabalho interno.

A oficina criativa realizada com a AMAPAC deu-se em três encontros. No primeiro deles, foi apresentado um vídeo motivacional sobre artesãos que davam visibilidade à cultura regional por meio de suas peças artesanais. Posteriormente, foram sistematizadas as peças que poderiam ser produzidas pelos artesãos da associação, problematizando os elementos essenciais da cultura local já pesquisados e recordados na etapa que denominamos resgate histórico, bem como as cores que estariam presentes nas peças. Apoiados em uma dinâmica criativa, cada artesão elencou em uma folha as peças que já produziam e o que poderia ser modificado nessas peças para que expressasse a identidade de Paula Cândido. No encontro seguinte, cada artesão levou os materiais necessários para confeccionar, de forma coletiva, suas peças modificadas pela impressão das características locais. E no terceiro momento, após o período de confecção, as peças foram avaliadas pelo coletivo surgindo mais ideias para melhorar a confecção.

Após a Oficina Criativa, os artesãos iniciaram um processo de imprimir um significado local nas peças produzidas e, após algumas reuniões entre a associação e a Incubadora, demonstraram interesse não só por imprimir a identidade local nos produtos, mas também para que a produção contribuísse para a reutilização de materiais que seriam inutilizados e aumentariam o lixo da cidade. Nesse sentido, foram oferecidas oficinas de técnicas pela ITCP-UFV, para que se pudesse conciliar técnicas artesanais à criatividade aflorada durante a metodologia aplicada, a qual se embasou na apropriação da

identidade local. O foco das oficinas consistiu na reutilização de garrafas e potes de vidro para decoração e uso doméstico.

Resultados

Após a análise de dados coletados a partir da observação participante, identificou-se a forma organizacional da associação baseada na cooperação, como ficou evidente durante a dinâmica “Caneta na Garrafa”, que tem o objetivo de trabalhar a integração, interdependência e sinergia nas atividades em equipe. Nessa primeira dinâmica (Figura 1), cortou-se vários pedaços de barbante de tamanhos desiguais e fixou-se uma das pontas de cada pedaço à uma caneta. As outras extremidades de cada pedaço do barbante foram seguradas por cada um dos associados, que se organizaram em roda. Em seguida, as pessoas deveriam trabalhar de forma conjunta para tentar colocar a caneta dentro de um copo, que se encontrava no meio da roda. Essa dinâmica foi fundamental para destacar a união em que o grupo se encontra, mostrando como trabalham coletivamente, auxiliando uns aos outros na resolução do problema proposto pela dinâmica, mantendo a comunicação contínua e a motivação entre eles. Além disso, a realização dessa atividade possibilitou identificar os membros que lideram o grupo, estimulando-os a serem mais ativos no sentido de motivar sempre os outros membros da associação. O objetivo da dinâmica foi alcançado rapidamente, graças ao trabalho que foi realizado em grupo, mostrando a união como uma característica fundamental dessa associação.

Atribui-se essa afinidade entre os integrantes ao fato de serem pessoas com interesses em comum, ou seja, além de compartilharem um mesmo modo de vida, são pessoas que se associaram para produzir de maneira alternativa, preocupados com a sustentabilidade, a inclusão social e o afloramento da tradição cultural local.



Figura 2 - Dinâmica de grupo “Caneta na garrafa”.

Fonte: ITCP-UFV.

A AMAPAC é uma associação motivada, ativa e interessada nos movimentos da Economia Solidária, tendo presença efetiva dos membros da associação nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária. Logo após o início da incubação, a associação se mostrou muito interessada em participar da primeira Feira Regional de Economia Solidária da Zona da Mata Mineira (FRES-ZMM), que foi realizada em Viçosa entre os dias 13 e 16 de novembro de 2014, um espaço que prezou pela maior integração dos grupos, além de ser uma maneira de dar visibilidade às possíveis formas de se produzir alternativamente, pautados pelos princípios econômicos solidários. Nesse momento, pôde-

se verificar a capacidade da AMAPAC em se organizar, já que rapidamente foi estabelecido quais os membros da associação iriam representar a associação na exposição da feira, em quais dias cada um ficaria responsável pela exposição, quais artesãs ficariam responsáveis por oferecer uma oficina de artesanato e qual produto seria ensinado nessa oficina. A Oficina de Bolas Natalinas (Figura 2) oferecida pela AMAPAC na FRES-ZMM foi temática, dada a proximidade da data na qual se comemora o Natal, tendo como facilitadoras duas artesãs da associação, que ensinaram como produzir um enfeite de Natal chamado “bolas natalinas”.



Figura 2 - Oficina de Bolas Natalinas oferecida pela AMAPAC na FRES-ZMM – 2014.

Fonte: ITCP-UFV.

Entende-se que os associados da AMAPAC adquiriram hábitos ligados à cooperação e à solidariedade ao logo de suas histórias, o que fez com que se agrupassem a fim de lograr objetivos em comum. Por viverem em uma cidade de pequeno porte e serem pessoas ligadas à educação, preocupam-se com o futuro e o bem estar dos moradores do município. Essa identidade grupal funciona como uma ideologia e permite aos associados que se definam em contraposição a outros grupos. Dentro da identidade grupal identificada, um dos interesses desses artesãos é a preservação da identidade de Paula Cândido, por isso a necessidade de um resgate e aprofundamento de elementos tão cotidianos que, por vezes, são banalizados.

No que tange ao processo da Oficina Criativa, entre os resultados obtidos, pôde-se perceber que as atividades realizadas, ao debater o sentido e o significado do artesanato, permitiram aflorar o sentimento dos artesãos referentes às características locais e culturais que pudessem ser expressas em seus produtos, como já discutido durante o resgate histórico e cultural. Tal resgate foi de extrema importância para o processo da apropriação da identidade local pelos artesãos, pois o grupo fez o levantamento de diversas características da cidade, não somente relacionadas ao artesanato, mas também a elementos culturais, sociais e econômicos, que poderiam estar presentes em suas peças como uma forma de remeter ao município de Paula Cândido.

Os associados levaram peças antigas que herdaram dos antepassados e relembrou ícones do artesanato local, como as peças em crochê e macramê, colchas de retalho, entre outras, etc. O levantamento gerou reflexões e questionamentos, o que, por sua vez, motivou uma nova forma de pensar o artesanato como uma forma de manter viva uma tradição local e de repensar o modo de produção, dito de outro modo, ocasionou o redesenho dos artesanatos atuais baseado em uma visão histórica do processo e cultural do município.

Percebeu-se, em conversas informais durante acompanhamento do processo produtivo, o forte simbolismo, tanto material quanto imaterial, que as peças produzidas carregam em si. De forma

semelhante a textos imagéticos, como a fotografia, as peças artesanais contam a história local reproduzida por meio das mãos do artesão que uniu seus saberes cotidianos a uma pesquisa histórica, a fim dar visibilidade aos modos de vida da sua comunidade. O sentimento de pertencimento a esse conjunto de hábitos, costume e valores sintetizados pela Festa de Nossa Senhora do Rosário é tão representativo, que necessita ser eternizado por fotografias, mas também por peças decorativas que remetam a essa comunidade.



Figura 3 - Ritual do Congado, na Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: ITCP-UFV.

Nas reuniões posteriores, em especial no segundo encontro referente à Oficina Criativa (Figura 4), os artesãos expuseram suas ideias mais amadurecidas, bem como o que se propunha a produzir naquele momento e o que havia sido modificado nas peças.



Figura 4 - Segundo encontro da Oficina Criativa, etapa de produção coletiva para inserir os elementos culturais nas peças já produzidas.

Fonte: ITCP-UFV.

É importante salientar que os elementos introduzidos nas peças artesanais, para que fossem identificadas como um artesanato de Paula Cândido, foram trazidos pelos próprios artesãos, baseados em suas vivências, suas histórias, que lhes foram contadas por seus ancestrais, além de festas e rituais dos quais participavam.

Durante a intervenção da ITCP-UFV junto à AMAPAC, verificou-se que a associação segue princípios de sustentabilidade, ao buscar alternativas de produção usando materiais reutilizáveis. Um dos desejos dos artesãos, era a possibilidade de utilizar, como matéria prima, objetos que virariam lixo, reduzindo a poluição na cidade e mostrando a importância de se trabalhar de forma sustentável. Após algumas reuniões, decidiu-se por reutilizar garrafas e potes de vidro aplicando técnicas artesanais para que se tornassem peças decorativas ou de uso doméstico. Os artesãos participaram, então, de oficinas de técnicas artesanais, como Oficina de *Découpage*, de Vitrificação e de Craquelê. As peças produzidas ao final da Oficina de *Découpage* são mostradas abaixo, na Figura 5.



Figura 5 - Artesãos da AMAPAC e suas peças produzidas após a Oficina de *Découpage*.

Fonte: ITCP-UFV.

Uma característica peculiar dessa associação é sua preocupação com a inclusão social dos moradores da cidade de Paula Cândido. Por verem no artesanato uma forma de geração de renda, mas também uma forma de socialização, uma vez que pode ser visto como uma possibilidade de tratamento terapêutico, a AMAPAC decidiu por ampliar suas atividades, beneficiando a comunidade com um projeto social. Surgiu, então, a ideia de a associação realizar um projeto juntamente à Secretaria de Saúde do município, oferecendo oficinas de artesanato como uma forma de terapia para as pessoas atendidas e, ainda, contribuindo para a valorização da tradição e cultura local. A construção de tal projeto já se encontra em andamento, sendo discutido pela AMAPAC e pela Secretaria de Saúde de Paula Cândido, com o apoio da ITCP-UFV.

Considerando-se a identidade como a soma de um aglomerado de signos nunca concluída, acredita-se que, simultaneamente ao fato de construírem uma conexão do passado com o presente, resgatando tradições locais, esses artesãos estão também envolvidos em um processo ativo de reconstrução da tradição e manutenção da ordem social. Ao mostrarem novas possibilidades de produção artesanal, tanto do ponto de vista do processo produtivo, quanto da matéria prima utilizada, assim como dos benefícios a serem proporcionados em termos terapêuticos, esses indivíduos podem trazer à tona uma nova realidade que, mesclada com uma realidade passada, tem a possibilidade de vir a ser a tradição local no futuro. Assim, mais do que a expressão de tradições locais em seus produtos, a AMAPAC sugere uma nova forma de se perceber o artesanato como um símbolo dos rituais, iniciados em um tempo remoto e que perdura ainda hoje, e também como um novo modo de se pensar o processo produtivo e a inclusão social.

No decorrer do processo de intervenção foram alcançados grandes ganhos ao se tratar de autoconfiança, pois, a partir da Oficina Criativa, o grupo pôde perceber sua capacidade de criar o artesanato de maneira que ele remetesse à cultura da cidade. Apesar de estarem organizados a partir de objetivos em comum e trabalharem pautados pela cooperação, percebeu-se algumas dificuldades com relação à efetivação desses objetivos, pois as ideias não eram organizadas de forma a alcançar os resultados desejados.

Acredita-se que o projeto de extensão contribuiu para agilizar e facilitar um processo que pressupõe tempo, dialogicidade e uma intervenção educativa organizacional temporária, já que a ITCP-UFV atua como facilitadora para alcançar os objetivos almejados pela associação.

Conclusões

O trabalho elaborado na AMAPAC, além de trazer aprendizagem para os estudantes da ITCP-UFV, por lhes permitir vivenciar experiências de práticas coletivas, conhecimento de tradições e manifestações culturais no município de Paula Cândido, trouxe também capacitação e inovação no conceito de identidade visual e cultural no artesanato da AMAPAC. Os benefícios trazidos pela produção coletiva do artesanato, que remete à cultura local, envolvem tanto a inclusão social, quanto estimula a prática do associativismo e cooperativismo pelos associados, além de valorizar elementos da tradição e cultura de Paula Cândido, que por serem tão presentes no cotidiano acabam sendo, muitas vezes, banalizados pelos moradores do município.

Através do artesanato, pode-se iniciar um processo de valorização e reconhecimento da identidade local, revivendo manifestações tradicionais e culturais, como a Festa de Nossa Senhora no Rosário e as peças artesanais que foram produzidas no passado e esquecidas após o falecimento dos artesãos especialistas. O artesanato produzido pela AMAPAC é, então, algo de grande importância e valor identitário do local, trazendo consigo uma forma de ocupação profissional para os artesãos, sendo uma possibilidade de geração de renda baseada nos princípios da economia solidária, que representa a gestão econômica e a autogestão organizacional.

Além disso, é importante ressaltar a pró-atividade da associação e as preocupações com questões sociais, ambientais e políticas. Tanto a ideia de reutilizar objetos que seriam inutilizados e aumentariam o lixo da cidade, quanto a ideia de se valer do conhecimento de técnicas artesanais para beneficiar os moradores da comunidade, partiram dos associados. A ITCP-UFV reservou-se à função de fomentar e problematizar as ideias, mostrar outras rotas possíveis de se chegar a um resultado para que eles escolhessem a mais adequada, e de apoiar questões técnicas e burocráticas.

Sendo assim, dada a inserção da AMAPAC em questões políticas discutidas durante as reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária, sua inclinação para questões de preservação do meio ambiente, da inclusão social dos moradores do município e da eternização das festividades locais em seus produtos, entende-se que a associação é um empreendimento que serve de modelo para outros empreendimentos, iniciantes do processo, também pautados pelos princípios da economia solidária.

Fonte de financiamento: Os trabalhos realizados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV), recebem apoio financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), além do suporte pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa (PEC).

Agradecimentos: Gostaríamos de agradecer aos artesãos da AMAPAC, pelo carinho, dedicação e confiança, e por terem possibilitado essa importante troca de saberes que fez de nós seres humanos ainda mais sensíveis.

Referências

- BARROSO, E. N. *Design e artesanato*. 2009. Disponível em: <http://www.eduardobarroso.com.br/Artesanato_%20mod1.pdf>. Acesso em: 5 out. 2012.
- BASTIDE, R. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Trad. Maria Eloisa Capellato e Olívia Krähenbühl. São Paulo: Pioneira, 1971.

- CANCLINI, N.G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARREIRO, C. H. P. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Rio, 1975.
- CASCUDO, L. da C. *Dicionário de folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- CUPERTINO, C. M. B. *Criação e formação: fenomenologia de uma oficina*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.
- FERRETTI, Sérgio. Sincretismo e Religião na Festa do Divino. In: *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 11, vol.18. p. 105 – 122, 2007. LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATANNI, A. D.; LAVILLE, J.L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina Brasil LTDA, 2009.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, A. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas*. São Paulo, 2001.
- MARTINS, S. *Contribuição ao estudo científico do artesanato*. Belo Horizonte: Imprensa do Estado de Minas Gerais. 1973. Disponível em: <www.eba.ufmg.br>. Acesso em: 8 jan. 2015.
- MIGLIORI, R. Introdução. In: ALLESSANDRINI, C.D.; BRANDÃO, C.R.; LIMA, E.P. *Criatividade e novas metodologias*. Série Temas Trans-versais, Volume 4. São Paulo, Fundação Peirópolis, 1998.
- MUNANGA, K. Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos. In: CONSORTE, Josildeth Gomes; COSTA, Márcia regina da (Orgs.). *Religião, política, identidade*. São Paulo: Educ-séries cadernos PUC, 1988, p. 143-146.
- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.
- PAZ, O. O uso e a contemplação. *Revista Raiz: Cultura do Brasil*, nº 3. São Paulo: 2006. Disponível em: <http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=102&Itemid=116>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- PINHO, M. S. M. de. Produtos artesanais e mercado turístico. In: MURTHA, S. M.; ALBANO, C. (Org). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasília, 2002.
- QUEIROZ, G. R. C. *A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido (MG): Identidade, memória e ritual no Congado e no Reinado*. 2013.108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- RIMA, I. H. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1977. SEBRAE. *Termo de referência do programa SEBRAE de artesanato*. Brasília: SEBRAE, 2004.
- SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. *Tintas e texturas*, Rio de Janeiro. Ed. Senac Nacional, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=uhMpvhwF2d4C&printsec=frontcover&client=firefox-a#v=snippet&q=artesanato&f=false>>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- TEIXEIRA, Faustino. As Faces do Catolicismo Contemporâneo. In: *Revista USP*, São Paulo, n.67. Setembro/novembro 2005.
- TOMAZ, Laycer. *Da Senzala à Capela*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- VIEIRA, S. M. S. *Uma análise da trajetória do movimento de Economia Solidária no Brasil após a implantação do primeiro Fórum Social Mundial*. RS. Monografia. Curso bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.



Projeto xadrez nas escolas: oficinas teórico-práticas para a comunidade

Angela Maria Hartmann¹, Eliud Lins da Silva Neto², Sara Maria Pereira da Silva³, Tierre Batista Migliorin⁴

Resumo: O Projeto Xadrez no Campus nasceu na Unipampa, no campus de Caçapava do Sul, RS, há dois anos. Em 2015, a prática enxadrística foi inserida como uma atividade extracurricular em escolas do município e como instrumento de desenvolvimento intelectual, da concentração, do raciocínio lógico-matemático e, ainda, do lado emocional e social. O objetivo do Projeto é popularizar o esporte e incentivar estudantes que se destacam nele a representarem suas escolas. As oficinas são teórico-práticas, beneficiando cerca de sessenta estudantes de seis escolas municipais da cidade. O Projeto Xadrez nas Escolas atualmente contempla maior visibilidade na comunidade do município de Caçapava do Sul, tendo boa recepção nas oficinas. Nas edições de 2015, do JESCA e do JERGS, vários alunos do projeto obtiveram premiações. Os bolsistas do projeto também se destacaram em competições, aprimorando o projeto e conquistando espaço nas escolas e no próprio campus.

Palavras-chave: Xadrez. Ensino. Unipampa.

Área Temática: Educação.

Chess project in schools: theory-practice offices for community

Abstract: The Chess Project Campus was born in Unipampa on the campus of the Caçapava do Sul, RS, two years ago. In 2015, the chess practice was inserted as an extracurricular activity in local schools, as an instrument of intellectual development, concentration and logical and mathematical reasoning, and still, the emotional and social side. The objective of the project is to popularize the sport and encourage students who stand out to represent their schools. The workshops are theoretical-practical, benefiting around sixty students from six local schools of the city. Chess in Schools Project currently includes more visibility of Caçapava do Sul community, with good reception in the workshops. In the editions of 2015, of the JESCA and JERGS, several students of the project obtained awards. Project fellows also excelled in competitions, improving the design and achieving space in schools and at the university.

Keywords: Chess. Education. Unipampa.

Proyecto de ajedrez en las escuelas: teoría-práctica seminarios para la comunidad

Resumen: El Proyecto de Ajedrez en el Campus nacido en Unipampa, en el campus de Caçapava do Sul, RS, hace dos años. Em 2015, la práctica del ajedrez se inserta como una actividad extracurricular en las escuelas locales, como herramienta de desarrollo intelectual, concentración y el razonamiento lógico-matemático, y además, el lado emocional y social. El objetivo del Proyecto es popularizar el deporte y animar a los estudiantes que se destacan para representar a sus escuelas. Los cursos prácticos son teórico-práctico, beneficiando a en

¹ Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Avenida Pedro Anunciação, 111, Vila Batista, Caçapava do Sul, 96570-000; (55) 3281-9000; angelahartmann@unipampa.edu.br.

² Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Avenida Pedro Anunciação, 111, Vila Batista, Caçapava do Sul, 96570-000; (55) 3281-9000; eliuclinz@gmail.com.

³ Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Avenida Pedro Anunciação, 111, Vila Batista, Caçapava do Sul, 96570-000; (55) 3281-9000; psara.silva@gmail.com.

⁴ Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Coordenador do Projeto; Avenida Pedro Anunciação, 111, Vila Batista, Caçapava do Sul, 96570-000; (55) 3281-9000; tierremigliorin@hotmail.com.

torno sessenta estudantes de seis escuelas municipales de la ciudad. Los proyecto ajedrez en las escuelas actualmente incluye una mayor visibilidad en la comunidade del municipio de Caçapava do Sul, con buena recepción al cursos. En 2015 ediciones, la JESCA y la JERGS, varios estudiantes premios de diseño obtenidos. Los Becarios el proyecto también si destacaron em competiciones, mejorando el proyecto y ganar terreno en las escuelas y en la universidad.

Palabras clave: Ajedrez. Educación. Unipampa.

Introdução

A utilização do xadrez como instrumento pedagógico tem contribuído para o aprimoramento de habilidades intelectuais e valores éticos dos seus praticantes, proporcionando melhorias significativas no âmbito escolar, com o incremento na capacidade de aprendizado dos discentes. Diversos países, como Rússia, França, Inglaterra, Argentina, Cuba, Venezuela e México, já dispõem do xadrez como ferramenta de estudos nas escolas, seja por meio de projetos, disciplinas ou atividades extracurriculares. A prática do esporte tem sido utilizada com o objetivo de gerar um desenvolvimento intelectual de forma lúdica e interessante para os participantes. Na Romênia, por exemplo, o xadrez é uma disciplina escolar obrigatória e as notas de matemática dependem em 33% do desempenho dos alunos nas aulas de xadrez, Sá (2005) *apud* Oliveira (2011).

Diversos estudos (VELOSO-SILVA, 2010; SILVA, 2010; FILGUTH, 2007) têm destacado os benefícios da prática do Xadrez: intelectuais, afetivos e sociais. Segundo Veloso-Silva (2010), a prática do xadrez é dinâmica e provoca mudanças relevantes e benéficas na postura dos jogadores, com o estabelecimento de estratégias dialógicas, cooperativas e interativas, que proporcionam um melhoramento e um empenho maior nos estudos em diferentes áreas do conhecimento. Silva (2010) destaca que o xadrez propicia o desenvolvimento do raciocínio lógico associado à resolução de problemas de Matemática, mas que os discentes, alvo de sua pesquisa, evoluíram não apenas nessa área do conhecimento, mas também em outros componentes curriculares. Sua pesquisa confirma que o xadrez contribui para a melhora do desempenho escolar.

A prática do xadrez contribui para o desenvolvimento de uma atividade de lazer sadia e educativa, que amplia a capacidade lógica e a concentração, utilizando regras do xadrez como forma de contribuir para uma conduta responsável do aluno dentro e fora da sala de aula. Sabe-se que o ensino do xadrez em espaços escolares não acontece em boa parte do Brasil. Em parte, esse fato se deve à falta de pessoas habilitadas para o ensino desse esporte nas escolas.

Na cidade de Caçapava do Sul (RS), essa realidade vem sendo mudada e o número de praticantes do esporte está crescendo, gradualmente, com a contribuição do projeto de ensino de Xadrez no Campus, desenvolvido pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Caçapava do Sul, no ano de 2014. Em 2015, o projeto de ensino de xadrez para acadêmicos do campus, foi transformado em um projeto de extensão que leva o xadrez às escolas, sob a denominação de Xadrez nas Escolas. Atualmente, o projeto abrange a comunidade de alunos de seis escolas do município, sendo desenvolvido em três escolas-polo. Além de vir demonstrando resultados positivos desde a sua implementação, esse trabalho já impulsiona o crescimento de numerosos adeptos dessa prática esportiva.

Objetivos

O principal objetivo desse projeto de extensão foi difundir a prática do xadrez entre a comunidade local. Assim, o projeto foi aplicado em três escolas-polo do município de Caçapava do Sul - Escola Técnica Estadual Dr. Rubens da Rosa Guedes, Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças e Escola Municipal Inocêncio Prates Chaves - além do próprio Campus da Unipampa, Caçapava do Sul. Essas escolas estão localizadas em regiões estratégicas da cidade e são circundadas por escolas menores do entorno, atingindo maior público. Outro objetivo traçado para o projeto foi promover oficinas de xadrez para professores de escolas municipais e estaduais, sendo a oficina realizada, na Semana de Formação Continuada para Professores do município. Ademais, ofereceu-se uma atividade de lazer sadia e educativa para os alunos das escolas participantes, comunidade e discentes da Unipampa, Campus Caçapava do Sul. Além disso, há relatos de professores das escolas sobre a melhora de aprendizado de alguns alunos participantes do projeto. Por fim o projeto promoveu a integração entre universidade e comunidade local.

Metodologia

A execução do projeto conta com o auxílio de dois bolsistas que promovem oficinas presenciais para ensinar xadrez e também campeonatos envolvendo alunos de escolas, pessoas da comunidade e discentes da Unipampa. Com auxílio de tabuleiros, jogos de peças, em tamanho oficial e relógio analógico usados em competições, durante as oficinas são desenvolvidos exercícios com o objetivo de apresentar as regras básicas que regem o jogo, simulações de competições e a notação enxadrística. Os participantes do projeto têm aprendido: o movimento das peças (peão, bispo, cavalo, torre, rainha e rei); movimentos especiais (captura, roque, *en passant* e promoção); tipos de empates (empate, comum acordo, insuficiência de material, lei dos 50 lances, empate por repetição, rei afogado, xeque perpétuo) e a diferença entre xeque e xeque mate.

Além disso, procura-se promover uma abordagem didática que contribua para a compreensão do jogo pelos estudantes, considerando as dificuldades de cada faixa etária. As oficinas têm duração de quatro horas e são realizadas no horário inverso das aulas regulares. Os bolsistas se deslocam para as três escolas-polo durante a semana para ensinar a prática do xadrez a quase sessenta alunos do município. As oficinas são constituídas por módulos que reúnem conceitos teóricos básicos, que são assimilados com a prática do xadrez entre os estudantes, supervisionada pela equipe executora do projeto de extensão. Ao decorrer do curso, conforme desempenho dos praticantes, são introduzidos conceitos mais aprofundados relacionados a competições enxadrísticas, com exercícios que estimulam a rápida leitura do jogo e exploração de possíveis estratégias para obter êxito e conseguir vencer a partida.

Resultados e Discussão

Durante 2014, o projeto foi desenvolvido na modalidade de ensino, a partir do qual se multiplicou o número de acadêmicos praticantes do esporte. Em 2015, a proposta do projeto foi, na modalidade extensão, voltada para alunos, professores de escolas municipais e estaduais da cidade de Caçapava do Sul e pessoas da comunidade interessadas em aprender e/ou praticar o xadrez.

A atividade enxadrística foi difundida de modo que se tornou uma prática mais conhecida no município, promovendo a socialização por meio de um esporte que contribui para ampliar a capacidade de raciocínio e de resolução de problemas. Além disso, surgiram oportunidades e convites para realização de uma oficina presencial para estudantes e professores da Educação Básica; produção de um campeonato de xadrez no campus; produção de resumos e/ou trabalhos acadêmicos para apresentação em eventos acadêmico-científicos.

Dois trabalhos apresentados no VI Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepe), da Unipampa (SILVA et al. e LANDIM et al., 2014), relatam detalhes do desenvolvimento do projeto, na modalidade de ensino, executado em 2014, e outro resumo aprovado no VII Siepe, ainda não publicado, apresenta a experiência do projeto, na modalidade extensão, no ano de 2015.

Destaca-se, em particular, que os dois bolsistas do projeto Xadrez na Escola desenvolveram, em julho de 2015, uma oficina de formação de professores que visou o aprimoramento de habilidades de professores municipais na prática do xadrez para que eles pudessem aplicá-lo nas suas escolas. A oficina aconteceu no Instituto Municipal de Educação Augusta Maria de Lima Marques e reuniu onze professores de sete escolas do município de Caçapava do Sul/RS.

Além disso, houve um bom desempenho dos alunos das escolas nos Jogos Escolares de Caçapava do Sul (JESCA), em 2015. À procura dos estudantes pelo xadrez foi expressiva durante o evento que teve 99 inscritos nessa modalidade de esporte, distribuídos nas categorias, masculina e feminina, petiz, mirim, infantil e juvenil. Ressalta-se, ainda, que alguns jogadores participantes do projeto foram classificados para a fase estadual e participaram dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS). Os bolsistas Sara Maria Pereira da Silva e Eliud Lins Neto, também se mantêm competidores ativos, atuando em várias competições, na categoria universitário. Sara, atualmente, é bicampeã nos Jogos Universitários da Unipampa, além de ter ganhado os Jogos Universitários Gaúchos. Já Eliud é bicampeão dos Jogos Universitários da Unipampa e 7º colocado nos Jogos Universitários Gaúchos. Ademais, a bolsista Sara participou dos Jogos Universitários Brasileiros de 2014 e 2015, fase nunca alcançada antes.



Figura 1 - Capacitação de professores de escolas do município de Caçapava do Sul/RS.

Fonte: Projeto de Extensão Xadrez na Escola.



Figura 2 - Alunos da EMEF Inocência Prates Chaves em oficina teórico-prática.

Fonte: Projeto de Extensão Xadrez na Escola.

Conclusões

O projeto de Xadrez conclui seu segundo ano de atividades em dezembro de 2015, sendo fundamental tanto para a formação de estudantes de escolas públicas de Caçapava do Sul quanto para prepará-los para participações em competições. Melhorando o desempenho e aumentando o número de participantes em competições locais, o projeto tem contribuído para o fortalecimento da integração entre universidade e escolas. Como objetivos futuros, pretende-se organizar um torneio entre os participantes dos projetos durante os dois anos de 2014 e 2015 e demais jogadores da cidade de Caçapava do Sul, com o intuito de fomentar a participação dos enxadristas caçapavanos e fortalecer essa comunidade enxadrista.

Fontes de Financiamento

O projeto contou em 2015 com duas bolsas (PROEXT) de 20h concedidas pelas Pró-Reitorias de Extensão e Cultura e de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), da Universidade Federal do Pampa- Unipampa.

Referências Bibliográficas

FILGUTH, R. *A importância do xadrez*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LANDIM, A. A.; GONÇALVES, L. R. S.; NETO, E. L. S.; HARTMANN, A. M. Projeto Xadrez no Campus: a prática e os benefícios do xadrez para o campus de Caçapava do Sul. *VI Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)*, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Bagé, RS, nov. 2014.

SÁ, A. V. M. *O Xadrez e a educação experiências nas escolas primárias e secundárias da França*. Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, L. R. *Contribuições do xadrez para o ensino-aprendizagem de Matemática*. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2010.

VELOSO-SILVA, R. R. Práticas pedagógicas no ensino-aprendizagem do jogo de xadrez em escolas. *Motriz*. Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 509-509, jul./set. 2010.



Reflexões sobre ações contínuas de extensão e pesquisa em uma comunidade tradicional

Herton Helder Rocha Pires¹, João Victor Leite Dias², Nadja Maria Gomes Murta³

Resumo: O presente relato apresenta reflexões sobre as ações desenvolvidas ao longo de oito anos (2008 - 2015) por Grupo de Extensão e Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em uma comunidade remanescente de quilombo do município de Diamantina, Minas Gerais. As atividades propostas permitiram o envolvimento direto da equipe no cotidiano da comunidade, sendo esse convívio reconhecido pelos moradores que, por sua vez, demonstraram confiança nos integrantes do Grupo e os acolheram como mais que puramente pesquisadores, antes como entes contribuintes para a comunidade. Essa relação de confiança brindou a equipe com a incumbência de organizar a festa dos padroeiros, honraria até então partilhada somente entre os moradores ou pessoas com ascendência local. Finalmente, discutiu-se a importância de um vínculo de longo prazo e o retorno das informações à comunidade em projetos de natureza extensionista.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas. Extensão Universitária. Relações Comunidade-Instituição.

Áreas Temáticas: Teorias e Metodologias em extensão; Ruralidade.

Reflections about continuous activities of research and university extension in a traditional community

Abstract: This report presents reflections about actions developed throughout eight years (2008 - 2015) by a University Extension and Research Team of the Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri in a 'quilombola' community in the municipality of Diamantina, Minas Gerais. The proposed activities allowed involvement of the team in the routine of the community, and it was recognized by the residents that demonstrated trust in the team members, not only as researchers, but as community contributors. These confidence relationship awarded the team with the responsibility in organize the local folk party, an honor restricted only to the residents or their relatives. Finally, the importance of a long-term bond together with feedback of information to the community by means of university extension proposals was discussed.

Keywords: Quilombolas Communities. University Extension. Community-Institutional Relations.

Thematic Areas: Theory and Methodologies in University extension; Rurality.

Reflexiones sobre acciones continuas de extensión e investigación en una comunidad tradicional

Resumen: Este informe presenta reflexiones sobre las acciones desarrolladas a lo largo de ocho años (2008 - 2015) por un Grupo de Extensión e Investigación de la Universidad Federal de los Valles del Jequitinhonha y Mucuri en una comunidad 'quilombola' de la municipalidad de Diamantina, Minas Gerais. Las actividades

¹ Professor - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Coletiva - JEQUI/CNPq, Programa de Pós-graduação em Saúde Sociedade e Ambiente - SaSA. Rua da Glória, 187, Centro, Diamantina - MG. E-mail: herton.pires@ufvjm.edu.br

² Técnico-administrativo - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Coletiva - JEQUI/CNPq. E-mail: joao.dias@ufvjm.edu.br

³ Professora - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Coletiva - JEQUI/CNPq, Programa de Pós-graduação em Saúde Sociedade e Ambiente - SaSA. E-mail: nadja.murta@ufvjm.edu.br

propuestas permitieron el directo involucramiento del equipo en el cotidiano de la comunidad, logrando el reconocimiento de los investigadores como parte activa en el desarrollo de la comunidad. Esta relación de confianza le dio al equipo la responsabilidad de organizar la fiesta de los patronos locales, un honor solamente compartido entre los moradores y sus familiares. Finalmente se discutió la importancia de un vínculo de largo plazo y también la retroalimentación de las informaciones para la comunidad en proyectos de extensión universitaria.

Palabras clave: Comunidades Quilombolas. Extensión Universitaria. Relaciones Comunidad-Institución.

Área Temática: Teorías y Metodologías en extensión; Ruralidad.

Apresentação

O relato apresentado a seguir pretende descrever os desdobramentos advindos da execução de projetos de extensão e pesquisa realizados, entre os anos de 2008 a 2015, em uma comunidade remanescente de quilombo.

A comunidade de Quartel do Indaiá está localizada no município de Diamantina, Minas Gerais, na microbacia do Rio Caeté-Mirim, afluente da margem esquerda do Rio Jequitinhonha. A história oficial de Quartel do Indaiá está diretamente ligada à história da demarcação das áreas de extração de diamantes feita pela Fazenda Real portuguesa em 1734. Na atualidade os moradores mais velhos e também os mais jovens atribuem a origem e o nome da comunidade à presença de um Quartel que, por não ter telhas, era coberto por folhas de palmeiras de Indaiá, abundantes na área (MURTA, 2013).

No meio acadêmico, desde o final da década de 20 do século passado, a comunidade tem sido retratada por suas tradições e peculiaridades como, por exemplo, os cantos vissungos, que configuram-se como cantigas presentes na vida cotidiana dos negros libertos e dos escravos: nos trabalhos realizados nas minas, no plantio de suas roças, no deslocamento de defuntos até o cemitério, na “encomenda” da alma, no aviso da chegada de estranhos, no levantamento dos mastros durante as festas religiosas e na dramaturgia (MACHADO-FILHO, 1985).

Atualmente residem na comunidade 25 famílias, resultando em uma população de cerca de 80 pessoas. As principais atividades de trabalho após o declínio do garimpo de diamantes são a pequena agricultura e a pecuária.

O primeiro contato do Grupo de Extensão e Pesquisa em Saúde Coletiva - Jequi/CNPq com a comunidade ocorreu no ano de 2008 quando um dos pesquisadores desse Grupo morou na comunidade para desenvolver parte da pesquisa da sua tese de doutorado, com foco na segurança alimentar e nutricional entre os moradores.

Desde então mais de 15 ações (extensão e pesquisa) foram desenvolvidas na comunidade, sendo abordadas diversas temáticas relacionadas aos direitos humanos, educação e saúde. Fundamental destacar que a maioria das ações foi de extensão, sendo fomentadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM.

Outro fato que merece destaque foi a aprovação, no ano de 2013, do projeto intitulado “Ação Participativa para a Promoção da Saúde e Controle de Doenças Parasitárias em Comunidade Tradicional” em edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) na modalidade de projeto de Extensão em Interface com a Pesquisa, o que levou parte da equipe a manter um imóvel alugado (pago pelos pesquisadores com seus próprios recursos). Esse imóvel, além de servir como alojamento da equipe, armazenamento de materiais, local de desenvolvimento de ações educativas, proporcionou maior interação com a comunidade (Figura 1).

No transcorrer do período, conviveu-se com o cotidiano das famílias que residiam na comunidade: nascimentos, doenças, mortes, conflitos internos, lutas políticas, comemorações. O fato de a equipe ter permanecido próxima da comunidade permitiu que o Grupo não fosse mais visto como “meros” pesquisadores. Os projetos de extensão eram vistos como tentativas de solução para os problemas por eles vividos. A presença contínua de alguns membros do Grupo Jequi, fez com que as principais lideranças da comunidade refletissem sobre a realização de projetos pontuais na comunidade. A título de exemplo citam-se as seguintes frases que relataram terem dito a respeito de outros grupos ou pesquisadores: “só as crianças andam com eles”; “eles vêm aqui, pegam a informação e nunca mais voltam”; “estamos cansados de tanta pergunta”.



Figura 1 - Vista parcial da comunidade de Quartel do Indaiá, com a casa utilizada pelo Grupo de pesquisas Jequi ao centro. Julho de 2014.

Fonte: Arquivo pessoal de Dias, J. V. L.

Embora o Grupo estivesse ciente da confiança que lhe fora depositada, a constatação da estreita relação com a comunidade veio com o convite aos integrantes para participarem como festeiros da Festa de Nossa Senhora das Mercês e de São Vicente de Paulo, neste ano de 2015. Esse evento acontece anualmente durante o mês de julho, sendo o principal momento de encontro das famílias, parentes que não mais residem na comunidade e que aproveitam para reencontrar com seus familiares, bem como representa um encontro entre as comunidades vizinhas (Figura 2).

Esse convite promoveu no Grupo uma intensa reflexão sobre a forma como vinha atuando em Quartel do Indaiá. O que a diferenciava das ações executadas em outros locais?

Ao se avaliar a questão, concluiu-se que, embora inicialmente não fosse a intenção de o Grupo atuar na comunidade de forma contínua, o envolvimento afetivo com a comunidade mudou o ritmo das vidas dos integrantes do Grupo. Nesse intervalo de tempo os projetos de extensão nasciam da real observação dos problemas da comunidade, fugindo daqueles que, em geral, nascem exclusivamente dentro dos espaços acadêmicos, muitas vezes baseados em informações e dados coletados em ações verticalizadas ou programáticas do governo ou outras instituições.

Por outro lado, a própria comunidade passou a questionar determinados tipos de projetos e a nós como Grupo ou individualmente, atribuindo, ao mesmo tempo, responsabilidade e honrarias. Nesse sentido, a presença perene na comunidade possibilitou ao Grupo a tomada das decisões a respeito da condução das ações de forma integrada com a população e ainda oportunizou a devolução de informações coletadas durante as diversas pesquisas, seja por meio de apresentações em eventos coletivos ou individualmente em conversas com moradores.

Ante o exposto, acrescenta-se a constatação da importância de que atividades de cunho extensionista efetivamente colaborem com a comunidade na tomada das decisões, sobretudo no que diz respeito à detecção e ao enfrentamento de suas próprias problemáticas. Nesse sentido, Dias (1998) destaca a necessidade de uma reorientação nas relações entre a academia e a comunidade, não olvidando a reciprocidade existente nessa relação que envolve a “escuta” e a auto-reflexão o que, segundo a autora, endossa a confiança e contribui para o alcance de resultados mais efetivos e duradouros.

Finalmente, este relato remete, ainda, aos pressupostos da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), na medida em que apresenta uma experiência fundamentada na relação dialógica de caráter longitudinal como forma de compreender e apoiar a solução de demandas concretas de uma comunidade.



Figura 2 - Saída da procissão na Festa de Nossa Senhora das Mercês e São Vicente de Paulo na comunidade de Quartel do Indaiá. Julho de 2014.

Fonte: Arquivo pessoal de Dias, J. V. L.

Referências bibliográficas

- DIAS, R.B. "Eu? Eu estou aí, compondo o mundo." Uma experiência de controle de endemia, pesquisa e participação popular vivida em Cansanção, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 14, Sup. 2, p. 149-157, 1998.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, 2012. 40 p.
- MACHADO-FILHO, A.M. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985. 144 p.
- MURTA, N.M.G. *O acaso dos casos: estudos sobre alimentação-nutrição, cultura e história*. [Tese de doutorado]. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2013. 172 f.



Ação Cívico-Social (ACiSo): A experiência de estudantes universitários participantes do Projeto Rondon na Ilha do Marajó, Estado do Pará

Eunice Ferreira da Silva¹, Valdomiro Lourenço Nachornik²

Resumo: Este artigo é um relato da experiência vivenciada por estudantes universitários da área de saúde, integrantes do Projeto Rondon, que participaram de ações cívico-sociais em comunidades ribeirinhas isoladas da Ilha do Marajó (Pará) com a equipe de saúde do Hospital Naval de Belém, pertencente à Marinha do Brasil. A expedição ocorreu entre os dias 19 e 28 de julho de 2014, na região do município de Portel. As ACiSo's objetivam prestar assistência a populações desassistidas, em comunidades de difícil acesso e precárias condições de saúde.

Palavras-chave: Extensão universitária. Saúde pública. Marinha do Brasil. Projeto Rondon.

Área Temática: Saúde e Educação.

Civic and Social Action (ACiSo): The experience of college students participating in the Rondon Project in Marajó Island, Pará

Abstract: This article reports an experience of university healthcare students, members of the Rondon Project, who participated in civic and social activities in isolated coastal communities in Marajó Island (Pará) along with the health team of the Naval Hospital of Belém, belonging the Navy of Brazil. The expedition took place between June 19 and July 28, 2014, in Portel county region. The ACiSo's aim to assist underserved populations in inaccessible and poor health communities.

Keywords: University extension. Public health. Navy of Brazil. Rondon Project.

Thematic area: Health e Education.

Cívico y Social Acción (ACiSo): La experiencia de los estudiantes universitarios que participan en el Proyecto Rondón en la isla de Marajó, Pará

Resumen: Este artículo presenta una experiencia de los estudiantes universitarios de la salud, miembros del Proyecto Rondón, que participaron en las actividades cívicas y sociales en las comunidades costeras aisladas en la Isla de Marajó (Pará), junto con el equipo de salud del Hospital Naval de Belém, que pertenece la Marina de Brasil. La expedición tuvo lugar entre el 19 de junio y 28 de julio de 2014, en la región del condado Portel. El objetivo de la ACiSo para ayudar a las poblaciones marginadas en las comunidades de salud inaccesibles y pobres.

Palabras clave: Extensión universitária. Salud pública. Marina de Brasil. Proyecto Rondón.

Áreas Temática: Salud, Educación.

¹ Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa (UFV) / MG. Endereço para correspondência: Eunice Ferreira da Silva. Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Departamento de Medicina e Enfermagem. Campus Universitário. Av. P. H. Rolfs, s/n. Centro. Viçosa/MG. Brasil. CEP 36570-000. Telefone: (31)3899-3936. Correio eletrônico: eunice.f.silva@ufv.br

² Orientador. Professor adjunto da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) / PR.

Introdução

O Projeto Rondon é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa (MD), com o propósito de capacitar agentes multiplicadores em municípios isolados e carentes do Brasil e proporcionar o contato de futuros profissionais com uma realidade distinta daquela encontrada nos grandes centros urbanos, oferecendo crescimento pessoal e fortalecimento da cidadania (MARINHA DO BRASIL, 2014a).

Os objetivos das atividades denominadas “Ações Cívico-Sociais” (ACiSo), realizadas pela Marinha do Brasil em conjunto com o Projeto Rondon, são prestar assistência médico-odontológica às comunidades ribeirinhas de difícil acesso e precárias condições de saúde; cooperar com as comunidades na solução de seus problemas mais prementes e promover o fortalecimento dos padrões cívicos e do espírito comunitário dos cidadãos, aproveitando os recursos em pessoal, material e técnicos disponíveis. No caso específico da ACiSo de julho de 2014, as populações-alvo estão localizadas entre os municípios de Melgaço e Portel, na mesorregião do Marajó no Estado do Pará.

O Arquipélago do Marajó, o maior do mundo, é formado por um conjunto de ilhas de origem fluviomarinho (BRASIL, 2007; FUNDO VALE, 2011), que ocupam uma área de 49.606 Km², situadas integralmente no Estado do Pará (PA) (BRASIL, 2007). O município de Portel é o maior nessa localidade e, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma população de 52.172 habitantes com uma densidade demográfica de 2,06 hab/Km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,483 (IBGE, 2010). São inúmeras as comunidades ribeirinhas que vivem na região. O biótipo da população no geral é uma mescla do caboclo com o indígena. A cor da pele predominante é parda. A economia na região é essencialmente primária, baseando-se no extrativismo vegetal, na pesca, na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. O Produto Interno Bruto (PIB) da mesorregião é baixo (24% do PIB per capita médio do País) e nas áreas urbanas o comércio e a indústria são incipientes, exemplificados pelo beneficiamento de riquezas regionais, como a madeira (BRASIL, 2007). O clima regional é o tropical com duas estações distintas: o verão (agosto a dezembro) caracterizado pela diminuição das chuvas e aumento da temperatura e o inverno (janeiro a julho) com alta pluviosidade, responsável pela cheia dos rios. A diferença de temperatura é mínima entre as duas estações. Na região de atividades da ACiSo os rios apresentam pequenas variações no volume em razão das marés que adentram por dezenas de quilômetros pelo arquipélago. A ACiSo ocorreu na transição do inverno para o verão regional, ainda na vazante dos rios. O sol, em virtude da localização praticamente na linha do Equador da Terra, situa-se a pino ao meio dia nascendo muito cedo e se pondo por volta das 18 horas ou mais.

Em relação à saúde, a região apresenta uma infraestrutura insuficiente na área urbana e praticamente inexistente na rural, não havendo a efetivação plena do direito ao serviço público de saúde no Marajó (FUNDO VALE, 2011). Há um baixo número de médicos, enfermeiros e dentistas. Os poucos profissionais de saúde existentes trabalham na Capital e nas grandes cidades do Estado. Além disso, há um isolamento das comunidades rurais com a falta de transporte para locomoção de doentes até as cidades uma vez que não existem estradas (FUNDO VALE, 2011), sendo o transporte aquaviário dominante (BRASIL, 2007). Além disso, não há valorização do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e os serviços prestados, em relação a medicamentos, são de má qualidade (FUNDO VALE, 2011). Observa-se uma falta apoio mais substancial às políticas de combate à malária (FUNDO VALE, 2011; BRASIL, 2007), doenças sexualmente transmissíveis (DST) e outras doenças. A disponibilidade de leitos hospitalares está abaixo das necessidades da população ou inexistem em alguns municípios marajoaras. As taxas de mortalidade materna e infantil são elevadas, há baixa cobertura vacinal e pouca oferta de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). É também preocupante o alto índice de gravidez na adolescência (FUNDO VALE, 2011).

As doenças mais frequentes são a malária, as infecções intestinais, a cólera, as hepatites decorrentes da má qualidade da água e a doença de Chagas (BRASIL, 2007). As picadas de cobra são bastante comuns e representam 7 em cada 10 pedidos de transporte das comunidades rurais para a emergência. Ainda é recorrente o escalpelamento feminino, acidente causado pelo enrolamento do cabelo no eixo de hélices sem proteção, sobretudo nas pequenas embarcações, causando graves lesões.

Como agravantes, tem-se a baixa qualidade da água consumida pela população e a ausência do serviço de esgotamento sanitário (BRASIL, 2007). O acúmulo de resíduos sólidos urbanos (lançados em lixões a céu aberto na maioria dos municípios) favorece a reprodução dos mosquitos da dengue e a malária e colabora para a disseminação de outras doenças. Na periferia de algumas cidades e nas

comunidades ribeirinhas, a água para consumo humano não passa por qualquer tratamento e a população consome a água retirada diretamente dos rios. Muitas comunidades estão situadas em igarapés, dos quais se extrai a água e o peixe para consumo e, com a inexistência de sistema de coleta de esgotos (lançado no corpo hídrico sem tratamento), a população consome água e peixes contaminados.

Em relação à educação há uma grande deficiência em atender a clientela residente nas áreas rurais (BRASIL, 2007). É grande o número de alunos (próximo de 60%) com defasagem na relação idade-série recomendada pelo Ministério da Educação. Entre o ensino fundamental e o médio há grande evasão de estudantes, sendo poucos aqueles que chegam ao ensino superior, também por causa da dificuldade de locomoção. A ausência de um sistema educacional de qualidade na região gera um círculo vicioso de analfabetismo absoluto e funcional que, conseqüentemente, influencia na formação de tomadores de decisões entre os marajoaras (FUNDO VALE, 2011).

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência da participação na ação cívico-social (ACiSo) ocorrida entre os dias 19 e 28 de julho de 2014, em comunidades ribeirinhas da mesorregião do Marajó, Estado do Pará, mais especificamente em parte do Arquipélago do Marajó. As ações foram coordenadas pela Marinha do Brasil. Participaram da operação 21 integrantes do Projeto Rondon, grupo esse constituído por 3 docentes e 18 discentes de diversos cursos de graduação da área de saúde, representando 18 Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e particulares, de 12 estados do país. Os atendimentos se davam da seguinte forma: triagem; verificação da pressão sanguínea, glicemia e temperatura; encaminhamento para odontologia, medicina e saúde da mulher; consulta médica e/ou odontológica com apoio diagnóstico e farmacêutico. Uma equipe de profissionais de saúde do Hospital Naval de Belém (HNBe) acompanhava os rondonistas no atendimento à população.

Descrição da expedição e resultados das atividades

Os rondonistas partiram de suas cidades de origem com destino a Belém, no Pará, no dia 18 de julho de 2014. Os docentes e acadêmicos foram recepcionados, no dia 19, no Aeroporto Internacional de Belém por um oficial, representante da Marinha do Brasil. Foram então conduzidos até a Base Naval de Val de Cães, onde se encontrava aportado o Navio-Auxiliar (NA) "Pará", o alojamento dos rondonistas durante 12 dias. Os rondonistas foram distribuídos nas cabines do navio, em beliches ou treliches, e receberam uma singela lembrança (4 bombons com sabores típicos do Pará em uma embalagem artesanal), acompanhados de um cartão desejando sucesso a todos naquela "jornada cívica". Os camarotes eram bem pequenos e a água para o banho, fria, mas o entusiasmo da equipe era enorme e superava qualquer tipo de desconforto.

Ainda na noite do dia 19, ocorreu uma inesquecível recepção a bordo do Navio-Veleiro "Cisne Branco", que se encontrava aportado na Estação das Docas. Após 6 meses de viagem contornando a América do Sul, essa embarcação aportava, pela primeira vez, em um porto brasileiro. O Cisne Branco é um navio construído nos moldes dos veleiros antigos, sendo considerado o navio mais belo da frota da Marinha brasileira, o qual os rondonistas tiveram a honra de conhecer.

O NA "Pará" suspendeu no dia 20 de julho³, às 11h, em uma viagem com duração de 27 horas, rumo ao Marajó. A população a bordo contava com cerca de 170 pessoas, incluindo a tripulação (marinheiros e fuzileiros navais), a equipe de saúde do HNBe (médicos clínicos e patologista, dentistas, farmacêuticos, enfermeira, técnicos em enfermagem, técnicos em radiologia e de laboratório), os rondonistas, os agentes do INSS, integrantes da Capitania dos Portos e outros convidados e voluntários, como a médica responsável pela liberação dos laudos das mamografias.

Os agentes do INSS levaram atendimento previdenciário aos ribeirinhos. Já a equipe da Capitania dos Portos, da Amazônia Oriental, realizou atividades envolvendo patrulha e inspeção naval, visando à segurança da navegação. Foram também oferecidos Cursos de Formação para Aquaviários, bem como a instalação gratuita de coberturas de eixos nas embarcações, para evitar os acidentes por escarpelamento (MARINHA DO BRASIL, 2014a).

A equipe dos rondonistas foi composta por 3 professores e 18 estudantes universitários, todos da área de saúde, sendo 5 do curso de enfermagem, 5 de odontologia, 4 de medicina, 2 de farmácia, 1 de nutrição e 1 de fisioterapia.

No dia 21 de julho, foram distribuídos donativos em algumas comunidades localizadas às margens do estreito de Boiuçu, durante o trânsito para a Área de Operações do Projeto Rondon. Os donativos foram provenientes de mobilizações promovidas pela assistência religiosa do Comando do 4º Distrito Naval antes da viagem, para a arrecadação dos itens a serem doados (MARINHA DO BRASIL, 2014c). Após 27 horas de viagem, o NA fundeou na Baía de Portel às 14h, iniciando-se o atendimento aos ribeirinhos às 17h, a bordo. As embarcações, na maioria “rabetinhas” e “po pó pós”, aproximavam-se do navio e as pessoas eram conduzidas para o Convés do Toldo, onde as orientações e os atendimentos eram iniciados. Esses atendimentos estenderam-se até as 18h30m nesse primeiro dia.

A partir de terça-feira, 22 de julho, as equipes foram divididas para maximizar o atendimento à população. Uma equipe itinerante foi destacada para atendimento em terra em uma comunidade mais distante. Metade dos rondonistas mantinha o atendimento no navio, com parte da equipe de saúde da marinha. Os participantes revezavam-se diariamente nessas incumbências. A equipe itinerante partiu em várias Embarcações de Transporte de Tropas (ETT) para visitar a primeira comunidade ribeirinha: a Comunidade de Santo Agostinho, na baía de mesmo nome, próximo ao local onde o navio encontrava-se fundeado. Houve um grande predomínio de mulheres e crianças nos atendimentos, pois os jovens e adultos do sexo masculino encontravam-se nas atividades laborais cotidianas. Também foram encontrados poucos idosos nessas comunidades. Na Comunidade de Santo Agostinho existe um ACS. Ao final da tarde foi realizada uma missa pelo padre, capelão da Marinha, na mesma igreja palco dos atendimentos. As missas oficiais, realizadas por um padre ou capelão acontecem uma vez ao ano na comunidade, mas os ribeirinhos reúnem-se semanalmente, aos domingos, na Igreja para uma atividade religiosa.

Na quarta-feira, dia 23 de julho, navegando pelo Rio Pacajá, o navio continuou os atendimentos e a equipe itinerante partiu para atendimento em terra na Comunidade de Cocal (figura 1), onde existe um pequeno Posto de Saúde, porém não há nenhum profissional de saúde para os atendimentos. O NA “Pará” fundeou em frente à comunidade. À tarde a equipe de bordo “rendeu” a equipe de terra para que pudessem almoçar a bordo do navio.



Figura 1 - Comunidade de Cocal

Foto: Eunice Ferreira da Silva

No dia 24 de julho, quinta-feira, a equipe itinerante partiu para a Comunidade de Menino Deus, no Rio Anapu, na embarcação denominada AviPa (Aviso de Patrulhamento) “Tucunaré”, a qual, por ser maior, comportava a todos. A comunidade encontrava-se a cerca de 10 milhas do local onde o NA “Pará” permaneceu fundeado, levando 1h40m para chegar ao seu destino. Nessa comunidade, o atendimento ocorreu em um galpão, o qual também funciona como uma escola multisseriada. Na comunidade também existem uma Igreja e uma creche com uma pequena biblioteca, muito organizadas pela professora local. Nessa comunidade pode-se conhecer o processo de fabricação da farinha d’água

e acompanhar a reforma de um barco com madeira de maçaranduba. Por ocasião, ocorreu a reportagem da TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará, que estava acompanhando principalmente a realização das mamografias. A reportagem foi ao ar na segunda-feira, dia 28, no Programa “Bom Dia Brasil”⁴, na Globo News e Globo Internacional e, posteriormente, em outubro, no Programa “Como Será?”⁵. Nesse dia também foi realizada uma missa no final da tarde.

Já na sexta-feira, 25 de julho, o atendimento ocorreu em uma comunidade distante, cerca de 23 milhas do navio (cerca de 70 quilômetros de Portel), denominada Acangatá (figura 2), localizada no Rio Camaraipi. Nessa localidade, a equipe do HNBe e integrantes do Projeto Rondon realizaram atendimento médico e odontológico, além de assistência religiosa e ações de patrulha e inspeção naval visando incrementar a segurança da navegação naquela localidade (MARINHA DO BRASIL, 2014b). A viagem, na AViPa, durou cerca de 3h. Todos os dias, as itinerantes partiam cerca de 6h30m da manhã, nesse dia, porém, em razão da distância, partiram ainda mais cedo e retornaram somente por volta das 20h.



Figura 2 - Comunidade de Acangatá

Foto: Valdomiro Lourenço Nachornik

No sábado, dia 26 de julho e no domingo, dia 27, o atendimento foi grande, ocorrendo exclusivamente a bordo do Navio, o qual abarrancou na cidade de Portel, atendendo ao município e adjacências, pois se observou o deslocamento de ribeirinhos de comunidades relativamente distantes para receber atendimento. Os trabalhos ocorreram das 7h às 18 horas no sábado e das 10h às 16h no domingo em razão da grande demanda, embora, inicialmente, estivesse previsto apenas equipe mínima para esse dia.

No dia 28 de julho, segunda-feira, a comunidade atendida foi a de Antônio Lemos (figura 3), no Furo do Tajapurú (“furo” é uma comunicação natural entre dois rios ou entre um rio e uma lagoa).

Os atendimentos, tanto a bordo do navio quanto em terra, aconteciam da seguinte maneira: Alguns rondonistas acolhiam os ribeirinhos e realizavam a triagem, quer seja a bordo do NA Pará ou em terra, com uma pequena anamnese, aferição da pressão arterial e, caso necessário, verificação da glicemia capilar e temperatura corporal. Após o acolhimento, o paciente era conduzido ao respectivo setor para atendimento, quer seja consulta médica ou odontológica, realização do exame citopatológico (preventivo) com a enfermeira ou mamografia. Outros rondonistas, acadêmicos de medicina e odontologia, os quais se encontravam mais avançados em seus cursos de graduação, e os profissionais de saúde da Marinha (médicos e dentistas) participavam diretamente do atendimento, realizando as consultas, os procedimentos e a solicitação dos exames necessários. Os rondonistas em atendimento encontravam-se permanentemente sob a supervisão dos profissionais da Marinha. Os ribeirinhos em

terra, caso necessitassem de algum procedimento, exame ou cuidado mais específico, como um curativo ou uma sutura, eram encaminhados para bordo do navio através das ETT, acompanhados pela equipe de apoio, representada pelos fuzileiros navais. A coleta de material e os exames (laboratoriais, mamografia ou preventivo) eram realizados nos laboratórios do próprio navio. Os laudos das mamografias eram elaborados pela médica radiologista voluntária. Os ribeirinhos aguardavam pelos exames por, aproximadamente 1 hora e, enquanto isso, participavam de outras atividades. A consulta de retorno era realizada assim que o resultado do exame solicitado estivesse concluído. Muitos casos clínicos, mais simples, eram solucionados através de procedimentos odontológicos (restaurações, extrações e limpezas dentárias) e consultas médicas, com a prescrição e distribuição gratuita e imediata de medicamentos da farmácia do navio ou da equipe itinerante em terra, realizadas pelas rondonistas, acadêmicas de farmácia, sob a supervisão de uma farmacêutica da equipe do HNBe. Casos de média complexidade eram encaminhados para Portel, a cidade de referência da região abrangida, e, se houvesse a necessidade de notificação compulsória, os ribeirinhos dessas comunidades eram notificados para a Vigilância Epidemiológica de Portel. Os casos mais complexos eram encaminhados para Belém.



Figura 2 - Comunidade de Antônio Lemos

Foto: Valdomiro Lourenço Nachornik

Os rondonistas realizaram, ainda, muitas atividades lúdicas e recreativas com as crianças como pintura de rosto, jogos, balões, contação de estórias, desenhos para colorir, massinha de modelar etc. As atividades educacionais abrangiam todas as faixas etárias, através de distribuição de folhetos e folders, palestras em grupo e orientações individuais sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e distribuição de preservativos, saúde bucal com a utilização do escovódromo e a distribuição de kits odontológicos, higiene, sanitização da água e distribuição de hipoclorito de sódio, nutrição, diabetes, violência contra a mulher etc. Os rondonistas revezavam-se entre as atividades assistenciais, recreativas e educativas.

Paralelamente aos atendimentos de saúde, os profissionais do INSS e da Capitania dos Portos realizavam suas abordagens específicas, como os Cursos de Formação de Aquaviários, inspeção de embarcações, palestras sobre segurança na navegação, cobertura de eixos de embarcações para evitar acidentes por escarpelamento, licenças para tratamento de saúde, licenças-maternidade dentre outros atendimentos.

Segundo o levantamento realizado pela Marinha, em nove dias de ações conjuntas, milhares de ribeirinhos foram atendidos, através de consultas, realização de exames e procedimentos. Os

resultados obtidos foram: 1.421 atendimentos médicos; 800 atendimentos odontológicos; 148 exames laboratoriais realizados; 94 mamografias; 24.683 medicamentos distribuídos; 102 palestras sobre prevenção de DST; 3.687 atendimentos realizados pelo INSS; 142 embarcações abordadas; 07 embarcações apreendidas; 355 ouvintes em palestras de Reciclagem; 73 novos aquaviários formados em Cursos de Formação e 62 coberturas de eixo instaladas em embarcações (MARINHA DO BRASIL, 2014b).

O Navio permaneceu fundeado em Cutijuba para o encerramento das atividades e, ainda no dia 28, suspendeu às 19h, iniciando-se a viagem de retorno a Belém, chegando ao destino no dia 30, às 10h, atracando novamente na Base Naval de Val de Cães.

Ainda no dia 30, oportunizou-se aos rondonistas conhecer um pouco da cidade de Belém, como a feira do Ver-o-Peso, a Estação das Docas e o Forte do Presépio. Puderam também experimentar sucos de frutas e sorvetes com sabores típicos da região e adquirir alguns objetos artesanais.

Na madrugada do dia 31, iniciou-se o retorno dos integrantes do Projeto Rondon para suas localidades de origem.

Considerações finais

Para os rondonistas, foi uma experiência inesquecível e uma vivência extremamente gratificante poder contribuir com o atendimento de aproximadamente 2.221 ribeirinhos, auxiliar na distribuição de 24.683 medicamentos, colaborar com a realização de 148 exames laboratoriais e realizar 102 palestras sobre DST. A viagem propiciou também a convivência com os militares da marinha em torno de uma missão comum que era a ACiSo. Para além dos atendimentos de saúde a equipe se deparou com a extrema carência dessa população no tocante a atenção pessoal. Prova disso, eram os sorrisos sinceros recebidos, o forte aperto de mão ou simplesmente um olhar carinhoso de cada uma daquelas pessoas. Com certeza, mais do que prestar os serviços e ensinar, muito se aprendeu e, assim como aqueles inúmeros e caudalosos rios paraenses se renovam constantemente, certamente, os rondonistas não retornaram as mesmas pessoas de antes, mas melhores, mais cidadãs e conscientes do seu papel na sociedade. No relato final se observou que os rondonistas passaram a valorizar ainda mais a oportunidade de cursar uma universidade seja pública ou particular, tendo em vista que a vivência com cada um daqueles brasileiros contribui indiretamente para uma melhor formação profissional de cada integrante do Projeto Rondon.

Fontes de financiamento

As instituições que participaram do financiamento do projeto foram o *Ministério da Defesa* (MD) (coordenação e passagens aéreas) através da *Marinha do Brasil* (execução) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) através do *Núcleo de Apoio a Programas e Projetos de Extensão* (NAPE) da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PEC), que viabilizou uma ajuda de custo para a rondonista, representante da universidade.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó*: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas / Governo Federal, Grupo Executivo Interministerial. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 24 p. il.
- FUNDO VALE. Instituto Peabiru. *Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Cultural do Arquipélago do Marajó*. Vivamarajó, Belém: Versão preliminar, 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150580>>. Acesso em: 3 ago. 2014.
- MARINHA DO BRASIL. *Marinha realiza Ações Cívico-Sociais com integrantes do Projeto "Rondon" em regiões do Pará*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-realiza-%C3%A7%C3%B5es-c%C3%ADvico-sociais-com-integrantes-do-projeto-%E2%80%9Cronon%E2%80%9D-em-regi%C3%B5es-do-par%C3%A1>>. Acesso em: 3 ago. 2014a.

_____. *Militares do Navio-Auxiliar "Pará" realizam ACISO nas comunidades de Portel (PA)*. Disponível em: <<http://www.marinha.mil.br/noticias/militares-do-navio-auxiliar-%E2%80%9Cpar%C3%A1%E2%80%9D-realizam-aciso-nas-comunidades-de-portel-pa>>. Acesso em: 3 ago. 2014b.

_____. *Navio-Auxiliar "Pará" distribui donativos para comunidades ribeirinhas no Pará*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-auxiliar-%E2%80%9Cpar%C3%A1%E2%80%9D-distribui-donativos-para-comunidades-ribeirinhas-no-par%C3%A1?>>. Acesso em: 4 ago. 2014c.

³Portal G1. *Marinha leva ações de saúde a municípios no Marajó, no Pará*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/07/marinha-leva-acoes-de-saude-municipios-no-marajo-no-para.html>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

⁴Rede Globo. Programa "Bom Dia Brasil". *Mutirão atende mulheres no interior do Pará que nunca tinham feito mamografia*. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/bom-dia-brasil/v/mutirao-atende-mulheres-no-interior-do-para-que-nunca-tinham-feito-mamografia/3528059/>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

⁵Rede Globo. Programa "Como será?". *Navios da Marinha levam serviços de saúde a comunidades ribeirinhas*. Disponível em: <<http://redesglobo.com/como-sera/noticia/2014/10/navios-da-marinha-levam-servicos-de-saude-comunidades-ribeirinhas.html>>. Acesso em: 7 out. 2014.



PET FEIRA-LIVRE: epidemiologia e saúde ambiental através das trocas de experiências com a comunidade de Florestal-MG

Mardem Michael Ferreira da Silva¹, Ana Carolina de Stefano Pereira², Laís Ferreira Silva³, Dalila de Fátima Ferreira⁴, Marina Ferreira Silva⁵, João Paulo de Souza⁶

Resumo: Este relato de experiência é resultado de uma atividade epidemiológica e de saúde ambiental desenvolvida pelo PET/EDUCAÇÃO da Universidade Federal de Viçosa, Campus Florestal-MG, com o título: "PET FEIRA-LIVRE". O projeto objetivou proporcionar a troca de saber científico e popular entre os alunos do programa PET/EDUCAÇÃO e a comunidade da cidade de Florestal-MG. O primeiro PET FEIRA-LIVRE foi realizado com o tema: Animais Peçonhentos. A intervenção aconteceu na feira livre da cidade de Florestal-MG, com a exposição de animais e aplicação de questionários para o público da feira por meio de método comparativo e, como metodologia utilizada, privilegiou-se a pesquisa-ação. Os resultados apontaram que as pessoas que tiveram acesso à tenda de animais peçonhentos identificaram com maior clareza quais animais possuem peçonha, em comparação aos que não tiveram acesso às informações da tenda. Conclui-se que a intervenção na feira livre da cidade de Florestal-MG, com o tema animais peçonhentos, contribuiu para a desmistificação de conceitos errôneos, tendo sido constatado que a realização desse evento contribuiu significativamente para o conhecimento a respeito do tema abordado.

Palavras-chave: Animais peçonhentos. Feira livre. Epidemiologia. Extensão universitária. Exposição. Saúde ambiental.

Área Temática: Educação, Meio ambiente, Saúde.

PET FAIR-FREE: epidemiology and environmental health through the exchange of experiences with Florestal-MG community

Abstract: This experience report is the result of an epidemiological and environmental health activity developed by PET/EDUCATION from Federal University of Viçosa, Campus Florestal-MG, entitled: "PET FAIR-FREE". The project aimed to provide the exchange of scientific and popular knowledge between students of PET/Education program and community of Florestal city. The first PET FAIR-FREE was performed with the theme: Venomous Animals. The intervention took place in the open fair in Florestal city, with the exhibition of animals and applications of questionnaires to the public of the fair, using the comparative method and as methodology utilized emphasis was placed on action research. The results showed that people who had access to tent with poisonous animals identified more clearly which animals have venom compared to those who did not have access to the information in tent. We conclude that the intervention in the free market in Florestal city, with the theme venomous animals, contributed to the debunking misconceptions, having been found that the event performed contributed significantly to the knowledge of the topic discussed.

¹ Graduando do curso Ciências Biológicas - UFV/CAF. Bolsista PET. mardemmichael@yahoo.com.br

² Bióloga, licenciada pela UFV/CAF. anacarolina_stefano@yahoo.com.br

³ Graduando do curso de Ciências Biológicas - UFV/CAF. Bolsista PET. lais.ferreira@ufv.br

⁴ Graduando do curso de Ciências Biológicas - UFV/CAF. dalilabio19@gmail.com

⁵ Graduando do curso de Ciências Biológicas - UFV/CAF. marina.fsilva@hotmail.com

⁶ Tutor do PET/EDUCAÇÃO UFV/CAF. joãopaulobio@hotmail.com

Keywords: *Epidemiology. Environmental health. Exposure. Poisonous animals. Street fair. University extension.*

Thematic area: *Education, Environment, Health.*

PET FEIRA-LIVRE: la epidemiología y la salud del medio ambiente a través del intercambio de experiencias con la comunidad Florestal -MG

Resumen: *En este trabajo se presenta el resultado de la experiencia de un evento epidemiológico y de salud ambiental desarrollada por el PET/Educación de la Universidad Federal de Viçosa, Campus Florestal-MG, con el título: "PET FERIA-LIBRE". Este proyecto se realizó con el objetivo de conceder un intercambio de conocimientos tanto científico como popular entre los alumnos del programa PET/EDUCAÇÃO y la comunidad de la ciudad de Florestal-MG. La primera PET FERIA-LIBRE fue desarrollada bajo el tema: Animales Ponzoñosos, participando de la feria libre con la exhibición de animales y el estudio de encuestas realizadas al público asistente de esta; por medio de la metodología búsqueda/acción y el análisis de datos a través del método comparativo se observó que las personas que tuvieron acceso al stand de animales ponzoñosos identificaron con mayor facilidad cuales de estos presentaban ponzoña, en comparación a los que no tuvieron acceso a la información. Se concluye que la intervención en la feria libre de la ciudad de Florestal-MG con el tema animales ponzoñosos contribuyó a la desmitificación de conceptos equivocados, constatando así, que la realización de este tipo de evento mejora significativamente el conocimiento frente al tema abordado.*

Palabras clave: *Animales ponzoñosos. Epidemiología. Exposición. Extensión universitaria. Feria libre. Salud ambiental.*

Áreas Temática: *Educación, Medio ambiente, Salud.*

Introdução

A Universidade ocupa um papel muito importante na mediação entre a sociedade e o conhecimento científico produzido. Nos últimos tempos, além do papel de ensinar e pesquisar, acrescentou-se às instituições universitárias a função de fazer ações de extensão, como sendo uma forma de abertura mais ampla à sociedade (SILVA, 2003). Assim, as ações das Universidades Públicas Brasileiras são pautadas em um tripé: ensino, pesquisa e extensão.

A extensão universitária é caracterizada segundo FREIRE (2006) pela comunicação prática entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade do entorno, sendo observados diálogos mútuos que contribuam para a troca de experiências e permitam ações concretas dentro de uma dada realidade, causando a transformação de questões sociais. Dessa forma, as atividades extensionistas buscam um ideal de transformação da realidade social, que através de suas práticas promovam a difusão da ciência e a troca de conhecimentos, podendo estas também oferecer cultura e lazer para uma comunidade (RONZELI JÚNIOR, 2003).

Conhecendo a importância das atividades de extensão, um grupo de estudantes vinculados ao PET/EDUCAÇÃO do Campus Florestal-MG da Universidade Federal de Viçosa, iniciou um trabalho de extensão, denominado PET FEIRA-LIVRE. O intuito geral desse projeto é promover a abordagem de temas transversais junto à comunidade por meio da utilização do espaço da feira livre da cidade de Florestal-MG. Em razão das características singulares encontradas no PET/EDUCAÇÃO - UFV/ Florestal, que abrange alunos dos cursos de licenciatura da UFV/Florestal, o PET FEIRA-LIVRE pode levar informações diversas à população Florestalense e realizar trocas de experiências nas áreas das Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Matemática e Química.

Em virtude da singularidade das ações extensionistas, os temas trabalhados, podem gerar ações que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, atividades envolvendo educação ambiental e epidemiologia melhoram a percepção dos membros da sociedade sobre a biodiversidade (QUIRINO *et al.*, 2009) e métodos de prevenção contra acidentes com animais peçonhentos (MOURA *et al.*, 2010). Os acidentes com animais peçonhentos têm aumentado muito, principalmente, na zonal rural das cidades (OLIVEIRA, COSTA & SASSI, 2013), sendo que as alterações nos ambientes naturais são a principal causa da entrada desses animais no ambiente urbano (LIMA *et al.*, 2009). Outro fator, não menos importante, é o extermínio indiscriminado de animais por causa da falta de conhecimento (BAPTISTA *et al.*, 2008). Assim, tornam-se importantes trabalhos com objetivo de conscientizar a

sociedade com atividades de educação promovendo a sustentabilidade ambiental e a prevenção de acidentes com animais peçonhentos (QUIRINO *et al.*, 2009).

O município de Florestal-MG integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte, estando a uma distância de 65 quilômetros da capital, com uma população de cerca de 6.600 habitantes, de acordo com dados do censo (IBGE, 2010). A feira livre, nesse município, funciona principalmente como mercado para a comercialização de artesanatos e comidas típicas produzidas por feirantes moradores do município, bem como espaço para divulgação e democratização da cultura, seja por meio da música, da dança ou do teatro. A feira livre foi escolhida como instrumento deste projeto em função do fato de apresentar uma alta sociabilidade, sendo esse espaço público um local privilegiado para a troca de experiências. Por ser um espaço sociável, esse tipo de evento maximiza o alcance da atividade extensionista (MASCARENHAS & DOLZANI, 2008).

O objetivo principal do primeiro evento relacionado ao projeto *PET FEIRA-LIVRE* foi de oferecer à comunidade Florestalense informações sobre o tema: Animais Peçonhentos e propiciar aos alunos do PET/EDUCAÇÃO a vivência da prática extensionista, incentivando desde o início da graduação o compromisso com as questões sociais. O projeto *PET FEIRA-LIVRE* se faz de forma continuada, orientando-se pelos pressupostos (comunicação, diálogo e respeito à cultura), que devem atravessar as atividades extensionistas.

Espera-se com essas intervenções, além de levar a informação e promover a troca de experiências, aumentar o alcance de abrangência da Universidade Federal de Viçosa, *Campus Florestal-MG*, inserindo a população local como participantes ativos da vida acadêmica.

A primeira experiência com o *PET FEIRA-LIVRE*

Desde os primórdios das sociedades, acidentes com animais peçonhentos e venenosos são um problema, sendo que, no Brasil, tais acontecimentos se tornaram um sério problema de saúde pública (BOCHNER, 2003). Nesse contexto, detectar fatores de risco, condições hostis e ações que colaborem com esses acidentes, implementando e/ou informando sobre medidas de se prevenir ou controlar tais fatores, podem ser ações no campo da epidemiologia ambiental que contribuam de fato para minimizar os impactos negativos à saúde relacionados ao que se trata (FUNASA, 2002).

Ainda que certos animais, confundidos com animais peçonhentos e/ou venenosos, não ofereçam perigo algum à saúde da população em geral, a falta de conhecimento sobre determinadas espécies pode ocasionar o extermínio indiscriminado de animais inofensivos e também daqueles que, apesar de apresentarem perigo, têm grande importância para o equilíbrio do ambiente natural (MOURA *et al.*, 2010). Dessa forma, existe a preocupação com a saúde da população e também com a conservação desses animais.

Nesse sentido, e levando em consideração as problemáticas apresentadas acima, concluiu-se que utilizar do espaço proporcionado pelo *PET FEIRA-LIVRE* para tratar desse tema junto à sociedade seria uma boa opção, uma vez que o caráter extensionista do evento permite a relação entre o conhecimento popular e científico, assim, proporcionando um ambiente propício para desmistificar certos conceitos, levantar dados sobre a interação da população com animais peçonhentos e venenosos, além de orientar no sentido da importância desses animais e como agir em casos de acidentes.

Por apresentar características rurais e ser rodeado por extensas áreas de mata, o município de Florestal-MG apresenta alta incidência de animais peçonhentos e venenosos. Portanto, partindo da hipótese de que a população não apresenta total conhecimento sobre as diferenças entre animais venenosos e peçonhentos, quais são estes e sobre por que são importantes, reconheceu-se a necessidade de trabalhar a conscientização da população para a conservação da biodiversidade e, ainda, de oferecer informações corretas sobre como proceder em relação a acidentes. Assim, o primeiro *PET FEIRA-LIVRE*, realizado no dia 25 de abril de 2015, teve como tema os Animais Peçonhentos.

O principal objetivo, portanto, foi o de levar informação científica aos moradores de Florestal-MG desmistificando conceitos errôneos e promovendo o contato dos frequentadores da feira livre com alguns animais peçonhentos. O espaço também foi aproveitado para, por meio da aplicação de questionários, compreender como esse evento pode contribuir para o conhecimento das pessoas e qual a importância de atividades em epidemiologia e saúde ambiental de cunho extensionista para o município de Florestal-MG.

Procedimentos Metodológicos

Para abrigar a exposição dos materiais bem como dos animais, uma tenda dobrável de alumínio de 3x3m, foi montada no local do evento, pelos próprios alunos integrantes do PET (Figura 1). A tenda foi posicionada próxima a outras barracas e em local estratégico que facilitou a visualização da exposição.



Figura 1 - Feirantes e moradores locais visitando a exposição sobre animais peçonhentos realizada pelo PET/EDUCAÇÃO.

Fonte: Arquivos do programa PET/EDUCAÇÃO UFV-CAF. 2015.

Foram utilizados animais fixados da Coleção Didática Zoológica do *Campus* UFV Florestal, bem como animais capturados vivos para demonstração⁷. Os animais vivos foram devidamente alocados e devolvidos ao seu ambiente natural após a realização do evento.

Durante a realização do evento, algumas orientações eram dadas aos visitantes da exposição. Estas orientações foram divididas de forma que cada estudante apresentasse um determinado grupo de animais. Inicialmente os visitantes eram questionados sobre a diferença entre animais peçonhentos, venenosos e não-venenosos, sendo essa diferença esclarecida após serem ouvidas as respostas. Posteriormente cada grupo de animais era apresentado utilizando de seus nomes populares assim como foi feito para cada espécie. Nos cartazes afixados pela feira eram disponibilizados os nomes científicos de cada espécie apresentada na exposição. As características principais de cada grupo eram abordadas, bem como sua condição como peçonhento, venenoso ou não-venenoso. Em seguida eram passadas orientações a respeito de como conviver com animais peçonhentos e de como se prevenir contra acidentes, envolvendo os visitantes e os estudantes num diálogo participativo. Essa metodologia foi baseada na proposta de pesquisa-ação relatada por Thiollent (1996), uma vez que teve como objetivos resolver problemas práticos relacionados à saúde e conservação ambiental, estimular a tomada de consciência a respeito desses temas e produzir conhecimento sobre como a comunidade pesquisada se coloca sobre esses assuntos.

Numa tentativa de quantificar a importância desse evento para o objetivo proposto, elaborou-se um questionário estruturado, com oito perguntas, que foi aplicado a um grupo de pessoas que visitou a exposição e também a um grupo que não visitou a tenda do evento. As pessoas que visitavam a exposição eram submetidas ao questionário no momento da apresentação. Sobre as pessoas que não compareceram ao local do evento, alguns alunos participantes do projeto transitaram pela feira livre a fim de aplicar o questionário a esse grupo. Foi utilizado para análise dos resultados o

método comparativo, reconhecido como instrumento de análise na pesquisa social empírica. Esse método realiza comparações entre diferentes grupos com a finalidade de verificar similaridades e divergências entre estes (SCHNEIDER & SCHIMITT, 1998).

No final de cada apresentação, uma cartilha informativa⁸, cedida pela Fundação Ezequiel Dias (FUNED), foi disponibilizada para os visitantes.

Durante todo o processo, procurou-se manter a participação ativa do espectador a fim de tornar a experiência dinâmica e propícia para a troca de conhecimentos.

Resultados

Organizando os dados, constatou-se todos os níveis de escolaridade presentes no questionário aplicado aos frequentadores da feira livre, embora o ensino superior incompleto tenha apresentado maior número. Esse resultado deve-se à inserção da Universidade Federal de Viçosa no município de Florestal-MG. Também foi observado que 87% das pessoas que responderam o questionário residem na zona urbana.

Os dados da figura 2 mostram o resultado da pergunta “Qual (is) destes animais é(são) peçonhento(s)?”. As pessoas que tiveram acesso à tenda de animais peçonhentos conseguiram identificar com maior clareza quais animais possuem peçonha, em comparação aos que não tiveram acesso às informações da tenda. Assim, foi confirmada nossa hipótese de que a população Florestalense, em geral, confunde esses animais, o que pode gerar problemas quanto à conservação desses grupos. Conhecer esses grupos, quais são os perigos que eles oferecem ou não e como conviver com eles é um passo importante. Além disso, também é o que se buscou com a realização desse evento. Acredita-se que uma boa relação é a articulação entre o conhecimento científico gerado pela comunidade acadêmica e o popular oferecido pela população Florestalense, pois fica mais simples quando a ciência faz sentido no contexto cultural e social do indivíduo.

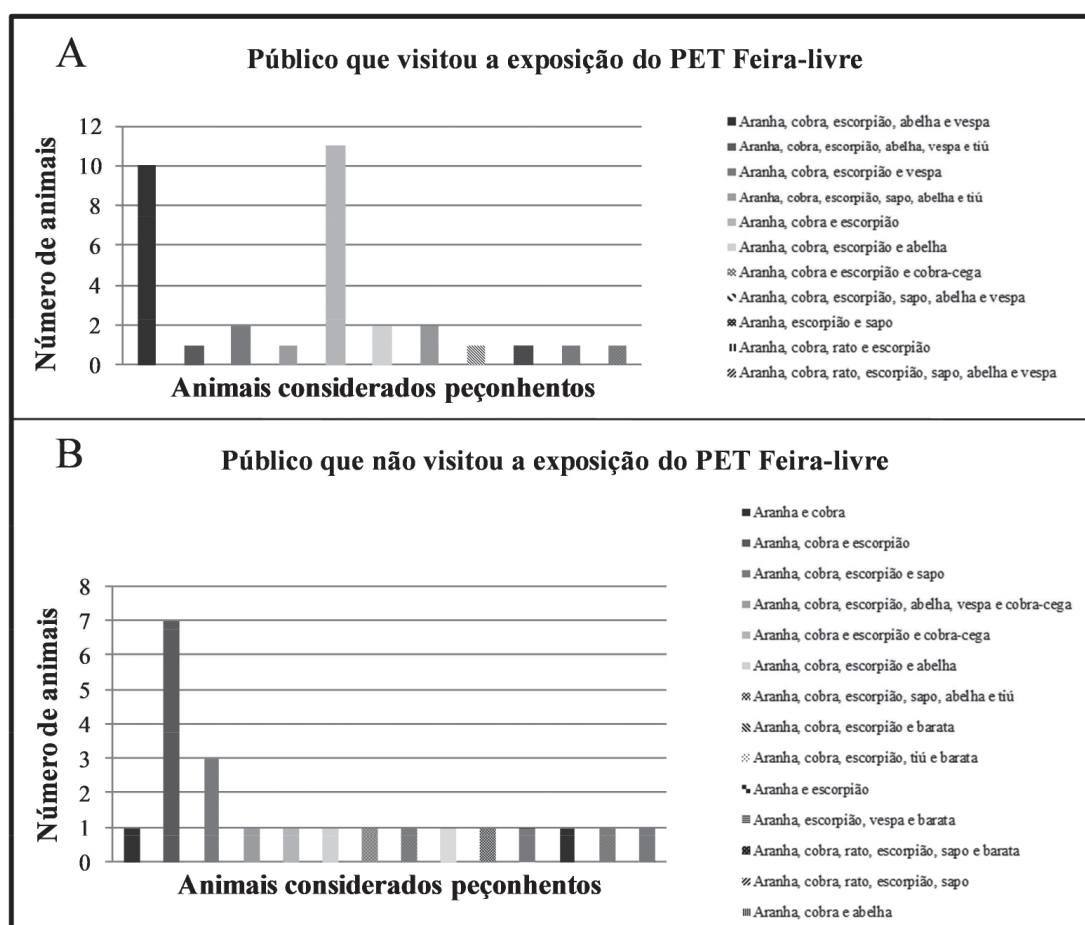


Figura 1 - Animais considerados peçonhentos pela comunidade da feira livre de Florestal-MG, que visitaram (A) ou não visitaram(B) a tenda do PET FEIRA-LIVRE.

Ao analisar a pergunta: “Qual a sua reação ao encontrar um animal peçonhento em casa? Percebeu-se que a maioria das respostas relata “a captura e a soltura do animal em outro local”. Porém, as opções “matar o animal e chamar órgão competente (IBAMA, Universidade e Polícia ambiental)” também tiveram grandes índices de resposta. Esses índices nos preocuparam, principalmente no que se refere à conservação desses grupos, uma vez que cobras, aranhas e escorpiões, por exemplo, possuem grande importância ecológica no controle de roedores e insetos.

Na pergunta: “Em caso de acidente com animal peçonhento qual o procedimento adotado?” Observou-se que 85% das pessoas recorrem ao atendimento médico e 15% utilizam torniquete no local da picada, usam plantas medicinais ou não fazem nada. Não foi encontrada nenhuma relação ao procedimento adotado em caso de acidente com animais peçonhentos, no que se refere ao sexo, idade, local da residência (rural ou urbana) e escolaridade. No entanto, verificou-se que 75% das pessoas que utilizam torniquetes e plantas medicinais não tiveram acesso às informações da tenda do PET FEIRA-LIVRE. Esse último procedimento (plantas medicinais) não condiz com o que diz a literatura sobre como proceder. No caso de acidentes com animais peçonhentos, lavar com água e sabão o local da picada, usar o torniquete ou compressa com água morna e principalmente tentar capturar o animal para identificação são os principais procedimentos indicados (FUNASA, 2001).

Foi observado ainda, que 69% dos entrevistados nunca tiveram acidentes com animais peçonhentos. Porém, 31% das pessoas entrevistadas relataram já ter sofrido algum acidente, sendo o escorpião (53%) o de maior ocorrência. Isso pode ocorrer em função do elevado número de terrenos baldios com entulhos presentes por toda a cidade, que formam abrigos para esses animais.

Em relação à pergunta “Quais medidas você adota para prevenir acidentes com animais peçonhentos em casa ou no trabalho?”, podemos verificar na Tabela 1 que 95% dos entrevistados adotam pelo menos uma medida de prevenção, sendo as principais relatadas: “Evitar o acúmulo de lixo e entulho”; “Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso”; e “Manter berços e camas afastados da parede”. Tais procedimentos adotados, vão ao encontro do que diz a literatura a respeito da profilaxia para animais peçonhentos.

Tabela 1 - Respostas dos frequentadores da Feira Livre de Florestal-MG, sobre as medidas para se prevenir acidentes com animais peçonhentos em casa ou no trabalho - 2015

| Opção de medida preventiva | Resposta apontada (%) |
|--|-----------------------|
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho. | 9% |
| Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso. | 4% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso. | 22% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Não manusear animais peçonhentos. | 9% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Manter berços e camas afastados da parede. | 3% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso; Manter berços e camas afastados da parede. | 3% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Não manusear animais peçonhentos; Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso. | 5% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Manter berços e camas afastados da parede; Outros. | 2% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Não manusear animais peçonhentos; Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso; Outros. | 2% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso; Manter berços e camas afastados da parede; Outros. | 2% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Não manusear animais peçonhentos; Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso; Manter berços e camas afastados da parede. | 11% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Utilizar perneiras; Não manusear animais peçonhentos; Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso; Outros. | 2% |
| Evitar o acúmulo de lixo e entulho; Utilizar perneiras; Não manusear animais peçonhentos; Examinar sapatos, roupas, toalhas antes do uso; Manter berços e camas afastados da parede. | 2% |
| Nenhuma | 5% |

Fonte: Dados retirados dos questionários aplicados pelo PET/EDUCAÇÃO durante o PET FEIRA-LIVRE

Considerações finais

Com a realização do primeiro *PET FEIRA-LIVRE*, verificou-se que a feira livre é um espaço amplo para trocas de experiências em epidemiologia e saúde ambiental, sobretudo por abranger um público com características socioculturais distintas.

Em relação ao tema animais peçonhentos, percebeu-se que a maior dificuldade dos frequentadores da feira livre era diferenciar animais peçonhentos, animais venenosos e animais não venenosos. Com a realização da exposição e, por meio das orientações passadas com base nas respostas obtidas, observou-se que ficou nítida a diferenciação desses animais. Conhecer esses grupos, quais são os perigos que eles oferecem ou não e como conviver com eles é um passo importante não só na prevenção de acidentes, mas também na melhor convivência entre a população e os animais do entorno.

Desse modo, o evento junto à feira livre possibilitou a troca de conhecimento científico e popular entre a comunidade acadêmica e Florestalense. Nesse sentido, esse projeto contribui para uma mudança social na vida do discente, pelo fato de que a feira livre é um espaço privilegiado (onde existem agrupamentos culturais que se entrelaçam), bastante valorizado por seus atores sociais e que se configura como disseminador de atividades de extensão em epidemiologia e saúde ambiental.

Fontes de Financiamento

Agradecemos ao FNDE pelo financiamento das atividades realizadas (bolsas para os petianos e tutor) pelo PET/EDUCAÇÃO da Universidade Federal de Viçosa, *Campus Florestal*.

Agradecimentos

Agradecemos a comunidade Florestalense pela participação no evento *PET FEIRA-LIVRE*, à senhora Cássia, organizadora da Feira Livre de Florestal- MG por ter viabilizado o evento, aos petianos Bárbara A. de Moraes, Carla G. Mariana, Ramon L. Fernandes, Sarah V. Miranda e Ystheilon S. Pereira pela colaboração, à Coleção Didática Zoológica da UFV-Florestal por ter cedido os animais, à Fundação Ezequiel Dias (Funed) pela disponibilização da cartilha informativa, e à Universidade Federal de Viçosa, *Campus Florestal- MG* pelo apoio.

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, G.C.S.; COSTA-NETO, E.M.; VALVERDE, M.C.C. Diálogo entre concepções prévias dos estudantes e conhecimento científico escolar: relações sobre os Amphisbaenia. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.47, n.2, p. 1-16, 2008.
- BOCHNER, R. *Acidentes por animais peçonhentos: aspectos históricos, epidemiológicos, ambientais e sócio-econômicos*. Tese de Doutorado. Orientada pelo professor Cláudio José Struchiner, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2003. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/1341/1/Acidentes_por_animais_Peconhentos-Rosany_Bochner.pdf>. Acesso em: 8 out. 2015.
- FELDER, R. M.; BRENT, R. Learning by Doing. *Chemical Engineering Education*, v.37, n.4, p.282-283, 2003.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* São Paulo, Paz e Terra: 2006.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. *Manual de diagnóstico de tratamento de acidentes por animais peçonhentos*. Brasília, Ministério da Saúde: 2001...
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. *Vigilância Ambiental em Saúde*. Brasília, Ministério da Saúde: 2002.
- LIMA J. S.; MARTELLI JÚNIOR H.; MARTELLI D. R. B.; SILVA M. S.; CARVALHO S. F. G. *Perfil dos acidentes ofídicos no norte do Estado de Minas Gerais, Brasil*. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. v.42, n.2, p. 561-564, 2009.
- MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. *Feira Livre: Territorialidade Popular e cultura na metrópole contemporânea*. *Ateliê Geográfico*. v.2, n.2, p.72-87, 2008.

- MOURA, M. R.; COSTA, H. C.; SÃO-PEDRO, V. A.; FERNANDES, V. D.; FEIO, R. N. *O relacionamento entre pessoas e serpentes no leste de Minas Gerais, sudeste do Brasil*. *Biota Neotropica*. v.10, n.4, p. 133-141, 2010.
- OLIVEIRA, H. F. A.; COSTA, C. F.; SASSI, R. Relatos de acidentes por animais peçonhentos e medicina popular em agricultores de Cuité, região do Curimataú, Paraíba, Brasil. *Revista Brasileira Epidemiológica*. v.16, n.3, p.633-643. 2013.
- QUIRINO, M. A. S.; SILVA, G. L.; MAGALHÃES, J. D. R.; SANTOS, E. M. *Educação ambiental como medida preventiva e cuidados com acidentes ofídicos na unidade acadêmica de Serra Talhada*. IX Jepex, 2009. Resumos. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/eventosufrpe/jepex2009/cd/resumos/R0710-1.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.
- RONZELLI, P. J. *A extensão universitária*. Portal Mackenzie. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/extensao_universitaria.98.html>. Acesso: 18 abr. 2015.
- SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*. v.9, n.1, p. 49-87, 1998.
- SILVA, E. W. *Extensão universitária no Rio Grande do Sul - Concepções e práticas*. Tese de Doutorado. Orientada pela professora Clarissa Eckert Baeta Neves, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3780/000392869.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez: 1996.

⁷ Sapo-boi (*Rhinella schneideri*); Aranha armadeira (*Pheneutria nigrioventer*); Calango (*Tropidurus torquatus*).

⁸ Disponível em: <http://funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2010/03/cartilha.pdf>.



Quando a extensão alcança a população - PROLINFO: um tredécimo de oportunidades educacionais

Vinicius Gomes Pascoal¹



Figura 1 -: PROLINFO-UPE

Criado em 2002 por docentes do curso de Licenciatura em letras: inglês - português e suas literaturas, na UPE Campus Mata Norte, o PROLINFO - Programa de Línguas e Informática - é atualmente o programa de extensão que mais cresce dentro da Universidade de Pernambuco - UPE.

É lugar comum que toda universidade é resultado de uma tríade composta por ensino, pesquisa e extensão. Em teoria, o ambiente acadêmico é o espaço no qual o estudo e a pesquisa devem retornar à sociedade em forma de ações de extensão. Essas atividades precisam ser abertas e inclusivas ao público, em resumo, precisam ir muito além dos muros da universidade.

O PROLINFO, além de ser um mecanismo que torna acessível a produção acadêmica à sociedade, é também uma escola de formação de professores. O programa atualmente registra um total de 6.000 estudantes matriculados na capital e em mais cinco cidades de Pernambuco. Para atender essa demanda são necessários aproximadamente cem jovens professores-regentes, estudantes talentosos que são contratados em regime de estágio por meio de seleção pública.

Todas as ações propostas pelo programa são coordenadas por uma equipe gestora composta por cinco professores coordenadores ligados ao IAUPE (Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco), um professor titular da UPE, a quem compete a coordenação geral, e sete colaboradoras de apoio administrativo que trabalham nas secretarias dos polos descentralizados, com distância de 709km (Petrolina), 68km (Nazaré da Mata), 228km (Garanhuns), 18km (Camaragibe) e 253km (Arcoverde) da Região Metropolitana do Recife.

O processo de interiorização do PROLINFO foi iniciado em 2013, pelo atual coordenador geral do programa. Para tal façanha, foi necessário instrumentalizar um sistema de recursos humanos

¹ É professor e coordenador das atividades de interiorização (Mata Norte, Agreste, São Francisco e Sertão Pernambucano), Avaliação Institucional, RH, Selo Editorial, Flipboard e Instagram do Programa de Línguas e informática da Universidade de Pernambuco - IAUPE - UPE - PROLINFO. É licenciado pela UPE (2011), Especialista em Metodologia da Tradução pela Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE (2012) e Mestre em Teoria da Literatura pela UFPE (2015). Possui aperfeiçoamento em língua inglesa pela Universidade de Oregon (2015), em filosofia pela Cornell University (2015), em comunicação pela Universidade de Hong Kong (2015), em literatura pela Harvard & Vanderbilt (2015), em liderança inclusiva pelo Catalyst (2015) e em ciências políticas pela Delft University of Technology, ETH Zürich & Massachusetts Institute of Technology - MIT (2015). É tradutor (EN-PT) no Twitter Translator Center & Facebook Translations Team, além de ter integrado o corpo de jurados da Sulake.Inc (Brasil-Finlândia). Endereço: R. Rio Jiquiá, n56, 50.721-310. Recife, PE (81)98764-3457.

organizado de forma digital (RH PROLINFO) no qual os candidatos² são cadastrados e selecionados, em todo estado de Pernambuco, de maneira idônea e transparente.

O processo de formação universitária oferecido aos professores-regentes do PROLINFO é contínuo, inclusivo, multidisciplinar e plural. Com o uso das tecnologias de informação e comunicação, aliado ao uso de videoconferências realizadas nas secretarias do programa espalhadas pelo interior do estado de Pernambuco, a equipe gestora do PROLINFO oferece uma série de programas inovadores aos seus professores em formação. No ano de 2015 foram totalizados 540 horas destinadas à orientação pedagógica (o que equivale a 22 dias ininterruptos dedicados exclusivamente em aperfeiçoar a prática docente).

Há também a oportunidade de formação transdisciplinar, neste ano de 2015 as opções foram os cursos da Fundação Bradesco e da Fundação Lemann, além da plataforma *Google Classroom* – sendo a primeira instituição educacional no Brasil a utilizar essa ferramenta. Mas não apenas da atividade de docência se ocupa a equipe do PROLINFO, que também atua em eventos culturais, como aconteceu na cobertura da X Bienal Internacional do Livro de Pernambuco e na etapa final da 3ª Conferência Nacional da Juventude - CNJ.

O espírito de renovação e evolução são palavras-chave, de uso comum e de ordem, nessa equipe que atualmente projeta a instalação de novos cursos (francês e alemão), a expansão do programa em outros municípios de Pernambuco (Salgueiro e Serra Talhada), a oferta de um curso de pós-graduação em língua inglesa, e a elaboração do PROLINFO EAD, uma parceria com a UPE-PROEC, este último sob execução da mais nova coordenadora na equipe.

Atualmente o corpo discente do PROLINFO é composto por brasileiros e alóctones, assim o programa também oferece cursos de língua portuguesa a estrangeiros residentes no Brasil, cursos institucionais para intercambistas instalados na UPE, curso instrumental para pós-graduandos e cursos preparatórios aos discentes da UPE que realizarão exames de proficiência na língua inglesa e espanhola.

O PROLINFO é um programa constituído, em sua grande maioria, por jovens de 18 a 29 anos e é uma família que se espalha pelo estado de Pernambuco.

² Em razão da especificidade da língua portuguesa, neste artigo foram adotados os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura. O autor, preocupado e engajado com a promoção da igualdade de gênero, reforça que embora alguns termos estejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.